

REITOR
Prof. Dr. Jorge Nagle

VICE-REITOR
Prof. Dr. Paulo Milton Barbosa Landim

CENTRO DE PUBLICAÇÕES CULTURAIS E CIENTÍFICAS
DIRETOR: Prof. Dr. Fernando de Azevedo Corrêa

Conselho Consultivo:

Presidente: Prof. Dr. Fernando de Azevedo Corrêa
Membros: Prof. Dr. Antônio Christofolletti
Prof. Dr. Dilermando Perecin
Prof. Dr. Francisco Habermann
Prof. Dr. Irineu de Moura

Equipe Técnica:
Elga de Souza Pastore
Maria Sylvia C.A. Corrêa
Vanderli P.A. Horikiri

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

ALFA
Revista de Lingüística

ALFA	São Paulo	V.28	p. 1-115	1984
------	-----------	------	----------	------

A correspondência e os artigos para publicação deverão ser encaminhados a:
Correspondence and articles for publication should be addressed to:

ALFA: Revista de Lingüística
Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação
Estrada Araraquara — Jaú, Km 1 — C.P. 174
14800 — Araraquara — SP — Brasil

Comissão de Redação

Alceu Dias Lima
Ieda Maria Alves
Nildemir Ferreira de Carvalho
Rafael Eugenio Hoyos - Andrade
Telmo Correia Arrais

Diretor da Revista

Telmo Correia Arrais

Publicação anual / Annual publication
Solicita-se permuta / Exchange desired

ALFA: Revista de Lingüística. (Universidade Estadual Paulista) São Paulo,
SP—Brasil, 1962-1977; 1980—

1962-1977, 1-23
Publicação interrompida de 1978-1979.
1980-1984, 24-28

Publica Suplemento a partir de 1984, 28.

ISSN 0002-5216
ALFAD5

Os artigos publicados na ALFA: Revista de Lingüística são indexados por:

The articles published in ALFA: Revista de Lingüística are indexed by:

Clase-Cich-Unam, Índice de Revista, MLA: International Bibliography of Books and Articles on Modern Languages and Literature, Revista de Sumários, Sociological Abstracts, Sumários de Educação.

SUMÁRIO / CONTENTS

CONFERÊNCIA / CONFERENCE

FÓRMULAS E EPÍTETOS NA LINGUAGEM HOMÉRICA.

Formulas and epithets in Homer.

M.H. da R. Pereira 1

ARTIGOS ORIGINAIS / ORIGINAL ARTICLES

DISCURSO E REFERÊNCIA.

Discourse and reference.

I. G. V. Koch, L. L. Fávero 11

OS CÓDIGOS LINGUÍSTICOS EM *SINHÁ SECADA*.

Les codes linguistiques dans le conte *Sinhá Secada*.

M.A.N.P. Fonseca 17

O COORDENADOR INTERFRASAL *MAS* — INVARIÂNCIA E VARIANTES.

The interphrasal coordinator *mas* — invariance and variables.

M.H. de M. Neves 21

SEMÂNTICA GRAMATICAL: A SIGNIFICAÇÃO DOS PRONOMES.

Gramatical semantics: the meaning of the pronouns.

N. F. de Carvalho 43

ABRANGÊNCIA PESSOAL DOS PROCESSOS DE INDETERMINAÇÃO DO AGENTE.

Personal embracing of the devices for the indetermination of the agent.

H. M. Tupiná 63

SINTAXE-SEMÂNTICA DAS CONSTRUÇÕES ESTATIVAS EM PORTUGUÊS.

The syntax-semantics of the stative constructions in portuguese.

T. C. Arrais 71

CONSTRUÇÕES ASSOCIATIVAS.

Associative phrase.

F. da S. Borba 85

METALINGUAGEM E EMPRÉSTIMO NA MENSAGEM PUBLICITÁRIA.

Métalangage et emprut dans le message publicitaire.

I. M. Alves 97

VOGAIS NASAIS DO PORTUGUÊS: PRESSUPOSTOS E DISCUSSÃO.

Les voyelles nasales du portugais: pré-supposés et discussion.

O. Fonseca 101

ÍNDICE DE ASSUNTOS / SUBJECT INDEX 113

ÍNDICE DE AUTOR / AUTHOR INDEX 115

CONFERÊNCIA / CONFERENCE FÓRMULAS E EPÍJETOS NA LINGUAGEM HOMÉRICA*

Maria Helena da Rocha PEREIRA**

RESUMO: O artigo delinea uma breve perspectiva do que vem sendo uma das principais e mais enriquecedoras orientações da pesquisa sobre os Poemas Homéricos — seu assentamento numa técnica de improvisação oral em ligação com a métrica —, procurando, a seguir, analisar de perto os conceitos básicos em que essa orientação se assenta. Tenta, a seguir, uma exemplificação, que, para possibilidade de acompanhamento pelo leitor comum, se faz em textos traduzidos, com consciência das limitações daí decorrentes.

UNITERMOS: Fórmulas; epítetos; linguagem homérica; técnica de improvisação oral; métrica; protótipos formulares e variações.

Em 1928 publicava-se em Paris uma tese intitulada *L'épithète traditionnelle dans Homère*. O seu jovem autor, que tivera dificuldade em que algum grande helenista, dos que então professavam na Sorbonne, aceitasse orientar o seu trabalho, era americano e chamava-se Milman Parry. Poucos foram os que atentaram na novidade daquele estudo, ou mesmo de outros ainda mais importantes que se lhe seguiram na década de 30, "The Epic Technique of Oral Verse-Making", em duas partes, editadas nos *Harvard Studies in Classical Philology*. Só verdadeiramente pelos meados deste século é que eles ganharam audiência junto dos especialistas de Homero, particularmente nos países de língua inglesa, e deram origem a um vasto caudal de investigações que prolongaram a tese inicial, explorando as suas consequências em múltiplas direções.

Que demonstrava afinal Milman Parry? Em seu entender, a continuada presença de epítetos a acompanhar o no-

me das figuras homéricas, humanas ou divinas, as repetições, totais ou parciais, de versos, quando ocorriam determinadas cenas ou situações, provavam que os Poemas Homéricos assentavam numa técnica de improvisação oral em ligação com a métrica, que necessariamente pressupunha, da parte do poeta, o domínio de um formulário básico já preparado, que facilitava a composição. A prova positiva obteve-a escutando os bardos servo-croatas do seu tempo, que conservavam bem viva a tradição oral de cantos épicos antigos. A prova negativa tirou-a demonstrando que numa epopéia da época helenística, como os *Argonautas* de Apolônio de Rodes (séc. III a.C.), já não existe tal sistema de epítetos metricamente controlados. O assistente e continuador de Milman Parry, A. B. Lord, terminou as gravações dos cantos orais da Jugoslávia, conseguindo assim recolher para a posteridade um processo que no final da década de 60 se encontrava praticamente

* Conferência pronunciada no Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação — UNESP — Araraquara, em 1984, como parte das atividades do Programa de Pós-Graduação em Lingüística e Língua Portuguesa.

** Universidade de Coimbra — Portugal.

desaparecido. Lord foi ainda mais longe, ao propor a chamada “tese do ditado”, segundo a qual o poeta da *Iliada*, formado numa rica tradição oral e ele mesmo compositor oral, teria ditado o poema a alguém que já dominava o nosso processo da escrita. Deste modo se conciliaria a coexistência de um plano grandioso e coerente com as marcas características da improvisação.

Outros estudiosos têm alargado o campo de aplicação do método, procurando semelhanças na poesia dos bardos medievais irlandeses, como K.O’Nolan e G. L. Huxley (ambos em 1969). Outros ainda têm observado que as fórmulas épicas não são apenas um sistema rígido, mas também um processo flexível e criador. É essa a tendência revelada pelos estudos de A. Hoekstra (1965) e de J. B. Hainsworth (1968), estes últimos com o significativo título “The Flexibility of the Homeric Formula”.

Delineada esta breve perspectiva do que continua a ser uma das principais e mais enriquecedoras orientações da pesquisa sobre os Poemas Homéricos, procuraremos agora analisar de perto os conceitos básicos em que assenta, para depois tentarmos a exemplificação, tanto quanto é possível fazê-la através de textos traduzidos.

O mais importante é o de “fórmula”, que Milman Parry definiu como “uma expressão que é regularmente empregada, nas mesmas condições métricas, para exprimir uma certa idéia essencial”. Muitos anos mais tarde, J. B. Hainsworth viria a encontrar uma forma mais sintética e clara: “Fórmula é um grupo de palavras que se repete”.

A fórmula mais simples é a constituída por um nome com o seu epíteto. A essa voltaremos adiante. O esquema mais complexo pode compreender vários versos, ou apenas meio verso: exatamente desde o começo até à cesura ou desta até ao final, o que acentua a sua estreita ligação com a métrica.

Suponhamos em primeiro lugar que

o aedo quer descrever uma cena ou fenómeno daqueles que ocorrem com frequência na natureza e na vida humana. Assim, por exemplo, o amanhecer. Ele tem um verso inteiro já pronto:

Eis que surge a filha da manhã, a Aurora
[rora dos dedos róseos.
(*Iliada* I.477).

Mas, se apenas dispusesse desta fórmula, em breve a narrativa se tornaria monótona. Ele sabe mais, que pode aplicar quando quiser, como esta:

Derramava-se pela terra toda a Aurora
[vestida da cor do açafão.
(*Iliada* VIII.1.)

(Note-se que, em ambos os versos, a deusa da Aurora é qualificada com epítetos diferentes, mas um e outro sugestivo das cores que acompanham esse fenómeno natural. Ao mesmo tempo que a divindade é caracterizada como marcadamente antropomórfica, pois tem “dedos róseos” e veste uma túnica de açafão).

O fenómeno inverso deste, ou seja, o anoitecer, também pode descrever-se por meio de mais do que uma fórmula que ocupa um verso inteiro. Bem próximo do primeiro exemplo que demos há pouco encontra-se este, a marcar a passagem a outro dia:

Então o Sol mergulhou e desapareceu
[nas trevas
(*Iliada* I.475).

Uma variante que, por sinal, é exclusiva da *Odisseia* e se repete com frequência é:

O Sol mergulhou e todas as ruas ficaram na sombra.

Festins religiosos e banquetes realizam-se muitas vezes. Uma fórmula extensa para descrever estas ocasiões era naturalmente uma grande ajuda que a memória lhe dava, enquanto mentalmente arquitetava em seu espírito a sequência da narrativa. Feitos os preparativos para se as-

sarem ao fogo as carnes dos animais, podia-se dizer, por exemplo:

Assim que terminavam o trabalho e
[âprontavam o festim, banquetearam-
[se, e ao seu ânimo nada faltou no fes-
[tim equitativo.
Depois que se saciavam de bebida e de
[comida,
(*Iliada* I.467-469).

Nos palácios senhoriais, o desconhecido que vinha de longe e suplicava acolhimento era recebido com honras e tornava-se hóspede do dono da casa, criando assim um vínculo de ordem moral que teve desde sempre um papel preponderante na ética grega. Os pormenores dessa recepção temos na *Odisseia*, quando, por exemplo, Telêmaco chega, acompanhado do filho de Nestor, ao palácio de Menelau, em Esparta:

Uma aia trouxe a água, em belo go-
[mil de ouro,
sobre bacia de prata, para lavarem as
[mãos.
Junto dele colocou uma mesa polida.
A venerável dispenseira trouxe pão pa-
[ra os servir,
pôs na mesa manjares inúmeros,
[regalando-os com o que havia.
(*Odisseia* IV.52-56)

Se continuarmos a folhear o poema, e atingirmos o momento em que o desconhecido Ullises é, por sua vez, acolhido por Alcínoo, rei dos Feaces, lemos exatamente a mesma coisa:

Uma aia trouxe a água, em belo gomil
[de ouro,
sobre bacia de prata, para lavarem as
[mãos.
Junto dele colocou uma mesa polida.
A venerável dispenseira trouxe pão pa-
[ra o servir,
pôs na mesa manjares inúmeros,
[regalando-o com o que havia.
(*Odisseia* VII.172-176)

Apenas o destinatário das iguarias passou para o singular... A explicação corrente dada até há poucos decênios, por

estes viciados da escrita que todos ainda somos, era que o poeta do Canto IV copiara o do Canto VII e, conseqüentemente, dava-se como interpolação tardia o exemplo que citamos primeiro. Mas os trechos destinavam-se não à leitura, mas à recitação, — e primitivamente, até, ao canto acompanhado à lira. Os ouvintes deste segundo trecho da *Odisseia* já tinham bem longe, na sua retentiva, o do Canto IV, quando o escutavam, — e isto, supondo que os poemas eram ditos na íntegra, por aedos que se revezavam, como aconteceu durante séculos em Atenas, no festival das Panatenéias, segundo o testemunho de um discípulo ou imitador de Platão, que, à falta de melhor, chamamos o Pseudo-Platão, no diálogo *Hiparco* (228 b-c);

“o mais sensato dos filhos de Pisístrato, que executou muitas e belas acções ditadas pela sabedoria, entre elas a de ter sido o primeiro que trouxe para esta terra as epopéias de Homero, e obrigou os rapsodos a recitá-los todos na Panatenéias, um após outro, tal como ainda hoje se faz”...

Passemos agora a um tipo de exemplo muito corrente, a fórmula destinada a anunciar o discurso directo. Antes de o fazermos, lembremos que o discurso directo é tão importante nos Poemas Homéricos, onde ocupa aproximadamente dois terços do total, que Schadewaldt pôde dizer que é ele que conduz a acção e já se pensou que o seu emprego seria uma das grandes novidades destas epopéias, em relação às que as antecederam.

Os exemplos são inúmeros, mas vamos tirá-los quase todos do Canto I da *Iliada*, onde eles se multiplicam no longo trecho da assembleia dos chefes aqueus. Ao apresentá-los, assinalaremos a cesura, como se se tratasse do original (embora, evidentemente, não seja verso a simples tradução literal que vamos dar). Feitas estas reservas, vejamos dois exemplos cujo primeiro hemistíquio é rigorosamente igual:

Em resposta declarou-lhe// o podero-
[so Agamémnon
(*Ilíada* I. 130 = I.285)

Em resposta declarou-lhe// Aquiles de
[pés velozes
(*Ilíada* I. 84 = I.215)

Mas esse primeiro hemistíquio também pode variar. E assim temos:

Em seguida respondeu-lhe// o divino
[Aquiles ágil de pés
(*Ilíada* I.121)

Em seguida respondeu-lhe// Agamém-
[non, príncipe dos homens
(*Ilíada* I.172)

Nas amostras referidas, o segundo hemistíquio é constituído pelo sujeito da acção — um nome acompanhado de um ou mais epítetos. O primeiro nada indica quanto ao seu estado de espírito. Diremos que é emocionalmente neutro. Mas o poeta tem à sua disposição muitas outras fórmulas que lhe permitem exprimir conotações afetivas. Vejamos algumas:

Olhando-o de sobrolho franzido,
declarou-lhe//

Aquiles de pés velozes
(*Ilíada* I.148)

Suspirando fundo, declarou-lhe//

Aquiles de pés velozes
(*Ilíada* I.364)

Muito irritado, declarou-lhe//

Zeus que amontoa as nuvens
(*Ilíada* I.517)

Em seguida respondeu-lhe//

Tétis, vertendo lágrimas
(*Ilíada* I.413)

Assim falou, e sorriu-se//

Hera, a deusa de alvos braços
(*Ilíada* I.593)

Assim falou, e sorriu-se//

o divino Aquiles, ágil de pés
(*Ilíada* XXIII.555)

Em muitos destes exemplos ouvimos hemistíquios que se repetem. O processo permite obter, de facto, um número muito elevado de combinações. Um tipo de fórmula que pode dar nada menos de 462 versos diferentes é esta (exemplo de Milman Parry):

Em resposta
olhando-o de
sobrolho franzido
Muito irritado } declarou-lhe { Zeus que amontoa as nuvens
Heitor de casco faiscante
o louro Menelau

Não quer isto dizer que os Poemas Homéricos sejam meras — ainda que hábeis — combinações de fórmulas. Neste ponto, como em todos os demais, as estatísticas estão feitas e demonstram que cerca de um décimo dos versos não tem elemento formulaico seguro nenhum.

Falámos já várias vezes de epítetos, como a fórmula na sua expressão mais simples. É agora a ocasião de explicitarmos melhor esse aspecto.

Utilizando de novo a nomenclatura de Milman Parry, dividiremos esses epítetos em genéricos e distintivos ou especiais. Quer de uma, quer de outra espécie, a variedade é grande. Será suficiente dizer que os primeiros somam sessenta e um, e que os segundos aparecem a qualidade nada menos de 40 figuras, que são sempre pessoas divinas ou heróis principais. Podem, além disso, acumular-se dizendo, por exemplo, “o divino Aquiles, ágil de pés”, ou “divino Ulisses que muito sofreu”. O adjetivo “divino” é um simples epíteto de excelência, sem implicações religiosas, que tem a vantagem de preencher uma sílaba longa e outra breve (que pode tornar-se longa por posição, se a seguir vier uma palavra começada por consoante), o que explica a frequência do seu emprego. Nada menos de trinta e duas figuras podem ostentá-lo.

Tocámos assim num ponto essencial: a estreita ligação entre os epítetos e a métrica. Milman Parry foi ao ponto de afirmar que só ela determinava a sua escolha. Permitimo-nos discordar, pelos motivos que apontaremos em seguida. Ulisses tem, já na *Ilíada*, três epítetos distintivos, “o dos mil artificios” (*polymetis*), “o dos mil expedientes” (*polymechanos*) e “o que muito suportou” (*polytlas*). Mas é sobretudo na *Odisséia* que eles avultam, pois demonstram alternadamente, conforme as circunstâncias, a sua extraordinária ca-

pacidade para resolver situações difíceis e a sua resistência moral às mais duras provas. Ora, os epítetos em causa aparecem no lugar e momento apropriados. Assim, quando o herói adormece, na terra dos Feaces, onde arribara a custo após uma tempestade que o fizera naufragar, o poeta diz:

Assim adormeceu nesse lugar o divino
[Ulisses,
[que muito sofreu, vencido pelo
[sono e pela fadiga.

(*Odisseia* VI. 1-2)

E, ao longo da narrativa em Esquéria, o epíteto vai sendo repetido inúmeras vezes, quando o herói é acolhido por Nausícaa, a jovem princesa, e finalmente satisfaz a sede e a fome, quando é recebido pelo rei na qualidade de hóspede, e como tal tratado. Chega, porém, o momento em que, terminadas as libações, a sós com o régio par, a soberana dos Feaces quer saber como é que Ulisses obteve a roupa que enverga, e que ela bem sabe ter sido tecida por si mesma e pelas aias, em sua própria casa. É a famosa pergunta de Arete, momento crucial da cena, que só raros comentadores têm sabido interpretar. Ulisses dá-lhe uma longa e bem elaborada explicação, que coloca bem Nausícaa, ao abrigo de qualquer censura. A frase que introduz o discurso directo, escolheu o outro epíteto para caracterizar o falante:

Em resposta declarou-lhe Ulisses dos
[mil artificios.

(*Odisseia* VII. 240)

A mesma fórmula será ainda repetida quando o herói justifica Nausícaa, aos olhos do pai, por a princesa se ter limitado a dar-lhe vestuário e mantimentos, sem o encaminhar até ao palácio (*Odisseia* 7.302). Em ambos os casos, Ulisses foi suficientemente hábil na resposta para satisfazer o interlocutor, sem revelar a sua identidade.

Quando, porém, a partir do Canto IX, o herói vê chegada a altura de declarar o seu nome e de contar as suas estra-

nhas aventuras, o verso introdutório dessa longa narrativa, exatamente no momento em que ela passa de extradiagética — heterodiegética a intradiegética — homodiegética, é este:

Em resposta declarou-lhe Ulisses dos
[mil artificios

(*Odisseia* IX. 1)

No decorrer da história, é assim que o tratará Circe:

Divino filho de Laertes, Ulisses dos mil
[artificios

(*Odisseia* X. 401)

Circe, a feiticeira cuja magia perigosa o herói da astúcia conseguira dominar.

Mas, para além da sua adequação ao contexto, e conseqüente contributo para a melhor caracterização da figura, e do momento, os epítetos também preservam tradições ou factos históricos, que a arqueologia e a linguística combinadas têm conseguido desvendar. Outros conservam ainda oculto o seu mistério, como em breve veremos.

Quando se lê, por exemplo, o sintagma “Heitor de casco faiscante”, ou “Aqueus de belas grevas” ou “os Aqueus de brônzeas túnicas”, é fácil aceitar que todos estes epítetos distintivos não são desprovidos de significado. Mais ainda, como notou Page, eles vêm dos tempos micênicos juntamente com as figuras que caracterizam. Os três casos apontados dizem respeito a peças da armadura. Pelo que se refere aos Aqueus, o uso de tais peças tem sido revelado aos poucos pelas escavações. Grevas para protegerem as pernas dos guerreiros têm sido encontradas em várias partes da Grécia. Quanto às “brônzeas túnicas”, elas foram durante muito tempo um enigma para os comentadores, não obstante a elevada frequência do seu emprego — nada menos de sessenta e seis vezes. Uma primeira tentativa de solução foi proposta em 1950, quando distinta arqueóloga inglesa, H.L. Lorimer, publicou um livro que fez época, *Homer and the Monuments*. Supunha ela que o chamado “Vaso dos guerreiros”;

obra micênica do séc. X a.C., proporcionava a explicação, uma vez que aí estão desenhados guerreiros com túnicas curtas, às quais estão aplicadas placas de bronze. Porém, em anos muito recentes, apareceu numa localidade da Grécia, Dendra, uma armadura toda de bronze, formada por uma espécie de largos aros metálicos que se ligam uns aos outros, e datável de 1425 a 1400 a.C. É a um modelo desses certamente que aludia o famoso composto dos aedos homéricos.

Também os Troianos têm o seu epíteto distintivo. Eles são os “Troianos domadores de cavalos”. Se, como pensa a maioria dos especialistas, a Tróia homérica se situa na colina de Hissarlik, na actual Turquia, no local onde Schliemann principiou a escavar, no último quartel do século passado, e se, de entre as nove cidades sobrepostas no local, são, como pensou Blegen, quando levou termo os trabalhos, a VI e a VIIa. que melhor condizem com a Tróia da *Ilíada*, uma vez que têm restos de cerâmica contemporâneos dos de Micenas, capital de Agamémnon, possuem fortes muralhas e viviam na opulência, então compreendemos porque é que os Troianos eram “domadores de cavalos”. É que os habitantes da Tróia VI, quando vieram instalar-se naquele cobçado e estratégico sítio, trouxeram consigo essa novidade, que então revolucionou o sistema de transportes: a domesticação do cavalo. O próprio Heitor também recebe esse epíteto, e é com ele que fecha o poema.

Muitos dos epítetos divinos são antiquíssimos, e, se alguns têm um sentido que aponta claramente para os atributos primitivos do deus cujo nome exornam (por exemplo, “Zeus que amontoa as nuvens” revela bem que o deus supremo começava por ser o deus do tempo atmosférico, esse tempo atmosférico de que o homem primevo dependia inteiramente), outros permanecem obscuros e encerram ainda um mistério. Assim, Atena é chamada *glaukopsis*, composto que parece significar, etimologicamente, “de olhos de co-

ruja”. Ora a coruja é, como todos sabem, a ave simbólica da deusa. Estaria por trás deste epíteto uma reminiscência de uma fase teriomórfica da religião grega — fase essa não documentada, pois os deuses helênicos são logo de início antropomórficos? Ou será o primeiro elemento uma simples notação de cor (“Atena dos olhos brilhantes”), como sugere a descrição da primeira visão da deusa no Canto I do poema (“Os seus olhos tinham um brilho terrível” (I.200)? Os estudos sobre o assunto têm-se multiplicado nestes últimos anos, sem que a questão possa dar-se por solucionada. Mas ela não é caso único. Outros deuses podem ocultar ou não vestígios de teriomorfismo nos seus epítetos, embora, note-se desde já, eles não sejam distintivos como o da patrona da sabedoria. Se Poséidon, por exemplo, é *Kyanochaita*, o composto pode aludir aos “cabelos de anil” que ficariam bem no deus do mar; pode relacionar-se com o termo de *Ku - wa - no*, revelado pelas tabuinhas micênicas; e como os termos de cor na língua grega são vagos como em nenhuma outra, pode querer dizer apenas “de cabelos escuros”. “De crinas escuras” é aplicado a um cavalo em *Ilíada*, XX. 224. E o cavalo era um animal simbólico deste deus, por isso também apelidado de *hippios*. Pelo que também aqui alguns estudiosos põem a hipótese de possíveis vestígios de teriomorfismo.

Outro dos poucos casos congêneres existentes é o da deusa Hera. Ela é chamada de *boopis*, que etimologicamente quer dizer “de olhos de vaca”. A tentação de ligar tal atributo à representação animal da deusa Hathor do Egipto é grande. Mas, se alguma vez ele teve esse sentido, tal já não se verificava, certamente, com os aedos homéricos. Outras figuras femininas, seja uma aia de Helena em *Ilíada* III. 144, seja a ninfa marinha Halia em XVIII. 40 do mesmo poema, podem ter esse qualificativo. O que mostra que, para eles, já só significava “de olhos grandes” ou “de olhos doces”.

Mas não são apenas os epítetos de al-

gumas divindades que suscitam controvérsia. Também há, por exemplo, um dos qualificativos do mar — *oinopa ponton* — geralmente traduzido por “pélago cor de vinho”. Já dissemos que a terminologia das cores é muito oscilante em grego. Que o mar seja glauco, conforme vimos há pouco, ou “pardacento”, como tantas vezes se diz na *Odisseia*, parece natural. Mas “cor de vinho” tem desafiado a imaginação dos comentadores. Explicam alguns que poderá entender-se da tonalidade das águas observada ao nascer ou ao pôr do sol (conforme o observador estiver na costa oriental ou ocidental grega). Mas é preciso lembrar que só o alto mar é designado por *pontos*, o mar junto à costa é *hals*, e que num verso como *Ilíada* I.350 se opõe “a praia do mar cinzento” (*halos polies*) ao “pélago cor de vinho”. Melhor seria o paralelo, pensamos nós, com o “mar cor de violeta” (*ioeidea ponton*) de *Ilíada* XI.298 e *Odisseia* V.56. Este último qualificativo aplica-se a águas profundas, escuras. Seria, portanto, uma notação vaga da cor, a juntar a tantas outras. Existe, porém outra tentativa de explicação que merece ser mencionada. No sintagma *oinopa ponton* estaria implícita uma metáfora alusiva a espuma do vinho. O mar seria “espumoso”, como espumoso é o vinho deitado de alto nas taças. Teríamos, por conseguinte, uma notação, não de cor, mas de forma. Uma situação paralela àquela que leva o aedo do Canto VI da *Odisseia* a descrever assim Ulisses, depois do banho e da metamorfose embelezadora operada por Atena:

Então Ateneia, filha de Zeus, fê-lo pa-
[recer
mais alto e mais forte e fez pender da
[sua fronte
cabelos encaracolados, como as flores
[do jacinto.

(*Odisseia* VI. 229-231)

Neste passo, os comentadores levaram o seu escrúpulo ao ponto de indagar,

e descobrir, que na Europa havia, para além dos conhecidos jacintos amarelados ou arroxeados, ou ainda brancos, espécies amarelas dessa flor, o que possibilitaria a equivalência a “cabelos louros”. Mas precisamente de Ulisses se afirma (com uma exceção) — ao contrário do que sucede com os outros heróis aqueus — que possuem cabelos escuros... Por isso parece mais provável a opinião dos que pensam que a notação diz respeito à forma — a característica forma encaracolada daquela flor.

Mas voltemos à fórmula *oinopa ponton*, que não está ainda esgotada. É que o adjetivo também se aplica aos bois, como sucede em *Ilíada* XIII.703, e até já apareceu para designar um desses animais numa tabuinha micénica de Pilos, do séc. XIII a.C. Aqui, naturalmente, voltou a exercitar-se a inventiva dos críticos. Será o composto referente ao amarelo-avermelhado de certos bovinos? Ou antes, sugestivo da espuma que aparece sobre o pelo, quando eles acabam de executar trabalho extenuante nos campos? Novamente a hesitação entre a cor e a forma, agora transposta para uma área semântica diversa.

Outras dificuldades existem ainda, de que vamos dar alguns exemplos. São de natureza muito diferente. Trata-se da aplicação de epítetos, pelo menos, aparentemente, em contexto errado. O adjetivo *amymon* — usa-se para distinguir uma pessoa sem mácula, como Calcas, o “irrepreensível adivinho” (*mantis amymon*) do exército dos Aqueus (*Ilíada*, I. 92), ou melhor ainda “o irrepreensível médico” (*amymon ieter*) (*Ilíada* IV. 194, XI. 835). Mas, nesse caso, como explicar que no Canto I da *Odisseia*, precisamente quando, reunidos os deuses em concílio, Zeus vai censurar o procedimento de Egisto, que acabava de morrer às mãos de Orestes, em castigo de ter cortejado a mulher de Agaménon e assassinado o rei de Micenas no seu regresso de Tróia, não obstante as advertências dos deuses para que o não fizesse. É assim que começa o discu-

tido trecho, que Jaeger havia de chamar “a mais antiga teodiceia grega”;

..... Os restantes deuses
estavam reunidos no palácio de Zeus
[Olimpico.

Para eles começou a falar o pai dos ho-
[mens e dos deuses.

É que lhe vinha ao espírito a lembrança
[do irrepreensível Egisto,
a quem matara o glorioso Orestes, fi-
[lho de Agamémnon.

(*Odisseia* I.26-30)

O “irrepreensível Egisto” deste passo tem sido tomado como um exemplo de rigidez e desadaptação de epítetos. Em artigo publicado em 1973, A. A. Parry procurou demonstrar que o sentido de perfeição implícito em *amymon* se aplicava primariamente ao aspecto físico. Seria pois, apenas a beleza de Egisto que estava em causa. Mas, sendo assim, porque seriam também qualificados desse modo Calcas e Macáon, em contextos em que toda a ênfase ia para a sua superioridade no exercício imparcial e glorioso da arte que lhes era própria?

O outro qualificativo de que vamos tratar não é de justificação mais fácil. Referimo-nos à fórmula *cheiri pacheiei* (“com a sua mão robusta”), que muito apropriadamente aparece referida a Ulisses, quando o herói naufrago desperta na terra dos Feaces, e se cobre com um ramo de árvore para ir ao encontro das vozes femininas que ouviu, na esperança de que alguém o socorra:

Depois de assim falar, saiu do mato o
[divino Ulisses,
e com a mão robusta cortou na espessa
[floresta
um ramo com folhagem, para encobrir
[a sua virilidade.

(*Odisseia* VI. 127-129)

Aqui está perfeitamente certo. O homem que abatera árvores na ilha de Calip-

so, para com a sua madeira construir a jangada em que se fez ao mar, era necessariamente possuidor de uma “mão robusta”.

Mas o mesmo não se poderá afirmar do passo do princípio do Canto XXI, em que idêntica fórmula aparece aplicada a Penélope, quando ela abre a sala das armas, para retirar de lá o famoso arco de Ulisses, com o qual vai experimentar a perícia dos pretendentes:

Subiu a alta escadaria do seu palácio,
e com a mão robusta pegou na chave
[recurva,
bem executada em bronze, com o pu-
[nho em marfim.

(*Odisséia*, XXI. 6-7)

De novo uma fórmula rígida em contexto errado, uma vez que para uma mão feminina não é elogio chamar-lhe robusta? Também aqui trabalhou a imaginação dos críticos. É que, disse-se em tempos, *pacheie* pode igualmente significar “compacta”, e assim ser adequada a descrever uma mão jovem, cuja pele não está enrugada, é lisa. Há alguns anos apenas, em 1980, outro especialista apresentou nova hipótese: o epíteto seria destinado a reforçar a firmeza com que Penélope abre as portas, dando assim lugar a uma volta decisiva na acção. É certo que com a prova do arco, que vai começar, mudará o rumo da sequência narrativa. Se esta espécie de hipálage deve admitir-se, parece-nos, porém, mais controverso.

Em ambos os casos, e em mais um ou outro que omitimos, julgamos mais plausível a aceitação pura e simples da evidência de que uma fórmula foi aplicada com mais automatismo do que reflexão. Isto, se não quisermos recorrer ao expediente fácil de considerarmos os passos em questão obra de autor mais tardio (o que não poucos entendem quanto aos quatro primeiros cantos da *Odisseia*) ou à tradicional bonomia horaciana do *quando que bonus dormitat Homerus ...*

De qualquer modo, não são estes os exemplos que nos interessa considerar, mas os outros, aqueles que constituem a grande maioria, em que os epítetos desempenham, para além da sua função métrica, sempre presente, a de caracterizar uma figura ou um objeto, revelando não raro, para além do seu valor pictórico (relembremos a “Aurora de dedos róseos”, “a Aurora vestida de cor de açafrão”), um fundo histórico de valor inapreciável (“os Troianos domadores de cavalos”, “os Aqueus de brônzeas túnicas”), ou uma percepção nebulosa dos primórdios do mundo fascinante dos deuses gregos.

Usando uma linguagem artística compósita de elemento de várias procedências — nada menos de quatro dialectos nela se distinguem — servindo-se de um rico acervo de fórmulas, nas quais podiam introduzir variações (e o estudo das

modificações dos protótipos formulares é, como já vimos; uma das tendências mais promissoras dos atuais continuadores da escola de Milman Parry), os aedos homéricos recolhiam uma tradição de muitos séculos, que partira da época micénica e atravessara séculos obscuros, preservando na memória dos homens a lembrança de feitos heróicos do passado, transfigurados pela imaginação criadora. Poder reconhecer, a cada momento, o espaço que sobra à inventiva do poeta para modelar novas situações com este material cheio de segredos e de convenções é um dos prazeres mais gratificantes da leitura das velhas epopéias gregas. E sobretudo se, juntando as duas correntes exegéticas principais da actualidade, procuramos surpreender as fronteiras entre premeditação e memorização, em cujo âmbito floresceu a arte homérica.

PEREIRA, M.H. da R. — Formulas and epithets in Homer. *Alfa*, São Paulo, 28:1-9, 1984.

ABSTRACT: This article outlines a brief perspective of one of the main and most interesting research approaches to Homer Poems — their basis on an oral improvisation technique as related to metrics. It tries then to analyse in detail the main concepts on which this approach is based, and presents an exemplification by means of translated texts, which, in spite of imposing some limitations to the work, makes it possible for the common reader to follow the analysis.

KEY-WORDS: Formulas; epithets; Homeric language; oral improvisation technique; formula prototypes and variations.

DISCURSO E REFERÊNCIA

Ingedore Grünfeld Villaça KOCH*
Leonor Lopes FÁVERO*

RESUMO: Este artigo tem por objetivo examinar a questão da referência no discurso. Fazendo-se um levantamento das principais teorias sobre sentido e referência, adota-se a posição de que é preciso entender a referência como uma função global de todo o discurso. Não existe, no discurso, o referente considerado como elemento particular da realidade, mas uma referência do discurso a um universo diferente dele. Assim sendo, é o discurso que constitui o seu próprio objeto.

UNITERMOS: Referência; sentido; expressões definidas.

Qualquer enunciado, por mais simples que seja, apresenta-se em dois níveis distintos — o de seu conteúdo proposicional e o de sua forma ou modo (“modus”).

O conteúdo proposicional consiste na descrição de um estado de coisas, vinculando-se à função ideacional (cognitiva, referencial) da linguagem. É sob esse prisma que se pode afirmar serem as línguas a mediação necessária entre o pensamento e a linguagem; é a significação explícita, na qual se recupera o objeto ou a situação real dos fatos no mundo a que se remete ao produzir um enunciado, sendo, portanto, verificável em termos de verdade/falsidade. O dizer orienta-se sempre para algo que não é um dizer: é a esta orientação que se denomina *referência*, consistindo o *referente* no objeto ou no mundo que se deseja descrever ou transformar.

Chama-se forma do enunciado ao modo como aquilo que se diz é dito. Como ressalta Vogt (11), diz respeito à situação elaborada no processo de constituição

das identidades. Nesse sentido, a linguagem é constitutiva de suas próprias possibilidades de significação.

A relação linguagem-mundo tem sido, tradicionalmente, objeto de estudo não só de lingüistas, mas sobretudo de filósofos. Elaboraram-se, para explicá-la, teorias relativas ao significado: a referencial, a ideacional e a comportamental.

Sob esse aspecto, já se disse, todo discurso deve ter, como elemento constitutivo, uma referência a algo que lhe é externo. Daí a necessidade que se fez sentir, no campo da lógica e da filosofia, de definir o fenômeno da referência paralelamente à noção de sentido.

Cite-se, a título de exemplo, o artigo de Frege (3) Um de seus principais objetivos é o de estabelecer um paralelo entre as proposições e os nomes: todo nome, de qualquer tipo (por exemplo, José, este lápis, a estrela da tarde), destina-se a designar determinado referente, isto é, um objeto da realidade diferente dele, através de uma descrição por meio da qual o repre-

* Departamento de Português — Faculdade de Comunicação e Filosofia — Pontifícia Universidade Católica — PUC — 05014 — São Paulo — SP.

senta e que constitui o seu sentido (Sinn). O que distingue o sentido da referência (Bedeutung) é que existe toda uma categoria de enunciados em que se torna possível substituir um nome por outro que possua o mesmo referente, mas que tenha sentido diverso, sem que se modifique o valor de verdade do enunciado total. É o que acontece em:

(1) *Aquele que descobriu que a órbita dos planetas é elíptica morreu na miséria.* em que a parte grifada pode ser substituída por *Kepler*.

Há, por outro lado, contextos a que Frege denomina opacos, em que a substituição de um termo por outro, possuidor do mesmo referente, implica uma alteração do valor de verdade. Nestes, o que está em jogo é o sentido das expressões e não o seu referente. É o caso, por exemplo, de “a estrela da manhã” e “a estrela da tarde”, que possuem o mesmo referente (o planeta Vênus), mas não são cambiáveis num contexto como:

(2) A estrela da tarde anuncia o anoitecer.

O mesmo ocorre em frases como:

(3) Édipo queria desposar Jocasta.

(4) Édipo queria desposar sua mãe.

Frege estende, pois, sua análise às proposições constitutivas dos enunciados: o sentido de uma proposição é um *pensamento*, ou melhor, um *juízo*, sendo o referente constituído pelo valor de verdade desse juízo. Dessa forma, cada proposição é apenas uma maneira de nomear o verdadeiro e o falso.

Por seu turno, Russel (8), partindo de outro exemplo célebre:

(5) o atual rei da França é calvo.

discute as expressões de linguagem ordinária que afirmam algo de um objeto existente, declarando que, para traduzi-las na linguagem da lógica, se faz preciso mostrar que, também elas, desde que tenham um sentido, são candidatas à verdade ou à falsidade.

Ora, em (5) surgem sérias dificuldades. Embora a afirmação não seja absurda e se afigure intelegível para qualquer

pessoa, independentemente do poder político vigente, não há mais possibilidade — já que a França é uma república — de declará-la verdadeira ou falsa. Tal expressão se traduziria pelo enunciado:

(6) Existe alguém que (a) é rei da França e (b) é calvo.

Essa proposição pode ser declarada falsa, já que consiste na conjunção de duas afirmações, exigindo, pois, a verdade de ambas — e, no caso, uma delas é atualmente falsa. A verdade do pressuposto de existência torna-se uma condição necessária para que o enunciado seja verdadeiro, embora não seja condição necessária para que ele tenha valor lógico.

Russel, em seus trabalhos iniciais, adota o pressuposto de que o significado de um nome deve ser identificado ao objeto que denota, colocando como condição necessária, embora não suficiente, para que algo possa ser nomeado, a de que possa ser denotado (referido). Tudo o que pode ser nomeado é considerado termo: assim, em princípio, seria possível usar nomes para fazer a referência não só a entidades abstratas, como a coisas mitológicas ou não existentes, ou ainda a entidades logicamente impossíveis.

Porém, no artigo “On Denoting”, aponta dificuldades em se aceitar que frases denotadoras tenham função de nomes.

Ao dizermos:

(7) O autor de *Waverly* foi Scott.

estariamos simplesmente dizendo que Scott foi Scott. E se:

(5) O atual rei da França é calvo.

denota um termo e se vigora a lei do terceiro excluído, uma das duas proposições:

a) O atual rei da França é calvo.

b) O atual rei da França não é calvo.

será necessariamente verdadeira. Contudo, ainda que enumerássemos todos os seres que são calvos e todos os que não o são, o atual rei da França não estaria incluído em nenhum dos dois conjuntos.

No entanto, é perfeitamente possível dizer:

(8) O atual rei da França não existe.

de modo que estaremos atribuindo ser a

um termo para lhe negarmos a existência. E — indaga Russel — como uma não-entidade pode ser sujeito de uma proposição?

Abandonando, então, tal posição, elabora a *Teoria das Descrições*, procurando mostrar que expressões que podem ser classificadas como definidas ou indefinidas não são usadas como nomes, pois, para terem sentido, não necessitam denotar algo. Conclui que expressões desse tipo, quando isoladas, não têm significado e contribuem somente para emprestar sentido às sentenças em que aparecem.

A teoria requer que todo significado descritivo de que seja portador um signo nominativo se incorpore a um signo predicativo, tendo o nome por única função a de ser puramente demonstrativo. Assim, os nomes logicamente próprios são signos puramente demonstrativos, caracterizando-se pelo fato de o seu uso significativo assegurar a existência do objeto que pretendem denotar. A existência passa, pois, a ser tratada como uma propriedade das funções proposicionais.

A Teoria das Descrições sofreu objeções por parte dos filósofos analíticos de Oxford, especialmente Strawson (9). Afirma este que, em sentenças como (5) e (7), a existência do objeto a que a frase descritiva pretende referir-se não está assegurada implicitamente, porém pressuposta. Assim, não existindo o objeto, a sentença terá sido usada não para traduzir um enunciado falso, mas um enunciado a que falta o valor-verdade. Assinala, ainda, a necessidade de se distinguir entre dois sentidos do verbo *implicar*: “*O rei da França é sábio*” implica, logicamente, “*todas as suas decisões são razoáveis*”, não podendo o primeiro enunciado ser verdadeiro se o segundo não o for também. Mas, no sentido propriamente lingüístico, o primeiro enunciado implica a existência de um rei da França. Não se pode, num discurso normal, apregoar a sabedoria do rei da França, a não ser que se acredite na sua existência ou que se atribua ao ouvinte a idéia de que a França tem um rei.

Donnellan (1) concorda com Strawson, considerando não ser avaliável o valor de verdade de uma proposição quando seu sujeito não remete a nenhum referente. No entanto, postula, para as expressões definidas, dois tipos diferentes de utilização: o *uso referencial* e o *uso atributivo*. No primeiro caso, a expressão é substituível por qualquer outra que possua o mesmo referente (por exemplo: *Vênus* e a *estrela da tarde*); no segundo, isso não ocorre, visto que o fato de o atributo caracterizar o referente de um determinado modo e não de outro é extremamente importante.

Em: (9) o assassino de Maria é um louco. a intenção não é tanto de fazer referência a um indivíduo determinado, mas sim de predicar a propriedade “ser louco” a alguém que assassinou Maria, quem quer que ele seja, e nenhuma outra descrição poderia substituir “o assassino de Maria” nesse contexto.

Galmiche(4), por sua vez, é de opinião que é precisamente quando a descrição definida não corresponde a nenhum referente que o critério do valor de verdade torna-se discriminatório entre o uso referencial e o uso atributivo.

Em 1971, revendo as posições anteriores, Strawson(10) mostra a importância de se caracterizar, na linguagem ordinária, o uso habitual da palavra *falso*. Para se julgar da verdade ou falsidade de uma proposição, faz-se necessário levar em conta a sua utilização. Se, em resposta à questão: “Existem no mundo homens importantes que sejam calvos?”, alguém dissesse: “Sim, o rei de França é calvo”, a frase seria tida normalmente como falsa, já que não existe um rei da França.

Partindo do princípio de que todo enunciado assertivo implica uma presunção da parte do falante da ignorância de certos pontos por parte da audiência (“Principle of Presumption of Ignorance”) mostra que, de um modo geral, só é possível ao falante informar a audiência justamente sobre estes pontos particulares, se ele presume nessa audiência certo

conhecimento empírico (“Principle of Presumption of Knowledge”). Estes princípios têm particular aplicação no caso da referência identificadora (“identifying reference”). Em toda situação comunicativa, existem conhecimentos comuns partilhados pelo falante e seus ouvintes, e, normalmente, o falante inclui em seu enunciado uma expressão que considera adequada, naquela circunstância, para indicar aos ouvintes de que coisa, dentre todas as que são de conhecimento comum, ele está tratando. Isto é feito por meio de *nomes próprios, descrições definidas, possessivos, demonstrativos e pronomes pessoais*, não sendo necessário que cada nome ou descrição seja aplicável unicamente ao item em questão, mas que sua escolha, naquelas circunstâncias, seja adequada para indicar à audiência de que item particular se está declarando algo. Ora, não pode ser parte da intenção do falante, nesses casos, informar a audiência da existência desse item; pelo contrário, o encargo de referência identificadora só pode ser assumido por um falante que conhece ou presume que sua audiência já esteja de posse desse conhecimento de existência e unicidade.

Assim, o fato de existir um item particular ao qual o nome ou descrição é aplicável e que, ainda que não seja o único, satisfaça a uma condição de unicidade, não constitui parte do que o falante assevera num enunciado em que usa o nome ou a descrição com função de referência identificadora, mas sim uma pressuposição que lhe permite asseverar o que assevera. Os pressupostos são, pois, conhecimentos que se devem presumir no ouvinte para que um enunciado possa preencher sua função informativa.

Propõe uma delimitação da teoria aos casos em que o ser cuja existência é pressuposta constitui o *tópico* ou *tema* do discurso. Argumenta que todo enunciado que contém uma expressão de referência pode ser decomposto em duas partes, a *expressão sujeito* (a *própria expressão de*

referência) e a *expressão predicado*. Ora, a predicação como um todo é verdadeira, apenas, no caso em que o termo-predicado se aplica de fato ao objeto ao qual o termo-sujeito se refere. A predicação como um todo é falsa, apenas, no caso em que a negação do termo-predicado se aplica ao objeto. O caso de ausência radical de referência da parte do termo-sujeito não é de nenhuma dessas duas espécies: é o caso da lacuna do valor-verdade. Logo, num discurso a respeito do rei da França, não existindo rei da França, será natural dizer que a questão da verdade ou falsidade simplesmente não se coloca, porque, se não existe um rei da França, o enunciado será privado de valor lógico.

A solução de Quine (7) é negar o valor referencial a expressões como “o autor de Waverly” ou “o atual rei da França”. Trata-se de contextos intencionais que são “referencialmente opacos”, em oposição aos contextos extensionais, que são “referencialmente transparentes”. Colocar-se num contexto opaco significa renunciar à referência.

Já Galmiche ressalta que, ao se estabelecer a referência, é preciso que se *utilize* uma frase e, ao fazê-lo, estabeleça-se uma relação entre palavras e acontecimentos, indivíduos, objetos que devem ser identificados pelo interlocutor, numa situação dada, para que a frase possa ser compreendida.

Kripke(5) desenvolve a teoria lógica dos “*mundos possíveis*”: o locutor de um enunciado refere-se não só ao mundo que considera real, mas a uma infinidade de outros mundos possíveis. Assim, duas expressões podem ser correferenciais em um mundo e não em outro.

Outros autores recorrem à noção de *universo de crença* que, segundo Martin(6), pode ser definido como “o conjunto de proposições que, no momento em que se fala, o locutor considera verdadeiras ou procura impor como tais”.

Ducrot(2) assinala que a dificuldade decorre do fato de as expressões destinadas a realizarem a referência transmitirem, ao mesmo tempo, uma descrição de seu referente. Há, então, uma disjunção das propriedades que caracterizam um dado referente: ao se descrever o referente de um enunciado, excluem-se “*ipso-facto*” outras descrições possíveis do mesmo. Se nosso vizinho nos diz:

(10) O presidente da República falou comigo hoje de manhã, a expressão — “O Presidente da República” — se refere a um ente determinado, que poderia ser caracterizado por uma série de propriedades específicas, como o número de sua cédula de identidade, o lugar e a data do nascimento etc. Porém, se usou essa expressão é porque o importante para ele era frisar que se tratava do Presidente da República e não caracterizar a pessoa por qualquer outra propriedade. Assim, a conversa com o vizinho terá por argumento o fato de que se tratava do Presidente da República e o emprego desta expressão, por constituir elemento determinante na sequência do discurso, é um dos elementos constitutivos de seu valor semântico. Ressalta, pois, a grande importância que pode ter, para o sentido do próprio discurso, a maneira como as coisas vêm nele representadas. No exemplo citado, *o referente não é propriamente o ente descrito pela expressão referencial, mas o ente tal como vem descrito. Assim, o referente, no caso, não são os entes, mas os personagens constituídos no discurso.*

Adotando-se essa posição, fica claro que não se pode localizar a referência em um ponto particular do discurso: é o discurso na sua totalidade que a realiza. Não existe, no discurso, o referente, considerado como elemento particular da realidade, mas uma referência do discurso a um universo diferente dele. Ao dizermos “o Presidente da República”, indicamos que as nossas palavras se referem a um mundo em que há uma república e em que esta tem um presidente.

Um estudo do discurso D de um enunciador E, do ponto de vista meramente referencial, consistiria em: 1) determinar de que mundo M fala E; 2) indagar sobre M independentemente de D; 3) determinar quais são os objetos de M designados pelas expressões referenciais de D; 4) verificar se estes objetos são tais como as expressões descritivas de D as representam.

Tal modo de proceder é tão útil quanto necessário. Mas não se pode considerá-lo “referencial” desde que se admita que o referente do discurso é o mundo construído no próprio discurso, ou seja, desde que se tenha da referência uma concepção global, totalizante: o referente de um discurso não é a realidade, mas aquilo que o discurso seleciona ou institui como realidade. Sem dúvida, não se pode reduzir a função referencial à designação de objetos (função nominativa, demonstrativa). É preciso entendê-la como uma função global de todo o discurso (conteúdo proposicional + modus).

Em vista disso, pode-se afirmar que o uso de uma expressão definida no discurso é sempre atributiva.

Tal concepção global torna absurdo julgar um discurso com base em um conhecimento prévio de seu referente. A necessidade, para o discurso, de realizar a referência, implica a necessidade de admitir um indizível oriundo do próprio dizer. O discurso, mesmo não podendo deixar de conter uma referência a algo que lhe é externo, constitui um objeto e o projeta em um mundo que, distinto dele, não pode reduzir-se àquilo que ele diz, isto é, não pode ser exaurido por esse discurso, mas que, todavia, permanece inacessível a todo e qualquer outro discurso. “Um mundo de fato, conclui Ducrot, é indizível: de um lado, não pode ser exaurido pelo discurso que o revela (caso contrário, não seria um mundo); por outro lado, porém, nenhum outro discurso poderia revelá-lo melhor”.

KOCH, I.G.V. & FÁVERO, L.L. — Discourse and reference. *Alfa*, São Paulo, 28:11-16, 1984.

ABSTRACT: The purpose of this paper is to examine the question of reference in discourse. The major theories on meaning and reference are examined and the position taken in this paper is that it is necessary to understand reference as a global function of the whole discourse. In discourse, reference considered as a specific element of reality does not exist, but there does exist a reference of discourse to a universe different from it. Discourse, therefore, constitutes its own object.

KEY-WORDS: Reference; sense; definite expressions.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. DONNELLAN, K.S. — Reference and definite descriptions. In: STEINBERG, D.D. & JAKOBOVITS, L.A. — *Semantics*. Cambridge, Univ. Press, 1971. p. 100-114.
2. DUCROT, O. — Referente. *Enciclopédia Einaudi*, Torino, 1980. v. 11.
3. FREGE, G. — *Sobre Sentido e Referência*. São Paulo, Cultrix, 1978.
4. GALMICHE, M. — Les ambiguïtés référentielles ou les pièges de la référence. *Langue Française*, 57: 60-86, 1983.
5. KRIPKE, S.A. — Semantic considerations on modal logic. In: PROCEEDINGS OF A COLLOQUIUM ON MODAL AND MANY VALUED LOGIC. *Acta Philosophica Fennica*, n.º 16, 1963.
6. MARTIN, R. — *La logique du sens*. Paris, Presses Universitaires de France, 1983.
7. QUINE, W.V.O. — *World and Object*. Cambridge Mass., MIT Press, 1960.
8. RUSSEL, B. — On denoting. In: COPI, I.M. & GOULD, J.A., eds. — *Contemporary readings in Logical Theory*. New York, Macmillan, 1967. p. 93-104.
9. STRAWSON, P.F. — On referring. In: — *Logico-linguistic papers*. London, Methuen, 1950. p. 1-27.
10. STRAWSON, P.F. — Identifying reference and truth-values. In: STEINBERG, D.D. & JAKOBOVITS, L.A. — *Semantics*. Cambridge, Univ. Press, 1971. p. 86-99.
11. VOGT, C.A. — *Linguagem, Pragmática e Ideologia*. São Paulo, Hucitec/FUNCAMP, 1980.

OS CÓDIGOS LINGÜÍSTICOS EM *SINHÁ SECADA*

Maria Angélica Nogueira Pimentel FONSECA*

RESUMO: Apresentamos, neste trabalho, o resultado do levantamento de vocabulário e expressões para a interpretação da organização dos códigos lingüísticos presentes no conto *Sinhá Secada* de Guimarães Rosa. Utilizando o conceito de "código" (campos semânticos) de Barthes, analisam-se os códigos jurídico e religioso, que refletem, fundamentalmente, o universo cultural dos personagens, bem como os códigos do silêncio e do despojamento que funcionam, sobretudo, como elementos de caracterização da personagem. Acima deles, como supracódigo, analisamos o código da água, fundamental na estrutura narrativa.

UNITERMOS: Vocabulário; código; organização supratextual; estrutura narrativa.

Este trabalho é parte de um estudo mais amplo sobre o conto *Sinhá Secada* de Guimarães Rosa (7). Do estudo, selecionamos o levantamento do vocabulário, das expressões e do funcionamento semiológico desses signos, utilizados pelo organizador da ficção na elaboração da mensagem.

Procuramos utilizar o método que Barthes empregou para analisar *A ILHA MISTERIOSA* (1). Ele nos remete a Revzin, que no artigo "Les principes de la théorie des modèles en linguistique" (6), demonstra a utilidade do método dos modelos lingüísticos baseados nos modelos da linguagem matemática. Nesse estudo, Revzin distingue, em todo processo de elaboração da informação, um conjunto A, de signos iniciais, de um conjunto B, de signos finais. Apoiado nessas observações, Barthes analisa o romance de Júlio Verne, começando por identificar esses conjuntos chamados por ele de códigos (1, p.78). A análise implica a explicação das transformações que a informação so-

fre na travessia do conjunto A, código inicial, para o conjunto B, código terminal (1, p.78). Os códigos, como Barthes define, (...) *são simplesmente campos associativos, uma organização supratextual de anotações que impõem certa idéia de estrutura: a instância do código, para nós, é essencialmente cultural* (...) (2, p. 58). Barthes observa que nem sempre os conjuntos/códigos estão didaticamente dispostos e que nem sempre a passagem de um para outro se faz de modo claro.

As reflexões sobre essas idéias serviram de base para a interpretação da função dos códigos que se entrelaçam na trama de *Sinhá Secada*, conto breve e denso. É a estória de uma mulher que, acusada de ter prevaricado, perde seu lugar na família e, por decisão judicial, vê-se constrangida a entregar ao marido o filho, recém-nascido. Acolhida por Quibia, Sinhá, fechada num silêncio quase total, passa a trabalhar *como máquina numa fábrica de tecido* (7, p.143), em outro lugar. Passados alguns anos, surge, inexplicavel-

* Departamento de Lingüística — Instituto de Letras, História e Psicologia — UNESP — 19.800 — Assis — SP.

mente, nos olhos de Sinhá, um brilho diferente, observado por todos que com ela conviviam. Aparece, então, um moço à procura da mãe, de quem fora arrebatado em criança. Grande alegria apodera-se de Sinhá, que, durante aquela noite toda, conta sua estória a Quibia e acaba falecendo de madrugada. Quibia, posteriormente, certifica-se da morte precoce do filho de Sinhá, ocorrida logo após a separação da mãe. O conto termina com a frase de Quibia — *Sinhá Sarada* ... — que induz o leitor a pensar na justiça divina opondo reparo à lei humana.

Em *Sinhá Secada*, os códigos estão didaticamente dispostos: o código jurídico (conjunto A) e o religioso (conjunto B); entre eles, os códigos do silêncio e do despojamento.

O código jurídico, como conjunto dos sinais iniciais, representa a lei humana e aponta para o conflito: o amor de mãe e a impossibilidade de sua realização no plano humano. O termo *lei* é tomado aqui num sentido amplo: tanto a lei escrita quanto a decorrente dos usos e costumes de um grupo social, e que se exprime sob a forma de controle e coerção social. O código jurídico revela-se nas expressões: “*cumprir essa ação*” (judicial), “*procedera mal*”, “*lado da honra*”, “*mandado*”, “*escritas injustiças sem medida nem remédio*”, (7, p.142). Cabe lembrar que a palavra *remédio* é termo jurídico significando “*meio adequado e lícito para se alcançar determinado fim de direito*” (4).

Funcionando como código oposto ao jurídico, há um conjunto de palavras e expressões que compõem o código religioso. Este código sugere a reparação dos sofrimentos de Sinhá: um consolo para o seu amor de mãe, por interferência divina, contraposta à lei humana. O código religioso é esboçado já no início do conto,

mas é a partir do décimo parágrafo que ele se intensifica, coincidindo com o momento em que o despojamento de Sinhá atinge seu ponto culminante: o despojamento físico. Constituem o código religioso expressões como: “*nas veras da alma*”, “*com dúvida de Deus*” (7, p.142), “*limpo espírito*” (7, p.143), “*momentos de importante paz*”, “*Se ela viesse mais à igreja, havia de ser uma Santa ...*”, “*entrava no mundo pelo fundo*”, “*abençoando-o*” (7, p. 144), “*Anjinho, (o filho) nem chegara a andar nem falar, adoecido logo no depois do desalmoso dia*”, (grifos nossos), *Sarada* (7, p.145). O código religioso está, assim, em simetria com o código do despojamento: quanto mais *secada*, no sentido de despojada e no limite de suas forças físicas mais *sarada*, isto é, *curada, purificada*, que é um dos sentidos de *sarada* (cf. 5 e 8).

Ligando os conjuntos opostos, o inicial e o final, estão os códigos do silêncio e o do despojamento. O código do silêncio funciona como um subcódigo do despojamento, entendido como recusa à defesa, à justificativa. Ambos os códigos concorrem para a caracterização de Sinhá. O silêncico de Sinhá percorre o conto todo — cenas não dialogadas ou suas breves falas, tais como: “*dita nenhuma desculpa ou palavra*”, “*Sentada ela se sucedia ...*”, “*nem ouvia*” (o que lhe diziam) (7, p.142), “*instructa*”*, “*Não falava a não ser o preciso diário*”, “*escassas frases*”, “*fechada a gestos*”, “*queria nada: não esperar, adiar de ser*” (grifamos) (7, p.143), *serena, no circuito do silêncio, no havido menino vez nenhuma falou, Sinhá no mais se esquecia, ali, apartada, calada* (7, p.144). O código do silêncio também está presente nas frases nominais: *Entanto errados* (7, p. 143) e *Sim, estas* (lembranças), *depois* (7, p. 144). Na parte final do conto, sugere-se o rompimento

* A palavra *instructa*, que caracteriza a atitude de Sinhá, não está dicionarizada. O neologismo, decerto, prende-se à palavra latina *strictu*, que deu em português *estrito* e *estreito*; *estrito* tem, entre outros, o significado de *rigoroso, que não comporta extensão, restrito*. Portanto, *instructa* parece formada da preposição latina *in* (“dentro”), empregada como prefixo, e *strito*, o que sugere a idéia de “fechada em si”, “ensimesmada”.

desse código que, entretanto, não se realiza para o leitor porque não se explicitam as palavras ditas por Sinhá, apenas menciona-se a cena: *A Quibia ela muito contou, e fechou, final, os novos olhos* (7, p.145).

O código do despojamento se configura no final do terceiro parágrafo. Sem a família, Sinhá entra num processo de despojamento crescente: *sem trouxa de roupa, até um pé descalço* (quando partiu), *deixara de pensar* (7, p.142), *O menino sempre ausente rodeava-a de infinidade e falta., Tomara, em dois, três dias, o aspecto pobre demais..., Sinhá prosseguia, servia (...) ladeando o tempo, como o que semelhava causada morte., Tomava-lhe a filha casada de Quibia, por empréstimos, quase todo o ordenado, já que a ninguém ela nada recusava, queria nada... A bem dizer, quase nem comia, rejeitava o gosto das coisas ...* (7, p.143) (grifos nossos). Destacamos, nessas passagens, o alheamento de Sinhá da realidade que circunda: Sinhá vai se despojando dos bens materiais e até mesmo do essencial para a sua sobrevivência. O gradativo desapego à vida mostra que o mundo de Sinhá já é bem outro. Nos enunciados — *:Seus olhos iam-se empanando encardidos, ralos os cabelos* (7, p. 144) e (...) *Semelhava a boneca de brincar de algum menino enorme, Seu esqueleto era quase belo, delicado* (7, p.145), o definhamento físico (idéia reforçada pelo contraste — *menino enorme/esqueleto*) está ligado ao código do despojamento pela relação causa-consequência.

Observe-se que até de nome Sinhá é despojada: apresentada como Sinhá, *secada e sarada* são os adjetivos que a caracterizam. No início aparece *Senhora*, tratamento dado pelo narrador, partindo da focalização de Quibia. O termo *Sinhá*, empregado no restante do conto, reflete o relacionamento da preta Quibia com a Senhora. A ausência de nome da personagem central tem, pois uma função: compõe o código do despojamento.

Diluído no conto, e percorrendo-o todo, percebe-se, igualmente, o código da água, que aparece de diferentes modos, de acordo com a situação a que se liga:

“Iam lhe dar água e conselhos (...)” (7, p.142). A idéia de água, elemento indispensável à sobrevivência, vincula-se ao código do despojamento. A frugalidade da alimentação de Sinhá fica implícita pela presença de apenas a palavra *água*, se considerarmos que, culturalmente, temos já na expressão *passar a pão e água* a idéia de carência de alimentação, imposta por terceiros ou por circunstâncias, ou abstinência voluntária com intenção de obter indulgência.

“Daí quedava, estalável, serena, no circuito do silêncio, como por vezo não se escavam buracos na barragem de um açude” (3, p. 144). A abundância da água contida (açude-barragem) — sugerindo o sofrido esforço de contenção de Sinhá, que, embora inconformada com os acontecimentos, não manifesta revolta — relaciona-se ao código do silêncio.

“O caixão (...) beirou o ribeirão rude de espumas em lajedos e em prestes cova se depositou, com flores, com terra que a chuvinha de abril amaciava” (7, p.145). *Ribeirão rude* evoca o símbolo da vida humilde e difícil que Sinhá teve, pontilhada de durezas, representadas pelos lajedos (3, cf. verbete *eau*). A água da chuva que cai do céu sobre a terra (idéia que se liga ao código religioso) marca o início da fecundação. Simboliza também a revivificação, a graça, a sabedoria (3, cf. verbete *pluie*). Sinhá, depositada na terra amaciada pela chuvinha de abril, é semente de amor e pureza que vai renascer em outro plano, o espiritual. O código da água tem, portanto, como função suscitar, de acordo com a nossa tradição cultural, a idéia de purificação, de luz, de graça divina (cf. 8, verbete *água*).

A conjugação desses códigos, que criam no conto uma atmosfera mística, sugere a ascensão de Sinhá, do plano terreno para o transcendente; a marcha do

despojamento físico para as riquezas e glórias do plano espiritual.

Procuramos, assim, evidenciar a disposição didática dos códigos em jogo, formando o arcabouço da organização do conto. A essa *organização supratextual* prendem-se os fios unificadores da estru-

tura semântica do texto. O código da água funciona como um supracódigo, reforçando a articulação dos códigos do silêncio, do despojamento e do religioso. Todos eles, conjugados, fluem no conto, apontando a passagem de Sinhá do plano terreno (conjunto A), para o plano transcendental (conjunto B).

FONSECA, M.A.N.P. — Les codes linguistiques dans le conte *Sinhá Secada*. *Alfa*, São Paulo, 28:17-20, 1984.

RÉSUMÉ: On présente ici le résultat d'un prélèvement de mots et d'expressions employés dans le conte Sinhá Secada de Guimarães Rosa, en vue du décèlement des codes linguistiques y établis, de leur organisation, suivis de leur interprétation. Faisant appel au concept de code (champs sémantiques) selon Barthes, on y découvre les codes juridique et religieux, qui reflètent l'univers culturel des personnages — aussi bien que les codes du silence et du dépouillement qui fonctionnent comme procédés de caractérisation du personnage — Sinhá Secada. Se plaçant au-dessus d'eux et leur servant de trait d'union, il y a un supracode, celui de l'eau, qu'on analyse comme élément fondamental de la structure narrative du conte.

UNITERMES: Vocabulaire; codes; organisation supratextuelle; structure narrative.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BARTHES, R. — Por onde começar. *In: Novos ensaios críticos. O grau zero da escritura*. Trad. de Heloisa de Lima Dantas, Anne Arnichand e Álvaro Lorencini. São Paulo, Cultrix, 1974. p. 77-86.
2. BARTHES, R. — Análise textual de um conto de Edgard Poe. *In: ———— CHABROL, C., apres. — Semiótica narrativa e textual*. Trad. de Leyla Perrone Moysès, Jesus Antonio Durigan e Edward Lopes. São Paulo, Cultrix/ EDUSP, 1977. p. 36-62.
3. CHEVALIER, J. & GHEEBRANT, A. — *Dictionnaire des symboles*. 2. ed. Paris, Seghers, 1974.
4. FERREIRA, A.B. de H. — *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1975.
5. FREIRE, L. — *Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa*. 3.ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1957.
6. REVZIN, I.I. — Les principes de la théorie des modèles en linguistique. *Langages*, 15:21-31, 1969.
7. ROSA, J.G. — *Sinhá Secada*. *In: ———— Tutaméia*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1969. p. 142-145.
8. SILVA, A. de M. — *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. 10.ed. Lisboa, Confluência, 1956.

O COORDENADOR INTERFRASAL *MAS* — INVARIÂNCIA E VARIANTES

Maria Helena de Moura NEVES*

RESUMO: Proposta uma definição semântica básica para o *mas* — que se refere à noção de desigualdade para os segmentos entre os quais ele ocorre —, consideram-se as diferenças existentes em diversas ocorrências interfrasais desse coordenador. Verificado o contexto típico de ocorrência, conclui-se pela consideração do *mas* como elemento característico de operação argumentativa.

UNITERMOS: *Mas*; coordenação; argumentação; relação adversativa; comparação; concessão; contraposição; eliminação; recolocação; discurso polêmico.

INTRODUÇÃO

Transparece à percepção de qualquer usuário da língua que o *mas* garante uma relação adversativa para os segmentos entre os quais ocorre. É necessário, porém, que se caracterize mais acuradamente o significado básico que permanece nos diferentes empregos desse elemento e que deve ser apontado como sua definição semântica.

É nossa hipótese inicial que a ocorrência da *conjunção coordenativa* após pausa de final de frase permite uma melhor avaliação desse elemento. Exatamente porque ocorrentes entre segmentos organizados em indicadores sintagmáticos independentes, os coordenadores interfrasais deixam ver, na estrutura manifestada, a organização e reorganização mútua e contínua das partes que compõem o texto. É assim que nossas reflexões partem das ocorrências do elemento *mas* em início de frase.

Em geral, os estudos sobre o *mas* (LAKOFF, 23; HALLIDAY & HA-

SAN, 21; VAN DIJK, 52) se preocupam em especificar, já de partida, diferentes “significados” desse coordenador. A marca geral desses estudos é a bipartição inicial em dois grandes grupos — o primeiro geralmente caracterizado pela existência de oposição semântica entre os membros coordenados, e o segundo, pela existência da chamada *concessão* —, relacionando-se, a seguir, fora desses grupos maiores, uma série de ocorrências. Parece-nos necessário, entretanto, verificar o que há em comum nesses dois grandes grupos, já de início distinguidos, e o que, nos outros tipos postos à margem, permite seu agrupamento com os grupos maiores.

A INVARIÂNCIA

Propomos que a definição semântica básica de *mas* se refere à noção de *desigualdade* para os segmentos entre os quais esse elemento ocorre, definição que se relaciona com o próprio significado do étimo latino *magis*. Basicamente o *mas*

* Departamento de Linguística — Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação — UNESP — 14.800 — Araraquara — SP.

expressa a relação entre os dois segmentos de algum modo desiguais entre si: cada um deles não só é externo ao outro (coordenado), mas, ainda, é, marcadamente, diferente do outro. O emprego do *mas* entre esses segmentos representa a explicitação dessa desigualdade, indicando que o enunciador a reconhece e se utiliza dela na organização de seu enunciado, tanto na distribuição das unidades de informação como na estruturação da argumentação.

A conjunção portuguesa *mas* provém do advérbio latino *magis*, “mais”*, que, já no latim vulgar, adquiriu sentido adversativo**. Como sinônimo de *potius*, “antes”, “de preferência a”, *magis* se tornou concorrente de *sed*, “mas” (correspondente ao alemão *sondern* e ao espanhol *sino*) após frase negativa. Ex.s: *id, Manli, non est turpe, magis miserum est* (Catulo, 68, 30), “isso, Mânlio, não é torpe, antes é lamentável”; *ipse nullo repetere* (sc. *beneficia*), *magis id laborare ut illi quam plurimi deberent.*” (Salústio, B. Iug. 96, 2), “ele próprio não reclamava (os benefícios) de ninguém, antes fazia por ter o maior número possível de devedores.” *** Bem mais tarde, *magis* empregou-se com o sentido do alemão, *aber*, espanhol *pero*. Ex.: *possidet ille polos, tu magis ima petis* (Ven. Fort. carm. 1,3,10), “ele ocupa as regiões mais altas, tu, porém, as mais profundas.”****

Como ponto de partida tomamos as observações de DUCROT & VOGT (16), que mostram que a estrutura adversativa facilmente se liga à estrutura comparativa. Aceitamos não apenas o princípio da argumentatividade como as noções de negação e manutenção argumentativas, esta

variando de um simples registro até a concessão. Julgamos, entretanto, que a explicação das semelhanças entre as duas estruturas — que, historicamente, formam um quadro de derivação (primitiva: comparativa; derivada: adversativa) — poderiam ser vistas em um quadro maior, desvinculado do devir histórico e caracterizado, isto sim, pela existência de propriedades comuns que explicam o fato histórico.

Para nós, ambas as estruturas, consideradas independentemente da datação histórica de ocorrência, apresentam em comum a expressão de desigualdade, um dos traços básicos das atividades do espírito humano, que, sobre o eixo de semelhanças, distingue diferenças. E, assim como no exame do binômio *comparativo* → *adversativo*, nesse esquema mais amplo *desigualdade* → *comparativo*, *adversativo*... também se recorre, do ponto de vista argumentativo, a noções antinômicas mas conciliáveis de negação e manutenção, ambas graduáveis nas suas possibilidades de manifestação.

Basicamente, o *mais* ocorre entre duas entidades diferentes entre si: fundamentalmente cada uma delas é não só sintaticamente *externa*, mas também marcada como *desigual* em relação à outra.

AS VARIANTES

A partir dessa invariância, podemos considerar a significação das diferenças existentes entre as diversas ocorrências do elemento *mas*.

No terreno fluído da contextualização de semas, nossa análise terá de contentar-se com aproximações, e será

* Outras línguas românicas, como, por exemplo, o francês (*mais*) e o italiano (*ma*), também derivam o coordenador adversativo de *magis*. Interessante observar, por outro lado, que a adversativa grega *allá* é o plural neutro, com mudança de acento, de *állos*, “outro” (SCHWYZER, 46, p. 578; CHANTRAINE, 6, s.v. *állos*; DENNISTON 11, p. 1). Aí está bem esse significado de diversidade.

** LEUMANN-HOFMANN-SZANTYR (25, p. 497); BLOCH & WARTBURG 4, s.v. *mais*; COROMINAS 10, s.v. *más*; MACHADO 33, s.v. *mas*. Diz Corominas que, com esse sentido, *mais*, primeiramente, se empregou para agregar uma circunstância nova, equivalendo a “ainda mais”, e, depois, para indicar fato alegado em oposição ao anterior.

*** LEUMANN-HOFMANN-SZANTYR (25, p. 497). Os autores apontam, ainda, o emprego de *magis* em combinação com partículas adversativas: *sed magis, magis autem, magis tamen, magis enim, immo magis, ac magis, et magis = sed magis, aut magis* (25, p. 497-498).

**** LEUMANN-HOFFMANN-SZANTYR (25, p. 498). MEYER-LUBKE (35, p. 309) afirma que, quanto ao emprego de *magis* depois de verbos afirmativos, não se pode dizer se é fenômeno latino ou românico.

impossível a determinação de classes fechadas ou de unidades discretas na categorização das diversas manifestações do coordenador *mas*. É todo o conjunto coordenado que pesa na avaliação. E, assim, é geralmente com zonas nebulosas de interferência que, no exame das implicações semânticas existentes entre os segmentos coordenados por *mas*, se passa de uma desigualdade pouco caracterizada, para o contraste, a contrariedade, e se chega à oposição, à negação, à anulação, à rejeição.

Essa desigualdade se registra segundo várias escalas (diferença de natureza, de direção, de grau em uma mesma direção), e pode, ainda, ligar-se a variáveis, como por exemplo, o tempo.

A rejeição, a anulação, a negação, por sua vez, podem seguir-se ou não de substituição ou recolocação.

Por outro lado, o registro das semelhanças só pode assentar-se na base das semelhanças, o eixo capaz de prover fundamento para o estabelecimento de diferenciações. Aparece, portanto, como outro traço característico da relação “adversativa” o reconhecimento de uma entidade, para posterior registro de sua desconsideração, negação, anulação, rejeição.

Propomos, assim, que, em todo enunciado em que ocorre o elemento *mas*, há algo de oposição (que vai de um mínimo, a condição de simples desigualdade, a um máximo, a anulação) e algo de admissão (que vai de um mínimo, o simples reconhecimento ou registro de existência, a um máximo, a concessão).

Julgamos que a existência do significado básico aqui proposto e que as implicações ligadas a essa noção de desigualdade são comprometedoramente ignoradas por quantos bipartem as noções expressas pelo coordenador “adversativo” em *contrastiva* e *concessiva*, compondo dois grupos mutuamente exclusivos,

obrigando-se, depois, a considerar casos marginais. Na verdade, essa bipartição inicial coloca em oposição duas categorias de ordem diferente. A questão do contraste se refere à diversidade que, realmente, o *mas* evidencia, diversidade que tem o contraste como um de seus graus. A questão da concessão, por sua vez, se refere a uma admissão, (real ou retórica), que precede a expressão da diversidade, e que, também, tem a concessão como um de seus graus.

Com base na definição sêmica apontada para *mas*, propomos uma bipartição inicial de enunciados do tipo *p. Mas q.** segundo haja ou não implicação de incompatibilidade entre *p* e *q*, isto é, segundo esteja ou não implicado que a existência de *q* elimina *p*. Dentro desses dois grupos maiores, outras implicações levarão a subagrupamentos que serão, a seguir, considerados.

GRUPO I — CONTRAPOSIÇÃO (*q* não elimina *p*)

Consideramos que:

- a) se *p* e *q* são desiguais;
- b) se *q* não elimina *p*;

— *p* e *q* necessariamente se contrapõem (confrontam-se e distinguem-se).

A partir do pressuposto b), considera-se que existe sempre, em graus variáveis, admissão — explícita ou implícita — de *p*, para posterior contraposição de *q*.

O exame dessa contraposição vai implicar, basicamente, a confrontação entre a direção que toma *p* e a direção que toma *q* na organização do enunciado, tanto na distribuição das unidades de informação como na orientação argumentativa, esta especialmente determinante no estudo do *mas*.

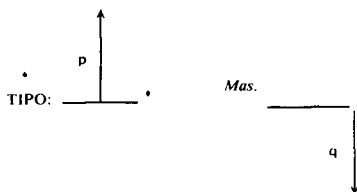
* *p* e *q* não são, aqui, entidades lógicas; designam, simplesmente, as frases coordenadas. Por outro lado, o primeiro termo da coordenação nem sempre é uma frase localizável, podendo ser toda uma configuração do texto anterior, ou ser, mesmo, um elemento da situação. Muito menos é necessário que *p* e *q* sejam contíguas. Observe-se, finalmente, que, sendo recursiva a coordenação, *q* pode seguir-se a uma série já coordenada.

À primeira vista pareceria que a direção de p e a de q têm de ser, necessariamente, opostas. Não é, entretanto, o que se verifica. Na verdade, p e q podem estar não só em direções opostas como também em direções paralelas e até na mesma direção, desde que se caracterize a expressão de uma desigualdade, como se verá na descrição.

Consideramos não-pertinente para a classificação a existência ou não de relação temporal entre as frases coordenadas.

1.1. Em direções opostas

- (1) — Vou bem. *Mas* você vai mal. (48, p.62)



1.1.1. Com contraste entre p e q

- (2) (...) Creusa, certamente, não se dera ao trabalho de aparecer. *Mas* lá estavam Gumercindo e os outros empregados (...) (26, p.105).
- (3) (...) Será que pé gasta? Diz que de quem trabalha em salina gasta. *Mas* eu não; agora sou jornalista. Gasto a bunda. (40, p.172).
- (4) Amedrontado, Naé ergueu-se. *Mas* não chegou a dar um passo: a porta escancarou-se e dois homens avançaram na sua direção. (8, p.139).
- (5) O sítio ou fazenda não era muito grande, se se considerasse apenas a parte coberta de trabalho: algumas casinholas quebradas, o curral, o

campo lavrado. *Mas* seria enorme se também se contasse com as terras largadas (...). (27, p.45).

- (6) Camisa de seda finíssima (...) Por trás da mesa um grande cofre. Muito dinheiro e a patente de major da Guarda Nacional. *Mas* as mãos — aquelas mãos cheias de anéis do atual patrão — conservavam ainda as asperezas das do antigo garimpeiro bafejado pela sorte. (44, p.63).
- (7) Em qualquer outro estágio de imaginação, talvez houvesse razão para que nos supuséssemos aliados (...). *Mas* seria possível conceber que, nesse premonitório momento de confusão, pudesse uma criatura compreender tão instantaneamente a essência da outra? (24, p.36).
- (8) (...) Em geral costumavam elas ter as suas quatro ou cinco cabeças de galinha, o que lhes dava algum rendimento. *Mas* na casa de Salu a coisa ia de mal a pior. (44, p.68)

Verifica-se que:

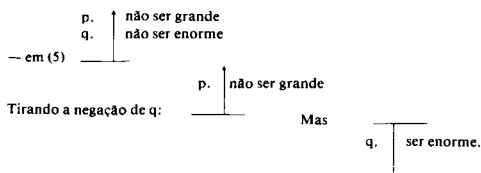
- a) p e q são históricas* ou não, havendo ou não relação temporal entre p e q.
- b) A contraposição se faz em curso de uma comparação implícita.
Comparam-se:
— em (1), (2) e (3), dois temas;
— em (4), (5) e (6), dois remas;
— em (7) e (8), dois circunstantes.
- c) O estabelecimento do contraste entre os dois elementos comparados se faz com base em um eixo de identidade. Há, sempre, pois, um elemento comum a p e a q, explícito ou não, não enunciado.
- d) O contraste entre p e q vai, sem limites muito definidos, da polaridade

* Entendemos, aqui, *história* como "relato", independentemente de nela se inscrever ou não a primeira e a segunda pessoas: o fato histórico é o suscetível de atualização espaço-temporal (Veja-se o conceito de BENVENISTE, 2, 3).

(*sim/não, não/sim*) ao simples cotejo (qualitativo ou quantitativo), passando pela antonímia, total ou parcial; exemplos:

- em (2) e (3): polaridade;
- em (1) e (5): antonímia;
- em (4), (6), (7) e (8): contraste.

- e) Na contraposição dos contrários pode estar envolvida gradação, como por exemplo, em (5); nesse tipo de oposição, o segmento que se acresce (q), em direção contrária à de outro segmento dado (p) representa um elemento que, não fossem contrárias as direções, estaria abaixo do primeiro numa escala argumentativa*. Esse tipo de oposição argumentativa resulta, pois, de inversão de direção do elemento que está abaixo nessa escala. Esse mecanismo pode ser assim representado:



O que se verifica é que p e q são valores argumentativos na mesma direção, e q está abaixo de p na escala argumentativa. Invertendo-se a polaridade de q (negando-se q, se for afirmativo, e afirmando-se q, se for negativo), q toma direção oposta a p.

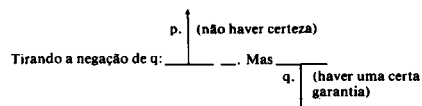
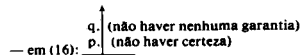
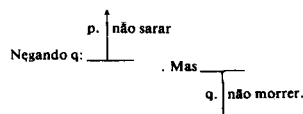
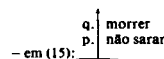
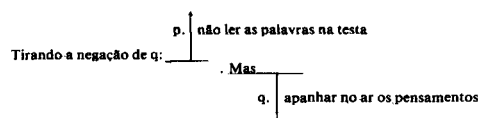
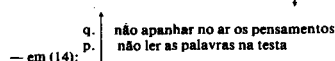
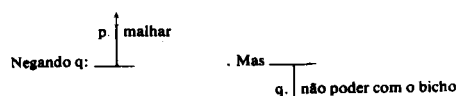
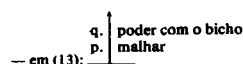
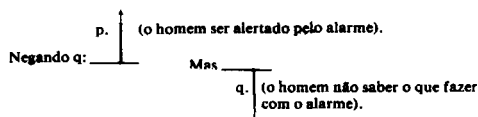
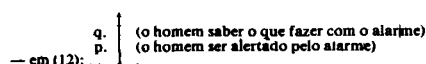
I.1.2. Com compensação entre p e q

- (9) (...) Tinha de resignar-se a tolerar, durante algumas horas, a presença de Susana, seu olhar sardônico, as vingativas perguntas que não deixaria de fazer. *Mas* havia o menino, conversaria com ele. (...) (26,p. 109).
- (10) (...) Abusava, porém, de tal forma dos excitantes que as imagens do mundo às vezes se lhe apagavam por
- completo, durante frações de segundo, quando não se deformavam ou explodiam. *Mas* que diabo!
Aquelas drogas lhe abriam as portas da fuga. (...) (54, p. 77).
- (11) “Ora, minha filha, há tantos loucos no hospício, e que é que nós temos com eles? Loucura não pega.”
“*Mas* se herda; há famílias de loucos.” (37,p. 18).
- (12) E, continuando a andar, por vezes o vento lhe trazia um clamor vago, uma reivindicação mais intensa. Era um alarme de vida que delicadamente alertou o homem. *Mas* com o qual ele nada soube fazer como se visse uma flor se entreabrir e apenas olhasse. (27,p. 39).
- (13) Eu já sabia correr o pé e dar cabeçada. Quando chifrava pra valer, não era para fazer carinho, não. Botava outros moleques de bunda no chão, estiradinhos na calçada. E então não me cansava de chutar o fre-guês. Malhar, malhava; *mas* agora, com aquele bicho gordo eu não podia. (...) (1,p. 272).
- (14) (...) Dora afirma que lê as palavras na testa do pai acompanhando a vibração das rugas. Eu não chego a tanto. *Mas* em compensação apanho no ar os pensamentos do senhor (...). (48,p. 74).
- (15) — Então vai sarar?
— Também não.
— *Mas* não vai morrer, hem, tio Daniel? (50,p. 56)
- (16) — (...) O Senhor é o senhor mesmo, podia ser um louco.
— O catálogo não disse o contrário.
— *Mas* já é uma garantia. (9,p. 14).

* Fala-se aqui em *escala argumentativa* tal como apresenta o conceito DUCROT (13).

Verifica-se que:

- a) p e q são ou não históricas; são argumentos (ou fatos usados como argumentos), havendo ou não relação temporal entre p e q.
- b) A compensação entre p e q resulta da diferença de direção dos argumentos.
- c) Essa diferença pode não envolver grau, como em (9), (10) e (11); assim, por exemplo, têm direções opostas e se compensam, sem envolvimento de gradação, “ter as imagens do mundo apagadas” e “ter as portas da fuga abertas” (10) ou “a loucura não ser transmissível” e “a loucura ser hereditária” (11).
- d) Quando envolve grau, essa diferença pode ser apresentada na ordem do argumento mais fraco para o mais forte (que é negado), como em (12) e (13), ou na ordem oposta, como em (14), (15) e (16). (Observe-se, em (14): *não chego a tanto*).
- e) Na compensação com envolvimento de grau, o que se verifica é que a frase q, que se acresce, em direção oposta, à frase p, representa um argumento que, não fosse contrárias as direções, estaria acima do primeiro numa escala argumentativa. Esse tipo de oposição resulta, pois, de inversão do elemento que está acima nessa escala. Esse mecanismo pode ser representado como nos exemplos ao lado.



O que se verifica é que p e q são valores argumentativos na mesma direção, e q está acima de p na escala argumentativa. Invertendo-se a polaridade de q (negando-se q, se for afirmativo, e afirmando-se q, se for negativo), q toma direção oposta a p. Pode-se apresentar, nos casos examinados, fórmulas deste tipo (chamando-se x e y, respectivamente a p e q despojados da polaridade):

- em (12) e (13): x, sim, mas y (+ que x), não;
- em (14) e (16): x, não, mas y (- que x), sim;
- em (15): x, não, mas y (+ que x) também não.

A indicação de compensação pode vir lexicalizada, como em (14) (*em compensação*).

f) Se examinada essa argumentação com relação aos valores do mundo real, verifica-se que o enunciador pode apresentar primeiro o argumento de uma escala positiva (argumento favorável) e, em segundo lugar, o argumento oposto (desfavorável ou menos favorável), (como ocorre, por exemplo, em (12) e (13), ou pode proceder de modo inverso (como ocorre em (14), (15) e (16)).

Nestes últimos casos, a compensação tem um certo sentido de reparação, e o enunciado *p. mas q.* vale como *p. Mas, pelo menos, q.* Esse sentido é, por vezes, lexicalizado, como ocorre em (16) (*já* = “pelo menos”), e em (14), onde a expressão *em compensação* é usada pelo enunciador para indicar um argumento favorável compensatório do desfavorável (*não chego a tanto*) que acabara de ser lançado.

1.1.3. Com restrição a *p.*, formulada em *q*

A frase *q* restringe, de algum modo

p:

1.º) por refutação.

(17) — Os bichos comem a gente.
— *Mas* a gente não é só isso.
(50, p.57)

(18) — Você não acha ridículo um velho amar?
— *Mas* nem você tem a idade de Goethe, nem ela é jovem como Betina Brentano. (48.p.62).

(19) — Na verdade, nem sequer, comecemos, e eu me recuso a continuar perdendo tempo com um paciente que me esconde pensamentos e sentimentos.

— *Mas* é que conheci a moça apenas há duas semanas! (54,p. 79).

(20) — (...) Vá plantar meu arroz já, já.

— *Mas* patrãozinho, mas plantar sem... (17,p.96)

(21) — Já vai para duzentos cruzeiros a sua história.

— *Mas* vale mais. (39,p.166)

Verifica-se que:

a) *p* e *q* são inserções da enunciação do enunciado (*q* cumpre o ato de refutar).

b) Por essa razão, *q* tem entoação marcada, o que pode ser representado graficamente (como em (19)), ou não; pela mesma razão aparecem, em *q*, elementos de intensificação, como, por exemplo, em (17) (*só*), em (19) (*apenas*) e em (20) (repetição do *mas*).

c) *q* pode restringir:

— um pressuposto*, como em (17); pressuposto: “a gente é comível”;

restrição: “a gente não é só isso”;

em (18); pressuposto: “sou velho”;

restrição: “você, não é tão velho”;

(a que se acrescenta: “e ela também não é tão jovem”);

em (19); pressuposto: “você já namorava a jovem”;

restrição: “faz pouco tempo que isso ocorre”;

em (20); pressuposto; “há o necessário para você plantar”;

restrição: “não há...” (que, no texto, se refere a “enxada”);

— um subentendido, como em (21); subentendido: sua história vale muito;

restrição: vale mais ainda.

2.º) Por acréscimo de informação.

(22) (...) Aliás, a sua (causa) já está

* Entendemos *pressuposto* e *subentendido* tal como conceitua DUCROT (15). Diz o autor: “Se o posto é o que eu afirmo enquanto locutor, se o subentendido é o que eu deixo que meu ouvinte conclua, o pressuposto é o que eu apresento como comum à duas personagens do diálogo, como o objeto de uma cumplicidade fundamental que liga entre si participantes do ato de comunicação” (15,p.36). Por referência ao sistema de pronomes, o pressuposto é apresentado como ligado ao *nós*, enquanto o posto é “reivindicado” pelo *eu*, e ao subentendido “é deixado” o *tu* (15,p.36). Por referência ao tempo, o posto se apresenta como simultâneo ao ato de comunicação, aparecendo pela primeira vez no universo do discurso no momento desse ato; o subentendido vem como posterior a esse ato, como acrescentado pela interpretação do ouvinte; o pressuposto, mesmo que nunca tenha sido introduzido antes da enunciação, se situa em um passado do conhecimento, eventualmente fictício, ao qual o locutor parece referir-se (15,p.36).

- ganha há muito tempo. *Mas* em segredo, e isso o aflige. (...) (48,p.62).
- (23) (...) e falou para Bernardo, num tom quase de ordem, que tinha urgência de conversar com ele:
— *Mas* sem interrompentos. Sem agras testemunhas,. (26, p. 111)
- (24) — Quero falar de um negócio muito sério.
Estava de paletó, com o chale de seda-palha mal enrolado no pescoço. Largas placas lívidas no rosto.
— *Mas* não quero falar aqui, (26, p. 98)
- (25) Casou-se. *Mas* não foi com a Luízinha. (...) (51, p.18).
- (26) (...) Uma onça ferida para sempre, talvez, e para sempre a lambar a ferida. *Mas* sem saber (...).(5, p. 141)
- (27) Dr. Fifinho ficou só, embalado pelo ronronar do aparelho de ar condicionado. *Mas* foi por pouco tempo (...) (42, p.88)
- (28) (...)Ela desandou a fazer uma série de considerações (...). Pareceu-me uma forma de gratidão por tudo quanto você tem feito por ela. *Mas* você sabe tanto quanto eu que certas frases de ex-doentes mentais parecem parábolas. (48, p.70).
- Verifica-se que:
- a) p e q são ou não históricas.
b) q limita o posto em p:
— por acréscimo de áctantes ou de indicadores de modo, condição ou localização espaço-temporal, como em (22) a (27);
— por modalização, como em (28) (em que a modalidade do parecer, em q, restringe p (já modalizada pelo parecer do enunciador).
- c) Essa restrição pode significar uma exclusão parcial, por vezes, estando expressos indicadores de negação, privação ou insuficiência, como em (23) e (26) (*sem*), em (24) e (25) (*não*), em (27) (*pouco*).
- 3.º Por pedido de informação.
(29) — Vitor Hugo estava trabalhando de meia-praça.
— Qual é Vitor Hugo?
— Vitor Hugo músico. Tocador de clarineta. Aquele que tem um filho doido que come barata.
— *Mas* ele era meia-praça de seu Teotônio mesmo? (44,p.64)
- (30) Isso trouxe uma longa discussão sobre o possível conteúdo dos caixotes, e concordamos que devia ser qualquer coisa muito preciosa, ou muito delicada, a ponto de uma palmada por fora deixar o dono alarmado. *Mas* que coisa poderia ser que preenchesse essa ampla hipótese? (53,p.76)
- (31)— A ACC rogou que aumentássemos a contribuição, Dr. Rufino. As coisas estão pretas. Precisam de cobre.
.....
— Mais quanto?
— Mais trezentos mil, dr. Rufino.
.....
— (...) Quem fabrica dinheiro é o governo. (...) Assim acabamos abrindo falência!
O rosto envelhecido e ratoneiro do contador-geral era o mais autorizado a dizer que não. (...)
— *Mas* afinal quem é que pediu? (42,p.86)
- (32) Então (...) de novo subiu (...) a vontade de matar — seus olhos molharam-se gratos e negros numa quase felicidade, não era ódio ainda (...). *Mas* onde, onde encontrar o animal que lhe ensinasse a ter o seu próprio ódio? (...) (28,p.222)
- (33) Para onde fugir? nenhum navio no porto. Restaria entrar num daqueles botes e remar, içar velas. *Mas* ir para onde? (...) (29,p.187)
- (34) — Vamos, doutor, tire-me a dúvida.

- Não posso dizer nada sem ver a rapariga.

 — (...) seria de um ridículo sem matar se eu pedisse à moça para vir até aqui (...)

 — Pois se não quiser trazê-la não traga (...)
 — *Mas* por que lhe é tão importante conhecer a moça pessoalmente? (54, p. 79-80).
- (35) — Ele já tem feito isso várias vezes.
 — *Mas* como foi mesmo o negócio? (44, p. 64)

Verifica-se que:

- a) *p* é histórica ou não (e *p* nem sempre é formulada); *q* não é histórica (cumprimento de ato de questionar).
- b) *q* é: uma interrogativa geral, em (29) (questiona atribuição do predicado de *p* ao seu sujeito), uma interrogativa parcial, em (30) e (31) (pede um actante), (32) a (35) (pede um circunstante).
- c) *q* questiona:
 — o posto de *p*, em (29), (30) e (35);
 — um subentendido de *p*, em (32) e (33);
 — a situação, ou o contexto maior, em (31) e (34).
- d) O pedido de informação pode configurar-se como um pedido de confirmação, como em (29) e (35); o desconhecimento que leva ao pedido de informação pode vir reiterado, como em (31) (*afinal*).
- 1.1.4. Com negação de inferência* entre *p* e *q***

- 1.º) *q* é a negação da inferência de *p****.
- (36) — Você anda perto dos quarenta. Tenho vinte e cinco. — Encarou Bernardo. — há no mundo quem possa ter a casca verde e amadurecer por dentro? *Mas* eu dou uma lição a você (...). (26, p.114)
- (37) O Bar do Porco era velho e feidia: era muquinfo de um português lá onde, por uns mangos fuleiros, a gente matava a fome, engulindo uma gororoba ruim, preta. *Mas* eu ia. Uns trinta-quarenta cruzeiros resolviam. E a gente andava apavorada de fome. (1, p.272)
- (38) (...) Responde: “Biblioteca não é reclusão. Ao contrário. Haverá maneira mais cômoda de uma pessoa viajar no tempo e no espaço?” “Qual! Você daria uma grande advogada. Como sabe argumentar! *Mas* apesar disso, a verdade é que se fosse completamente disponível como todas as moças, teria ensejo para maior convivência...” (48, p.76)
- (39) (...) Era um carrozinho de nada, todo vermelho, camionete, com dois únicos soldados contando o chofer. *Mas* ainda assim animou a disposição dos presentes e atraiu novos curiosos (...) (43, p.58)
- (40) (...) Eu sabia que não estava direito, pois o coitado do doutor... *Mas* eu não podia deixar a mulher naquele estado, podia? (...) (36, p.66)
- (41) Ora, eu não me chamo José... Esqueci meu nome, é verdade; *mas* sei que não era José. (30, p.66)
- (42) Vitória era uma mulher tão poderosa como se um dia tivesse encon-

*Sobre a legitimidade (e a necessidade) de se trazerem questões como inferência à descrição lingüística, vejam-se FILLMORE (19) e DUCROT (14), que defende a possibilidade de atribuir-se um estatuto lingüístico à inferência, tal como se confere à comutação ou à recção. Dá dois argumentos em favor dessa tese: 1.º) a inferência se opera *via formae*; não é o mundo exterior que nos faz concluir que Sócrates, se é homem (e se os homens são mortais), é mortal; nas linguas existem unidades recuperáveis, localizáveis, que parecem responsáveis pelas conclusões lógicas (ex.: *todos, alguns, e, ou, nenhum, é, se... então*; 2.º) o lingüista não poderia descrever essas palavras, e distingui-las umas das outras sem apelar para as possibilidades de inferência que elas autorizam (14, p.4-5).

** Para todo e qualquer enunciado com *mas*, LAKOFF (23) fala de negação da “pressuposição” existente entre *p* e *q*.

*** Desse tipo são os enunciados mais evidentemente “concessivos”. O 2.º tipo (a seguir) representaria a “concessiva invertida”.

trado uma chave. Cujá porta, é verdade, havia anos se perdera. *Mas*, quando precisava, ela podia se pôr instantaneamente como o velho poder. (...) (27, p.52)

- (43) E nas noites de sexta-feira não faltava quem visse a tal luzinha apagando e acendendo perto do alpendre. Explicavam:

— É a alma de Seu Durães fazendo penitência.

Mas, apesar da fama de lugar mal-assombrado, (...) os meninos do Ribimba costumavam ir durante o dia ao casarão solitário que dominava o barranco. (...) (44, p.70)

Verifica-se que:

- a) p e q são ou não históricas, havendo ou não relação temporal entre p e q.
- b) p é uma asseveração (representa a admissão de um fato) e q enuncia o oposto do que se deduz de p, em (36) a (42); em (43), q nega a inferência de todo um contexto anterior.
- c) A admissão pode vir lexicalizada, em p, como em (40) (*eu sabia*), em (41) e (42) (*é verdade*).
- d) A insuficiência de p para permitir a inferência pode vir lexicalizada, em q, por um adjunto, como em (38) (*apesar disso*), em (39) (*ainda assim*) e em (43) (*apesar da fama de lugar mal-assombrado*); em (38), ela é, ainda, indicada pela modalização de q (modalidade veredictória, que restabelece a verdade, diferente da inferida a partir de p: *a verdade é que*); observe-se que, em (42), a admissão lexicalizada em p (*é verdade*) já anuncia a insuficiência de p para a admissão de sua inferência.

2.º) p é a negação da inferência de q.

- (44) (...) O gado seria todo baio.

Mas o gado baio não é bom de leite. (...) (51, p.16)

- (45) (...) E seu coração se apertou, de repente. *Mas* sabia que não devia sentir saudades. (...) (8, p.132).

- (46) (...) Não se pode fazer nada, dr. Alcebiades, é melhor a gente aceitar o destino, cada um com a sua parte, conforme a partilha de Deus. Deus não tem nada a ver com isso, dizia o médico, mas vendo o sofrimento na cara de seu Tomê, calava, se limitava a deixar uma receita, apanhava o chapéu no cabide, ia embora sem dizer mais nada, mudamente, dizendo até a próxima.

— *Mas* João sabia, vovô Tomê sabia, todos sabiam que aqueles dias ruins de tio Zózimo não duravam muito. No fim de um mês ele estaria bom. (...) (12, p.202)

Verifica-se que:

- a) p e q são ou não históricas, havendo ou não relação temporal entre p e q.
- b) q representa a admissão de um fato; p (ou o contexto anterior a q) enuncia o oposto do que se deduz de q.
- c) A admissão pode vir lexicalizada, em q, como em (45) e (46) (*sabia*)*.

I.2. Na mesma direção

- (47) Não reconhecera aquela voz: se tivesse reconhecido seria fácil saber. *Mas* o pior mesmo fora ele quase dando de cara com Geraldo. (...) (55, p.50)

- (48) (...) Os médicos vieram ver Aicá e outras vítimas de fogo selvagem que há no Xingu. *Mas* vieram principalmente para Aicá, que quando adoeceu já vivia nas cercanias do

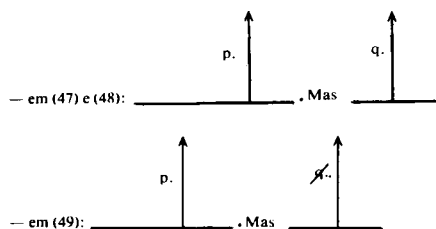
* Observe-se que é especialmente nos casos de negação de inferência entre p e q que o elemento *mas* exibe o seu conteúdo semântico. É principalmente nesses casos que, se omitido o coordenador, os enunciados passam a contraditórios. A existência do *mas* representa que o enunciador assume e utiliza argumentativamente a contraditoriedade entre p e q. CHAROLLES (7, p.26) fala de conectores que "recuperam" a contradição (fr. *mais, cependant, néanmoins*).

Posto e que sempre foi um índio muito bom. (...) (5, p.141)

- (49) (...) Esse perigo era maior na hora de atravessar a esquina, quando ficavam esperando uma oportunidade — o trânsito estava muito movimentado — e então se expunha inteiramente à vista dos outros. *Mas* os carros estacionados não eram menos perigosos: (...) (55, p.48)

Verifica-se que:

- a) p e q são ou não históricas; são argumentos (ou fatos usados como argumentos).
b) q constitui um argumento que, acrescido a p na mesma direção argumentativa, se apresenta como superior (em (47) e (48)) e como não-inferior (em (49)). Seja assim esquematizada essa relação:



- c) Essa valorização do q relativamente a p pode ser comparativa, como em (49) (não-inferior), ou superlativa, como em (47) e em (48).
d) A valorização pode ter expressão léxica: *o pior mesmo* (47); *principalmente* (48), *não...menos* (49); além disso, em (47), o superlativo é extraposto na construção (*o pior mesmo fora*).

1.3. Em paralelo

A frase q tem direção independente da de p. Constitui acréscimo de algo novo e marcadamente diferente.

1.3.1. Com acréscimo de um novo argumento

1.º) O argumento ainda não considerado é enunciado.

- (50) Com que sentido o homem cansado o percebeu, não se sabe dizer, talvez com a aguda sede e com sua derradeira desistência e com a nudez de sua compreensão: *mas* havia júbilo no ar. (...) (25, p.40)
(51) Foi só então que Martim percebeu que estivera andando no planalto imenso de uma serrania, cujas primeiras ingremidades ele certamente havia galgado durante a noite, julgando dificuldade sua o que fora a dificuldade de uma subida nas trevas; e mais tarde tomando como cansaço seu o que na verdade fora uma aproximação gradativa do sol. *Mas* o que importava é que ele chegara. (...) (27, p.41)

- (52) Que foi pelos meus olhos acesos e verdes ou pela minha cara de espanto muito acordado; que foi pela mão de Deus ou por uma trampolinagem do capeta. *Mas* foi a minha maior colher de chá, o meu bem-bom, a minha virada nesta vida andeja. (1, p.275-6).

Verifica-se que:

- a) p e q são argumentos (ou fatos usados como argumentos).
b) p, embora admitido, é considerado irrelevante: não importa o que se enuncia em p (não importa o fato, não importa qual de dois modos, não importa qual de duas causas). Essa desconsideração é lexicalizada, na frase q, em (51), pelo verbo *importar*, que vem extraposto (*o que importava é que*).

2.º) O novo argumento é sugerido para consideração.

- (53) (...) E se a danadinha batesse com a língua nos dentes? Não! A pequena não era boba, era até bem sabida, logo se via. *Mas* se começasse a achacá-lo? — estremeceu. (42, p.90)
(54) (...) Quando sentir que já pode fechar a igreja, é só fechá-la e ir embora. O senhor mora perto?

- Moro ao lado. *Mas* se entrar um ladrão? (9, p.13)
- (55) (...) o senhor quer dizer que a morte para minha mãe seria muito melhor que a vida. *Mas* ... e se ela sarar? (50, p.57)
Verifica-se que:
- a) p e q são argumentos (ou fatos usados como argumentos); q é interrogativa hipotética.
- b) p, embora admitido, é considerado insuficiente: oferece-se uma hipótese ainda não considerada; esse acréscimo é lexicalizado, em (55), com o elemento *e*.
- 1.3.2. Com acréscimo de um novo foco*
- (56) — A empresa construtora os deixou a ver navios. Tanto que eles, condôminos, é que lhe requereram a falência. *Mas* como disse você ainda agora, passemos adiante: onde estão os maridos? (48, p.68)
- (57) (...) Nada de subjacente, nada que estivesse lá dentro como na polpa de um fruto se esconde o âmago de um duro e imprevisito caroço a determinar, sem que se saiba, o volume e a forma exterior da casca... *Mas* tornemos de novo à sala onde Eulália tocava sua valsa francesa. (...) (47, p.216-7)
- (58) — Sim, continuará aqui, se quiser. Tem sido tão nossa amiga, não é mesmo? — acrescentou franzindo a testa. — *Mas* ouça, Virgínia, não se preocupe mais com os outros, eu cuidarei da sua mãe, (...). (50, p.59-60)
- (59) (...) As conversas frente a frente se repelem como sulcos na água produzidos por pedras atiradas das margens opostas; ao passo que as conversas lado a lado são como remos: ajudam a propulsão. *Mas* então, como vai essa alma? Ela já se desvencilou dos sentidos? (...) (48, p.62)
- (60) — Não. A gleba no Guarujá é uma só, e olhe lá!
— *Mas*, Augusto, como você está bem disposto! (48, p.62)
- (61) — Elvira está ótima, não?
— Felizmente. *Mas* de que é que estavam falando? (48, p.66)
Verifica-se que:
- a) p é ou não histórica (e p nem sempre é formulada); q não é histórica (é fala de personagem, ou de narrador em primeira pessoa).
- b) A mudança de foco que o acréscimo de q representa pode vir expressa ou reiterada:
— por elementos lexicais exortativos, em (56) (*passemos adiante*), em (57) (*tornemos de novo à sala*);
— por um elemento lexical de função fática**, em (58) (*ouça*) e em (59) (*então*);
— pela forma exclamativa, em (60);
— pela forma interrogativa, em (59) e (61).
- 1.3.3. Com acréscimo de um novo tema***
- (62) (...) Olhou as flores vivas, umas despetaladas, outras ainda por abrir em desperdício tranqüilo: seus olhos piscaram de cobiça.
Percebia tudo ao mesmo tempo, ginguando, gozando a limpidez dos olhos que era a da própria luz.
Mas, sem que soubesse de onde, aparecera de alguma parte uma mulata moça de cabelos enrolados em cachos, e que ali se postara com olhos rápidos, rindo. (...) (27, p.46)
- (63) (...) Depois (as mulheres) falavam de roupas, sem constrangimentos.

* Referimo-nos ao foco narrativo como o elemento que define o centro, na perspectiva do sujeito narrador.

** A designação *fática* para uma das funções da linguagem é de MALINOWSKI (34). Refere-se ela à ênfase que se confere ao contacto ou canal. JAKOBSON (22) desenvolve a questão das funções da linguagem incluindo a função *fática*.

*** Chamamos *tema*, aqui, ao suporte da predicação, e *rema*, complementarmente, à predicação do tema. Frequentemente, mas não necessariamente, coincidem *tema e dado*, *rema e novo*.

De roupas, de empregadas e do zelo com as crianças. (...)

Mas os homens permaneciam no outro canto da sala e um deles contava coisas de viagem. (...) (45, p.43)

- (64) (...) A resolução de emendar-se, a energia que prova levantando-se cedo apesar de haver dormido tarde, o ar de mocinha que lhe dá a capa de borracha, tudo se combina para lhe comunicar uma reconfortante sensação de confiança em si. (...) Gosta da perspectiva de enfrentar a manhã chuvosa e fria, de caminhar lépida e só pela rua. Sair enquanto todos dormem, sem pedir licença, fá-la julgar-se independente e responsável.

Mas a avó ouve-lhe os passos e chama-a; vendo-a vestida, pergunta-lhe onde vai, insiste para que não saia sem café, se não for comungar. (37, p.12)

Verifica-se que:

- p e q são históricas, havendo ou não relação temporal entre p e q.
- O acréscimo de q não implica necessariamente desconsideração ou desvalorização de p; o que há é uma progressão temática*

GRUPO II — ELIMINAÇÃO

Um enunciado da forma *p. Mas q.* pode indicar uma coordenação em que, de algum modo, o segundo membro coordenado elimina o primeiro. Por outro lado, esse enunciado pode não trazer explícita a eliminação, mas implicá-la, pela expressão de uma substituição. É assim que se pode dizer, entendemos, que, no enunciado *p. Mas q.*, a frase q pode exprimir:

- eliminação, relativamente a p;
- substituição de p (suposta ou expressa a eliminação).

É o que se procurará verificar na descrição que aqui se fará.

Consideramos pertinente, para a classificação, a existência ou não de relação temporal entre as frases coordenadas.

II.1. Eliminação no tempo (q não anula o posto em p, elimina apenas a subseqüência temporal ou a consecução de p)

II.1.1. Sem recolocação

- (65) A mulher de Salu lavava roupa e tinha freguesia da casa de seu Teotônio. *Mas* como a roupa da casa de Seu Teotônio era muita, ela se viu obrigada a deixar as demais freguesias; (...) (44, p.68-9).

- (66) (...) tudo isso me fez esquecer um pouco a solidão. *Mas* agora! (48, p.68)

- (67) (...) O poço estava seco e era bonito o reflexo do espelhinho correndo como uma lanterna pelas paredes escuras, sabe como é, não? *Mas* de repente o espelho caiu e se espatifou lá no fundo. (50, p.57)

- (68) Era um sono de paz que se espalhava pelo corpo e pelo espírito do velho Naé. (...)

Mas, súbito, acordou ouvindo um ruído. (...) (8, p.139)

- (69) (...) E então, muito estimulado pelo aplauso, ele sungou o cinturão preparando-se para dar uma resposta engraçada ou para mover-se. *Mas* não disse nada e continuou parado. (27, p.48)

- (70) Tentou erguer-se e não pôde (...).

Nova tentativa para ficar de pé. *Mas*, que adiantava? (8, p.111)

- (71) Teve ímpetos de gritar para ela:

* Está aí um importante mecanismo da dinâmica do texto, especialmente levado em conta o efeito dramático da pausa de final de frase antes do *mas*.

- “Sua puta!” — *mas* o sorriso dela, o rosto, o busto arfante, semi-apoiado pelas mãos, tudo era tão perturbador que nada disse, apenas afastou-se (...). (18, p. 257)
- (72) — Posso fumar? — perguntou Augusto. *Mas* logo anulou o gesto (...). (48, p.69).
- (73) Ela abriu a boca para responder à insolência. *Mas* conteve-se. (27, p.52)
- (74) — Quando era sua cliente você a trouxe (...) e chegou a prevenir-nos de que ela tencionava oferecer-nos um jantar, ou um almoço, nem me lembro mais. *Mas* o convite ficou para as calendas gregas. (...) (48, p.67-8).
- (75) — Está morando aqui?
— Não. Pretendia, quando comesse o desquite. *Mas* vou morar noutra canto. (26, p.99)
- (76) — Ele não é de briga — respondi, e ia acrescentar “mas tem uma força de touro, fique sabendo”. *Mas* hesitei. Dois outros juntaram-se ao primeiro, também com o mesmo interesse. Eu não soube o que dizer, não consegui inventar duas palavras (...) (41, p.77)
- (77) (...) Ele se sentia tão leve que estava mesmo precisando amarrar uma pedra no pescoço. Então forçou-se com dificuldade a lembrar-se. *Mas*, para a sua própria desvantagem, o lugar era bonito demais, e para sua própria desvantagem ele estava se sentindo bem — o que lhe tirava da percepção a sua principal utilidade de luta. (27, p. 45)
- Verifica-se que:
- a) p é histórica; q é ou não histórica.
b) q nega: a subsequência de p, como em (65) a (68); a consecução de p, como em (69) a (77).
- c) Essa negação é:
- explícita: nesse caso, q ou é negativa, como em (69) (*não disse nada*), em (70) (*que adiantava?:* interrogação retórica, com força de negação), em (71) (*nada disse*) ou traz a expressão léxica de: anulação, como em (72) (*anulou*); contenção, como em (73) (*conteve-se*); protelação, como em (74) (*ficou para*); desistência, como em (65) (*deixar*) e (75) (*vou morar noutra canto*); irrealização, como em (76) (*hesitei*, mais adiante explicitado por *não consegui inventar duas palavras*); observe-se que a não-consecução de p pode vir arrazoada, isto é, além da não-consecução, pode vir expressa a sua causa, como em (71) (*era tão perturbador que*) e em (65) (*como a roupa da casa de seu Teotônio era muita*);
 - implícita: o que vem expresso é a causa da qual resultou a anulação da subsequência de p ou o obstáculo causador da não-consecução de p; é o que ocorre em (77) (*o lugar era bonito demais* (...)) e (...)) (*ele estava se sentindo bem*), em (67) (*o espelho caiu e se espatifou*) e em (68) (*acordou*);
 - parcialmente implícita: em (66), q se reduz a um indicador de tempo subsequente a p (*agora*: presente do enunciador), o qual, introduzido por *mas* e marcado pelo componente exclamativo, implica negação da subsequência de p.
- d) A eliminação pode ser parcial: apenas se anula a subsequência de uma parte de p, como em (65);
- e) A subsequência temporal pode vir explicitada, como em (72) (*logo*), e em (67) (*de repente*) e (68) (*súbito*): q é um ponto no *continuum* de p.

II.1.2. Com recolocação

(78) (...) A luz era muito fraca. *Mas* um automóvel passou na rua e seus holofotes se projetaram sobre a mesa ocupada pelo velho. (...) (8, p.119)

(79) (...) A princípio achou-a sem sentido. *Mas* certa noite, na escuridão do quarto, ao ouvir os discos, que já sabia fazerem parte do álbum de Beethoven, recebeu-os com um obscuro sentimento de ternura. (50, p.52)

(80) O primeiro contacto não traz o prazer esperado. Torrões e pedrinhas magoam-lhe os pés. *Mas* logo avista, mais adiante, um trecho de lama, boa, lisa, morna, pegajosa. (...) (37, p.5)

(81) — (...). Ouça, Virgínia, agora você é uma menininha ainda e nada disso tem a menor importância, as meninas precisam ser bonitas e saudáveis, só isso é importante. *Mas* quando você crescer, então sim, então vai ficar bonita, eu tenho certeza que vai! (50, p.59)

(82) E ali estava agora sentada, quieta no casaco marrom. (...). Os olhos baixos viam o chão entre os trilhos. (...). A brisa arrepiou-lhe os cabelos da nuca, ela estremeceu recusando, em tentação recusando, sempre tão mais fácil amar.

Mas de repente foi aquele vôo de vísceras, aquela parada de um coração que se surpreende no ar, (...). (28, p.221)

(83) Os olhares buscavam o menino-zinho barrigudo, que só uns poucos pretendiam ter visto. Havia os que nem sequer sabiam o que se procurava (...). *Mas* como não se achava sinal do afogado, o bate-boca hasteou bandeiras altas, com o mulhério a es-

pecular em torno da identidade da vítima (...) (43, p.55)

(84) (...) E, ao imaginar o rosto enlevado da prima, a senhora subitamente desviou o seu da imagem pressentida como se não a suportasse; sem poder impedir que dentro de si, quase com fúria, seu coração começasse a bater de espanto. *Mas* tendo transferido para Ermelinda o desgosto que sentia contra a própria estupidez, sentiu-se sem culpa nenhuma; (...) (27, p.53)

(85) (...) Experimentou calcular se estaria perto ou longe daquilo que acontecia em algum lugar. *Mas* parava, e de novo o silêncio do sol se refazia e o desorientava. (27, p.39)

Verifica-se que:

- a) p e q são históricas ou não.
- b) A negação da consecução ou da subsequência de p é naturalmente suposta pela substituição de p; essa eliminação pode vir expressa, como em (85) (*parava*), onde q é um conjunto coordenado, em que o primeiro segmento expressa a cessação, e o segundo, a recolocação.
- c) A subsequência temporal pode vir explicitada, como em (79) (p: *a princípio*; q: *certa noite*), em (80) (*logo*), em (81) (*quando você crescer*), em (82) (*de repente*: q inicia-se num ponto do *continuum* de p);
- d) A substituição pode recolocar um elemento anterior ao conjunto p. *Mas* q., como em (85).
- e) A recolocação vem arrazoada em (83) (por um adjunto de causa) e em (84) (por um adjunto misto de causa e de tempo).

11.2. Eliminação sem relação temporal pertinente entre p e q (q invalida p)

II.2.1. Sem recolocação

1.º) Nega-se a realidade de p.

(86) (...) Nem sua mãe se o visse na rua o reconheceria, ele pensou contemplando no espelho aquela triste figura. *Mas* não, não era assim; tinha gente danada. (...) tinha gente que por um pequeno detalhe já descobriria. (55, p.47-8)

(87) (...) Bruna não a perdoaria nunca se a visse assim. *Mas* Bruna estava longe, “ninguém saberá”, Daniel parecia lhe dizer com um olhar de conspiração. (...) (50, p.58)

(88) (...) Se ao menos Conrado tivesse aparecido... Tão bom ele era, tão delicado, (...). *Mas* Conrado estava sempre tão longe! (50, p.60)

(89) — Irmão cachorro — disse, num desabafo. — Se você tivesse dentes e unhas mais fortes deveria me arranhar e eu não me importava com isso. *Mas* está velho como eu e já não pode fazer o que deseja. (8, p.111)

(90) Todo mundo reprovou o procedimento dos compradores e mais ainda o de Estevão, que na qualidade de antigo proprietário e amigo poderia ter dito uma palavra em favor do velho Marcos; *mas* Estevão era agora do outro lado, e nada mais se poderia esperar dele. (53, p.77-78)

(91) Hoje pela manhã vieram me avisar: amanhã volto à liberdade. *Mas* que liberdade? Eu renunciei a ser livre no dia em que me prostrei diante do altar e prometi a Deus que seria padre. (9, p.16)

(92) “(...) A verdade é que se fosse completamente disponível como todas as moças, teria enijos para maior convivência...”

“Convivência? *Mas* esta casa vive repleta!” (48, p. 76)

(93) Ia recolher-se aos seus aposentos, quando o telefone tocou. *Mas* não era Antonieta. (...) (48, p.77).

Verifica-se que:

a) p e q são históricas ou não;
b) Em (86), nega-se o posto em p, explicitamente: q expressa a própria negação de p (que é retomada por predicado anafórico): *não, não era assim*; aí vem também expresso o obstáculo que impede a realidade de p (*tinha gente danada que por um pequeno detalhe descobriria*); observe-se que poderia ter ficado implícita a negação, expressando-se apenas o obstáculo à realidade de p;

c) Em (87) nega-se a possibilidade expressa em p (como p é um período hipotético eventual, o que se nega é a prótase); a negação é implícita, vindo expresso o obstáculo que impede a realidade de p, (como p é um período hipotético eventual, o que se expressa é a causa do não-preenchimento da condição necessária à realidade da apódose de p): *Bruna estava longe*; observe-se que q poderia trazer explícita a negação, que seria a formulação em termos negativos (isto é, com inversão de polaridade) da prótase de p (*Bruna não a via*);

d) Em (88), (89) e (90), ratifica-se a irrealidade de p (p é um enunciado irreal);

— em (88) e (89), em que p é um período hipotético irreal, q nega o preenchimento da condição que teria sido suficiente para a realidade da apódose de p; a negação é implícita, vindo expresso o obstáculo que impede a realidade de p (a causa da irrealidade): *Conrado estava sempre tão longe* (88); *está velho como eu* (89); observe-se que q poderia trazer

- explicita a negação, que seria a formulação em termos negativos (isto é, com inversão de polaridade) da prótase de p: *Conrado não apareceu* (88); *você não tem dentes e unhas mais fortes* (89);
- Em (90), em que p é modalizada pelo poder, q nega a potencialidade de p; a negação é implícita, vindo expressa a causa da não efetivação da potencialidade de p; *Estevão era agora do outro lado*; observe-se que q poderia trazer explícita a negação, que seria a formulação em termos negativos (isto é, com inversão de polaridade) do enunciado p despojado da modalização do poder: *Estevão não disse*.
- e) Em (91) e (92), nega-se um pressuposto de p: em (91), “voltar à liberdade” pressupõe “ter estado anteriormente em liberdade”; em (92), “desejar uma convivência maior” pressupõe “haver no momento uma convivência insuficiente”. A negação apresenta-se marcada com entoação exclamativa, sendo que, em (92), q é uma interrogação retórica (com força de negação).
- f) Em (93), nega-se um subentendido de p (q enuncia negativamente um subentendido de p: “era Antonieta”).
- 2.º) Invalida-se p, por inoportuno.
- (94) Íamos começar o jogo da vida e já mal servidos de corpo, derrotados de nascença. *Mas* eu não queria insistir nessas coisas para não desanimar os companheiros. (31, p. 117).
- (95) E como anunciara a Ermelinda o novo homem, sem que esta ficasse feliz? *Mas* este seria um problema para resolver mais tarde. (27, p. 53).
Verifica-se que:
- a) p e q são históricas ou não.
b) Não está em questão a verdade de p; o que se rejeita é a oportunidade da enunciação de p, e isso equivale a uma desconsideração de p na sequência do discurso. Observe-se que essa desconsideração pode ser provisória, sugerindo protelação, como em (95).
- 3.º) Rejeita-se a dúvida expressa em p.
- (96) (...) Seria ele mesmo ou algum outro Ranulfo? Não conhecia nenhum ali na vizinhança. *Mas* claro que podia ser outro. (...) (55, p. 50).
- (97) — Terá sido mesmo? *Mas* não, não pode ter sido. (26, p.107)
- (98) (...) Passar ali? Seria um suicídio. Se bem que se sentia tentado: só para provar de novo e com maior risco o seu disfarce. *Mas* claro que não faria isso: seria cometer uma loucura (...) (55, p. 48-9).
- (99) — Você acha que vai chover?
— *Mas* claro, as nuvens estão baixando, a chuva já está aí. (49, p. 148).
Verifica-se que:
- a) p e q são enunciados modalizados; p expressa eventualidade e q é veredictório.
b) q responde a p (uma interrogação geral), rejeitando o desconhecimento ou dúvida do enunciador e estabelecendo uma verdade; em p, além do componente interrogativo, constituem expressão de eventualidade: o morfema modo-temporal (de futuro do pretérito, em (96); de futuro composto, em (97); de infinitivo, em (98), ou um lexema (*acha*, em (99))).
- c) A dúvida pode ser atemporal, como em (96), projetada no passado, como em (97), e projetada no futuro, como em (98) e (99); pode ser geral, como em (97), (98) e (99), e alternativa, como em (96).
- d) Nos casos em que p é uma dubitativa geral, a rejeição da dúvida tanto pode representar uma opção pela possibilidade positiva (em (99) como pela

possibilidade negativa (em (97) e (98): o *mas* se segue de um morfema de negação); no caso em que *p* é uma dubitativa alternativa, a rejeição da dúvida representa opção por uma das alternativas oferecidas.

- e) A rejeição é sempre marcada pela entoação exclamativa, mesmo que não registrada graficamente; observe-se que a obviedade na rejeição da dúvida pode vir expressa por um modalizador de veredicação (*claro*) seja qual for a opção na rejeição ((96), (98), (99)); observe-se, ainda, que apenas na opção pela possibilidade negativa a existência do *mas* não é condicionada por esse elemento.

II.2.2. Com recolocação

A frase *q* constitui contestação de *p*; substitui-se a rejeição explícita de *p* por uma frase que cumpre um ato de protesto.

1.º) Desconsidera-se o enunciado anterior, rejeitando-se o próprio ato de enunciação.

- (100) — (...) Era como as outras pessoas?
(...) *Mas*, pelo amor de Deus, minha filhinha, não me faça mais perguntas (...) (37, p. 22)
- (101) — (...) É muito ruim ser feio.
— *Mas*, meu bem, por que você fala assim?
— Eu sou feia. (50, p. 59)

- Verifica-se que:
- a) *p* e *q* constituem inserção da enunciação no enunciado (discurso direto).
- b) A contestação é marcada por entoação exclamativa, mesmo que não registrada graficamente; em (100), ela é representada por uma proibição, e, em (101), por uma interrogação retórica; o fato de estar sendo rejeitado o enunciado (e

a enunciação pressuposta no enunciado) pode vir explícito (*faça perguntas*, em (100); *fala*, em (101)).

2.º) Rejeita-se algum elemento da situação de enunciação.

- (102) (...) Na portaria do hotel, mal fechei a porta, a dona espantou-se:
— *Mas* o senhor lá fora, com um tempo destes! (32, p. 30)
- (103) Vira as costas pra lá, Siá Ana. Cria vergonha, mulher. *Mas*, meu filho, para que foi que você foi fazer isso? Dar uma surra logo no filho do sargento! (36, p. 67-8)
- (104) (...) E ela ficava pensando no quintal de seu Teotônio com as suas quarenta e tantas cabeças de galinha (...).
— *Mas* a senhora — falava com a mulher do seu Teotônio — com tanta galinha em casa e ainda compra fora? (44, p. 69)
- (105) Cravei o olhar nas cerejas (...). Ela desprendeu-as rapidamente:
— Já vi que você gosta, pronto, uma lembrança minha.
— *Mas* ficam tão lindas aí, lamentou madrinha. (49, p. 150)

Verifica-se que:

- a) *q* enuncia um protesto.
- b) A situação rejeitada pode estar enunciada ou implicada no contexto anterior a *q*.
- c) A contestação é marcada por entoação exclamativa, mesmo que não registrada graficamente: ela é representada por uma interrogação retórica em (103) e (104); o protesto pode vir seguido de um arrazoado, como em (104), e pode, mesmo, limitar-se à expressão da razão que leva à

enunciação de *p*, como em (105).

DAS VARIANTES À INVARIÂNCIA

Pode-se afirmar que a seqüência de argumentos de direções opostas é o contexto típico do *mas**. Operador de pesagem de diferenças, o *mas* bloqueia a coordenação neutra de elementos. O segundo segmento é acréscimo ao primeiro, mas não há adição de termos, não há a associação de elementos no que seria uma classe comum**. E, na verdade, o *mas* nem ocorre entre simples membros de uma classe de elementos da língua enquanto tais. Os segmentos que o *mas* coordena, pesando-lhes as desigualdades, devem revestir-se de significação predicativa, para que se estabeleça o cotejo. Ao mesmo tempo que registra uma primeira asseveração, para associá-la a uma segunda, o *mas* discrimina-as, pelo estabelecimento de uma desigualdade, e mantém a segunda.

O fato de uso do *mas* ser mais restrito que o do coordenador *e* é evidente, e tem sido sempre apontado***. Acreditamos que a definição do *mas* como marcador de desigualdade entre os segmentos coordenados pode responder por essa restrição.

Marcando o enunciado no qual ocorre como estabelecido de diferenciação entre os dois segmentos que o compõem, o *mas* é caracteristicamente um operador de argumentação. É apenas superficialmente, pois, que esse elemento ocorre entre simples "palavras": em *bonito, mas antipático, bonito e antipático* são antes predicados que adjetivos. E é assim que as classes de palavras que não podem consti-

tuir termos de proposição não se deixam coordenar pelo elemento *mas*: **de, mas com; *que, mas se*.

Por essa razão, é imperfeita a consideração do *mas* como simples equivalente de *e entretanto*, ou *e, não obstante*. Essa definição confere ao *mas* a mesma definição básica do *e*, ressaltando, depois, a existência, já no interior do segundo segmento coordenado, de um significado adverbativo, representado no adverbial. Basta verificar que o elemento *mas* vem, normalmente, após uma pausa, o que marca, na entoação, a existência de dois picos. Isso ocorre menos necessariamente com o *e*, o que mostra que o *mas* não pode reduzir-se a uma fórmula do tipo *e + adjunto adverbial*. Comparem-se as seqüências:

- a) *bonito e antipático*
- b) *bonito mas antipático*
- c) *Sai e volta.*
- d) *Sai, mas volta.*

Os enunciados com *mas*, operando pesagem de diferenças, jogando com discriminações, de fato se constroem basicamente sobre relações argumentativas, buscando estabelecer o prevailecimento de uma direção sobre outra, ou sobre outras. É a própria atividade de argumentar que produz um enunciado com *mas*, que nunca marca caracteristicamente um discurso em que a argumentação se disfarce, como o discurso autoritário, ligado à fórmula *Sei, logo é verdade*.

Na verdade, operando sobre a admissão da validade do enunciado que refuta, o discurso com *mas* é manifestamente polêmico, o que não significa necessariamente

* O coordenador *e* ocorre ocasionalmente nesse contexto. Ex.:

"(...) Ao descobrir os amores clandestinos do irmão, tomara a resolução de fingir que não sabia de nada, de esquecer o que vira. Procurava não olhar para Nazaré, afastava-se o mais possível quando ela servia à mesa. E, de repente, naquele domingo, em que a mulata lhe aparecera toda faceira, pronta para sair, com um vestido indecentemente decotado, assaltou-a o impeto inopinável. As palavras lhe saíram sem serem provocadas por nenhum pensamento anterior, como se falasse movida por força estranha.

"Você já foi de novo furtar meu perfume, sua ordinária!" (37, p. 18)

** PERELMAN (38, p. 91-91) diz que a inserção de fenômenos em uma classe pode exprimir-se não pelo emprego de uma noção já elaborada, mas pelo emprego de uma conjunção de coordenação, como *e, ou, nem*. Dizer "Goethe e Schiller" é inseri-los naturalmente em uma mesma classe, é formar uma classe *ad hoc* pela própria reunião de dois termos em um plano de igualdade.

*** GLEITMAN (20, p. 266) cita as preposições como classes de palavras que não podem ser ligadas por *but*.

te, porém, que ele seja liberal. Pelo contrário, disfarçar *com* a argumentação não é mais liberal do que disfarçar *a* argumentação (como faz o discurso autoritário). Fazer concessão a um determinado argumento apenas para reafirmar a prevalência da direção contrária pode representar uma apropriação do argumento admitido por argumentar com a sua fraqueza e insuficiência, e, assim, em última análise, capitalizá-la para uso em direção contrária àquela na qual ele foi lançado. Um discurso manifestamente dogmático, declaradamente sem concessões, tem menos força persuasiva do que o discurso assente sobre a pretensa liberalidade da concessão, que lhe confere, em princípio, legitimidade e respeitabilidade.

É assim que a concessão é, na verdade, uma arma do *fazer crer*. Um enunciado com *mas*, chamando a atenção do ouvinte para a liberalidade do enunciador, disfarça o autoritarismo que, afinal, pode estar governando o discurso, já que nele prevalece direção diferente da concedida ao interlocutor. Assim fazendo, cria condições para a adesão à orientação escolhida pelo enunciador.

Por outro lado, o fazer crer só pode apoiar-se na assunção do saber pelo enunciador. E é assim que a concessão implica necessariamente a posse do saber pelo enunciador, que só ela legitima a contraposição que ele há de fazer em seqüência. Esse é um saber que implica a adesão a uma verdade que se refutará em seqüência. A declaração de posse de uma verdade que realmente não se crê verdade é a configuração explícita da concessão*.

Assim, a força do fazer crer se apóia

no jogo da veredicação, usando a discriminação. O enunciador joga com a admissão de uma verdade para, em seguida, contrapor outra e diferente verdade, o que significa que a primeira era apenas aparência.

Desse modo, o enunciado básico com *mas* é da fórmula:

— p.: a verdade do enunciatário (é o ser do enunciatário, que o enunciador concede considerar);

— q.: a verdade do enunciador (é o ser do enunciador, diferente da do enunciatário, e a partir do qual se estabelece que o ser do enunciatário era apenas parecer).

O que se concede é considerar a existência do enunciado do interlocutor, mas não como um enunciado do ser; ele é admitido como um parecer, para sobre esse parecer estabelecer-se a verdade do enunciador. *Fazendo saber*, de tal modo (*liberal*) a sua verdade, o enunciador põe no seu enunciado maior peso para o *fazer crer*.

Concluindo, diríamos que, na interpretação dos enunciados com *mas*, é necessário, predominantemente, recorrer à sua força argumentativa. Apresentar explicitamente uma dissemelhança, ao coordenar dois segmentos, implica apelar para uma discriminação, uma comparação e uma pesagem; implica argumentar. Desse modo, a mobilidade que o coordenador *mas* confere ao texto é uma mobilidade principalmente assentada nesse terreno. Com o *mas* se avança por se irem contrapondo *novos* e *diferentes* argumentos, que fincam pontos sobre os quais o discurso progride.

* É o que ocorre em (38) e (42), por exemplo.

NEVES, M.H. de M. — The interphrasal coordinator *mas* — invariance and variables. *Alfa*, São Paulo 28: 27-40, 1984.

ABSTRACT: *Having proposed a basic semantic definition for the mas — which refers to the notion of inequality for the segments between which it occurs —, we consider the existing differences in several interphrasal occurrences of that coordinator. Having verified the typical context of occurrence we conclude that mas is a characteristic element of the argumentative operation.*

KEY-WORDS: *Coordination; argumentation; adversative; relation; comparison; concession; contraposition; elimination; replacement; polemic discourse.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ANTÔNIO, J. — Paulinho Perna Torta. *In: OS DEZ MANDAMENTOS*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965. p. 272-276.
2. BENVENISTE, E. — L'appareil formel de l'énonciation. *Langages*, 17: 12-18, 1970.
3. BENVENISTE, E. — *Problèmes de linguistique générale*. Paris, Gallimard, 1966.
4. BLOCK, O. & WATBURG, W. — *Dictionnaire étymologique de la langue française*. 5.ed. Paris, PUF, 1968.
5. CALLADO, A. — *Quarup*. 3.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968. p. 124-143.
6. CHANTRAINE, P. — *Dictionnaire étymologique de la langue grecque*. Histoire des mots. A-K. Paris, Klincksieck, 1968.
7. CHAROLLES, M. — Introduction aux problèmes de la cohérence des textes. *Langue Française*, 38: 7-41, 1978.
8. CONDÉ, J. — Tempo vida solidão. *In: — Obras escolhidas de José Condé*. Rio de Janeiro, Brasília, Civilização Brasileira, INL, 1978. v.5, p. 110-163.
9. CONY, C.H. — Por vós e por muitos. *In: CONTOS*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1974. p. 12-16.
10. COROMINAS, J. — *Diccionario crítico etimológico de la lengua Castellana*. Berna, Ed. Francke, 1954.
11. DENNISTON, J.D. — *The Greek Particles*. Reprinted. Oxford, Clarendon Press, 1968.
12. DOURADO, A. — As voltas do filho pródigo. *In: O CONTO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO*. Seleção de textos, introdução e notas bibliográficas por Alfredo Bosi. 2. ed. São Paulo, Cultrix, 1977. p. 200-204.
13. DUCROT, O. — Les échelles argumentatives. *In: — La preuve et le dire. Langage et logique*. Mame, Repères, 1973. cap. 13.
14. DUCROT, O. — Logique et linguistique. Introduction. *Langages*, 2: 3-30, 1966.
15. DUCROT, O. — Présupposés et sous-entendus. *Langue Française*. 4: 30-43, 1969.
16. DUCROT, O. & VOGT, C. — De magis a mais: une hypothèse sémantique. *Revue de Linguistique Romane*, p. 171-172, 317-341, 1979.
17. ELIS, B. — A enxada. *In: O CONTO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO*. Seleção de textos, introdução e notas bibliográficas por Alfredo Bosi. 2.ed. São Paulo, Cultrix, 1977. p. 94-98.
18. FIGUEIREDO, G. — Xangô. *In: OS DEZ MANDAMENTOS*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965. p. 255-259.
19. FILLMORE, C.J. — Les règles d'inférence dans une théorie sémantique. *Cahiers de Lexicologie*, 19(2): 3-24, 1971.
20. GLEITMAN, L.R. — Coordinating conjunction in English. *Language*, 41(2): 260-293, 1965.
21. HALLIDAY, M.A.K. & HASAN, R. — *Cohesion in English*. London, Longman, 1976.
22. JAKOBSON, R. — Linguística e poética. *In: — Linguística e comunicação*. Trad. de José Paulo Paes. São Paulo, Cultrix, 1970. p. 118-162.
23. LAKOFF, R. — If's And's and But's about conjunction. *In: FILLMORE, C.J. & LANGENDOEN, D.T., eds. — Studies in Linguistic Semantics*. New York, Holt, Rinehart and Winston, 1971. p. 115-149.
24. LEITE, A. — *A viúva branca e Salto mortal*. Rio de Janeiro, O Cruzeiro, 1960. p. 32-36; 40-41; 54-55; 68-71; 80-83; 92-94.
25. LEUMANN-HOFMANN-SZANTYR — *Lateinische Syntax und Stilistik*. Handbuch der Altertumswissenschaft. München, C.H. Beck'sche Verlagsbuchhandlung, 1972. Bd 2.
26. LINS, O. — *O fiel e a pedra* — Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1961. p. 98-117.
27. LISPECTOR, C. — *A maçã no escuro*. 3. ed. Rio de Janeiro, José Álvaro Ed., INL, 1970. p. 36-55.
28. LISPECTOR, C. — O búfalo. *In: O CONTO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO*. Seleção de textos, introdução e notas bibliográficas por Alfredo Bosi. 2.ed. São Paulo, Cultrix, 1977. p. 220-224.

29. LOPES, M.C. — O navio morto. *In: OS DEZ MANDAMENTOS*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965. p. 187-188; 191-192; 196.
30. MACHADO, A.M. — *O defunto inaugural*. *In:—A morte da porta-estandarte e outras histórias*. 2.ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1969. p. 62-66.
31. MACHADO, A.M. — O homem alto. *In:—A morte da porta-estandarte e outras histórias*. 2. ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1969. p. 114-118.
32. MACHADO, A.M. — O iniciado do vento. *In:—A morte da porta-estandarte e outras histórias*. 2.ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1969. p. 28-32.
33. MACHADO, J.P. — *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Lisboa, Ed. Confluência, 1959.
34. MALINOWSKI, B. — The problem of meaning in primitive languages. *In: OGDEN, C.K. & RICHARDS, I.A. — The meaning of meaning*. 9.ed. New York, London, 1953. p. 296-336.
35. MEYER-LUBKE, W. — *Introdução ao estudo da glotologia românica*. Redação portuguesa de A.G. Júdice. Lisboa, Clássica Ed., 1916.
36. NASCIMENTO, E. do — A grande canção do mar. *In: VINTE HISTÓRIAS CURTAS*. Rio de Janeiro, Antunes, 1960. p. 64-68.
37. PEREIRA, L.M. — *Cabra-cega*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1954 — p.5-15; 18-22; 25-28.
38. PERELMAN, C. — *Le champ de l'argumentation*. Bruxelles, Presses Univ. Bruxelles, 1970.
39. PILTCHER, I. — É pena, mas morrem. *In: VINTE HISTÓRIAS CURTAS*. Rio de Janeiro, Antunes, 1960. p. 166-167.
40. PILTCHER, I. — Todas as tumbas têm flores. *In: VINTE HISTÓRIAS CURTAS*. Rio de Janeiro, Antunes, 1960. p. 172.
41. PINTO, E.S. — *A crônica do valente Parintins*. São Paulo, Duas Cidades, 1976. p. 48-52; 56-60; 76-85.
42. REBELO, M. — Conto à la mode. *In: OS DEZ MANDAMENTOS*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965. p. 86-90.
43. RESENDE, O.L. — A pesca. *In: CONTOS*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1974. p. 54-58.
44. SALES, H. — *Cascalho*. Rio de Janeiro, O Cruzeiro, 1966. p. 53-72.
45. SANT'ANNA, S. — A confraria. *In: CONTOS*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1974. p. 41-45.
46. SCHWYTZER, E. — *Grieschiche Grammatik*. München, C.H. Bech'sch Verlagsbuchhandlung, 1968.
47. SILVEIRA, H. — A terra cobre nada. *In: OS DEZ MANDAMENTOS*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965. p. 216-220.
48. TEIXEIRA, M. de L. — *A virgem noturna*. São Paulo, Martins Ed., 1965. p. 60-79.
49. TELLES, L.F. — As sereias. *In: O CONTO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO*. Seleção de textos, introdução e notas bibliográficas por Alfredo Bosi. 2.ed. São Paulo, Cultrix, 1977. p. 146-150.
50. TELLES, L.F. — *Ciranda de pedra*. 3.ed. São Paulo, Martins Ed., 1955. p. 50-69.
51. TRAVASSOS, N.P. — *O boi e sua senhora*. São Paulo, EDART, 1962. p. 8-22.
52. VAN DIJK, T.A. — *Text and context: explorations in the semantics and pragmatics of discourse*. London, Longman, 1977.
53. VEIGA, J.J. — A usina atrás do morro. *In: O CONTO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO*. Seleção de textos, introdução e notas bibliográficas por Alfredo Bosi. 2.ed. São Paulo, Cultrix, 1977. p. 74-78.
54. VERÍSSIMO, E. — Esquilos de outono. *In: CONTOS*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1974. p. 76-80.
55. VILELA, L. — Feliz Natal. *In: CONTOS*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1974. p. 47-51.

SEMÂNTICA GRAMATICAL: A SIGNIFICAÇÃO DOS PRONOMES

Nildemir Ferreira de CARVALHO*

RESUMO: O estudo analisa a significação das partículas pronominais entre as quais se incluem os determinantes, os pronomes substantivos e os advérbios pronominais. Para esta análise se adota o critério dos traços contrastivos (Chomsky, 2). Os resultados do trabalho mostram que as categorias semânticas dos pronomes (lato sensu) se associam, de uma forma ou de outra, às noções de DEFINIDADE e PESSOA DO DISCURSO.

UNITERMOS: Significado; traço semântico; dêixis e anáfora; definido; pessoa do discurso.

1. CONCEITOS BÁSICOS

Todo estudo de semântica deve recorrer necessariamente ao conceito de significado, um dos elementos que constituem o signo lingüístico ou palavra. Em linguagem técnica, *signo* é o resultado da associação que o falante-ouvinte faz entre um *significante* (sinal, suporte material seqüência fono-acústica ou representação fonológica) e um *significado* (conceito, idéia ou representação mental de um objeto (ente, ser)), real ou não. Se simbolizarmos signo por S, significante por SE e significado por SO, poderemos exprimir a estrutura do signo da seguinte maneira:

$$(1) \quad S = \frac{SO}{SE}$$

Aplicando este esquema à palavra *lobo*, teremos:

$$(2) \quad \textit{lobo} = \frac{\text{“animal mamífero, carnívoro, selvagem...” (SO)}}{\textit{lobo} \quad \text{(SE)}}$$

onde o denominador contém o significante, indicado através de representação fo-

nológica, e o numerador o significado, expresso sumariamente por meio de uma definição de dicionário.

Um signo pode ser simples ou complexo. É simples ou mínimo quando comporta um único significante e um único significado, não se reduzindo portanto a outros signos menores. O exemplo (2) acima ilustra esse caso. O signo é complexo, se admite decompor-se em outros signos mínimos, também chamados morfemas, cada qual com seu significante e seu significado. É o que ocorre com as formas *lobas*, dotada de três signos mínimos (*lobo + a + s*), e *civilidade*, que se analisa em dois outros (*civil + idade*):

$$(3) \quad \textit{lobas} = \textit{lobo} + a + s$$

$$\{\textit{lobo}\} = \frac{\text{“animal carnívoro, selvagem”}}{/l\acute{o}b\textit{o}/}$$

$$\begin{matrix} + \\ \{-s\} \end{matrix} = \frac{\text{“feminino”}}{/a/}$$

$$\begin{matrix} + \\ \{-s\} \end{matrix} = \frac{\text{“plural” ou “mais de um”}}{/s/}$$

* Departamento de Letras Vernáculas e Clássicas — Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas — UNESP — 15.100 — São José do Rio Preto — SP.

- (4) *civilidade* = civil + idade
 {civil} = "relativo a cidadão"
 /sivil/
 {+idade} = "qualidade"
 /idâde/

O significado, definido linhas atrás como "a representação mental de um ente qualquer (pessoa, animal, coisa, abstrações), deve ser interpretado como uma *base semântica de cunho genérico*, quando fora de contexto, mas passível de especificar-se numa situação concreta de comunicação. Neste último caso se associam freqüentemente à base semântica genérica vários matizes ou acepções, que pelo uso podem lexicalizar-se, isto é, tornarem-se previsíveis no léxico ou dicionário. Cada matiz ou variante semântica específica que o significado adquire no contexto constitui, então, o que em linguagem técnica se denomina *sentido* (so). Sirva de exemplo a palavra *pé*, provida do significado ou base semântica genérica que se indica abaixo:

- (5) pé = "extremidade inferior de um ser", "base"
 /pÉ/

Se levarmos em conta estas suas ocorrências contextuais,

- (6) (i) Você machucou o pé.
 (ii) Sua história não tem pé.
 (iii) Esse rio não dá pé.
 (iv) Os soldados acamparam ao pé do morro.
 (v) Deu um pé-de-vento, que me assustou.

Verificaremos que apresenta, entre outros sentidos, os que vão esquematizados a seguir:

- (7)
- pé = "extremidade inferior"
 /pÉ/
- (i) "extremidade inferior do corpo humano"
 - (ii) "base, fundamento"
 - (iii) "fundo da água"
 - (iv) "base de uma elevação"
 - (v) "lufada"

Ainda alguns esclarecimentos se fazem necessários sobre o modo de expressão do significado de um signo linguístico. Podemos indicá-lo de duas formas:

através de uma definição de dicionário ou por meio de traços ou categorias semânticas (também chamados às vezes de *semas*). Se focalizarmos o significado da palavra *paletó*, a sua definição assumirá a configuração que temos mostrado nos exemplos anteriores (preenche o numerador, é expresso entre aspas):

- (8)
- paletó = "peça do vestuário masculino que se sobrepõe à camisa"
 /paletó/

A concepção do significado em traços semânticos implica categorias sintático-semânticas *hierarquizadas*, que dão a *estrutura* desse significado. Tal estrutura comporta vários níveis, dispostos verticalmente de cima para baixo a partir do significante, indicado entre barras (Cf. Katz & Fodor, 5):

- (9)
- | | | |
|-----------|---|---|
| / | | / |
| Nível I | TRAÇO SINTÁTICO DE CLASSE (INDICADOR SINTÁTICO) | |
| Nível II | TRAÇOS SEMÂNTICOS GERAIS DE CLASSE (CLASSIFICADORES SEMÂNTICOS) | |
| Nível III | TRAÇOS SEMÂNTICOS ESPECÍFICOS (DIFERENCIADORES SEMÂNTICOS) | |
| Nível IV | RESTRICÇÕES SELETIVAS (CONDIÇÕES DE EMPREGO, CONTEXTOS PROIBITIVOS) | |

A inclusão do nível I numa análise semântica, dizer se a palavra é substantivo ou nome (N), adjetivo (A) ou verbo (V), justifica-se pelo fato de que a classe de uma palavra tende a condicionar o seu significado. Assim, os nomes geralmente designam “objetos”, os adjetivos “propriedades” ou “qualidades” desses objetos, os verbos “ações” ou comportamentos” dos mesmos objetos. O nível II se refere a traços semânticos que valem positiva ou negativamente para todos os membros de uma classe de palavras, isto é, qualificam uma determinada palavra em relação à sua classe. Para a classe dos nomes ou substantivos estes traços semânticos gerais poderão ser: COMUM, CONTÁVEL, ABSTRATO, COLETIVO, ANIMADO, HUMANO, MACHO, entre os mais importantes.* Quanto ao nível III, compreende traços semânticos que distinguem o significado de uma palavra (ou de um grupo pequeno de palavras relacionadas) dos significados das demais palavras da classe a que ela pertence. Já o nível IV manda assinalar os contextos que o significado da palavra *não* pode integrar.

A indicação dos traços semânticos exposta acima obedece a dois critérios. O primeiro diz respeito à *teoria dos traços contrastivos*, introduzida por Chomsky (2, p. 79 ss.) e que se inspira na teoria dos traços fonológicos binários de Jakobson *et alii* (4). Consiste em marcar uma categoria semântica (v.g. COMUM) com os sinais *mais* (+) ou *menos* (-), de acordo com a presença ou ausência da referida propriedade semântica no significado da palavra (no exemplo, + COMUM ou - COMUM). O outro critério, proposto por Gruber (3, p. 233 ss), manda especificar apenas as categorias semânticas que a palavra efetivamente possuir, deixando-se de lado os valores negativos que contrastam. No caso do traço semântico COMUM acima, ficará indicado simplesmente COMUM, se a palavra for dele dotada positivamente; ou nada se consignará, se for ausente.** Esses esclarecimentos nos permitem agora analisar o significado da palavra *paletó* (8) em termos de categorias ou traços semânticos, com base nos dois critérios alternativos acima.

Estrutura do Significado de <i>paletó</i>	
Traços Contrastivos	Traços especificatórios
I	/paletó/ + N
II	Comum Contável
III	Vestuário De tecido Sobreposto Lavável Para homens
IV	RS ₁ Não pode ser sujeito de verbos de comunicação (como <i>dizer</i> , <i>exclamar</i> etc.) RS ₂ Não pode ser sujeito de verbos que indicam vozes de animais (como <i>latir</i> , <i>urrar</i> , etc.)

* Sobre a aplicação dessas categorias semânticas à análise dos nomes, ver Carvalho (1).

** No trabalho mencionado em (*), também adoto o critério de Gruber.

Sobre a decisão de qual critério adotar, tudo vai depender da natureza dos dados em estudo. O 2.º critério, o dos traços especificatórios, parece mais adequado para a análise de dados semânticos. Por outro lado, exige que se tenha uma visão muito clara da *hierarquia* dos traços semânticos descobertos pela análise. Além disso, sua aplicação demandaria uma exposição minuciosa sobre a complexa teoria que lhe serve de base (a teoria transformacional tal como é vista por Gruber (3), o que se procurará evitar neste sucinto relato de uma pesquisa.*

Termo que comumente se confunde com os de significado e sentido é o de *significação* (“ato de significar”). A rigor, significação se refere ao processo que associa significante e significado. O signo se constitui de tal forma, que o falante, ao evocar um significado (uma representação mental) qualquer, lembra-se imediatamente do significante que lhe corresponde. Em sentido inverso, quando o ouvinte percebe que alguém pronuncia uma palavra (um significante), de pronto evoca o significado relativo a essa pronúncia. Essa biunivocidade dinâmica do signo corresponde então ao que em linguagem mais precisa se denomina significação.

Em termos mais práticos (entre o povo, os gramáticos e até entre os linguistas), muitas vezes se usa significação como sinônimo de significado ou de sentido. Um emprego também não muito raro interpreta significação com uma acepção mais abrangente, que domina as anteriores: “o modo como os signos significam”. Esta é a acepção que mais se encontrará aqui (v.g. “a significação dos pronomes”).

Há palavras cuja significação principal evoca o universo real ou mundo bio-social ou ainda mundo extralingüístico (em oposição ao mundo intralingüístico ou gramatical). Assim acontece com os nomes (que designam “objetos” real ou ficticiamente existentes no universo), com

os adjetivos (que indicam “qualidades” desses objetos) e com os verbos (que traduzem ações, processos, comportamentos desses mesmos objetos). Neste caso, a significação se diz *lexical*. Assim, lexical sempre se referirá ao conteúdo ligado ao mundo bio-social ou externo.

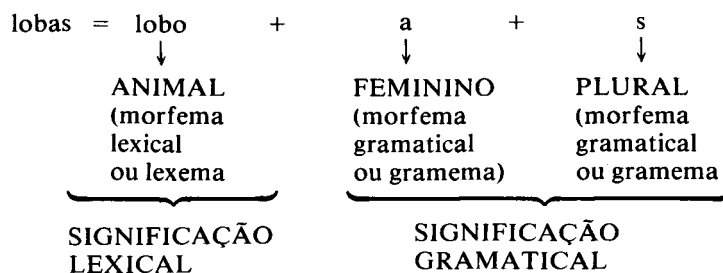
Outras palavras são dotadas de uma significação que lembra, não os objetos em si, mas “funções” desses objetos no universo da comunicação ou mundo intralingüístico (v.g. pessoa, tempo, espaço). Também podem se reportar a mecanismos de funcionamento da língua (gênero, número, concordância, regência etc.). Assim ocorre aos artigos, pronomes e advérbios de natureza pronominal (que indicam funções do discurso), às preposições e conjunções (que implicam relações sintático-semânticas básicas). A significação neste último caso se denomina *gramatical* ou interna.

Em muitas ocorrências, quando o signo é complexo, pode apresentar os dois tipos de significação (lexical e gramatical). No exemplo analisado em (3), vimos que *lobas* se decompõe em três signos mínimos ou morfemas (lobo + a + s), cada um dotado de significante e significado. O primeiro morfema, *lobo*, contém uma significação que se refere ao mundo bio-social ou extralingüístico, pois evoca um animal existente no mundo real. O morfema em causa, dotado de significação lexical, se dirá por isso *morfema lexical* ou, simplesmente, *lexema*. Já o 2.º morfema, — *a*, assinala o gênero “feminino” (cuja interpretação semântica é a de “fêmea”). Tal gênero desencadeará no contexto onde aparecer o fenômeno da concordância de gênero (afetará os modificadores de lobas). Por essa razão se afirma que o morfema — *a* comporta uma significação gramatical. Em outras palavras: é um *morfema gramatical* (ou gramema). Finalmente, o terceiro morfema da forma *lobas* (-s), traduz a noção de número “plural”, o que o caracteriza tam-

* Em Carvalho (1) aplica-se com minúcia a teoria de Gruber.

bém como dotado de uma significação gramatical. Trata-se, pois, de um morfema gramatical, por se referir a um mecanismo de funcionamento da língua. Assim, em resumo temos:

(11)



Termos que às vezes se confunde com o de significado é o de *referência*, que comporta duas acepções principais. Na primeira, referência diz respeito à relação que existe entre um signo (palavra) e o objeto real que ele representa (referente). Assim ocorre à palavra *automóvel*, que tem um significado ou representação mental (“veículo movido a motor...”) e um objeto ou referente a que ele corresponde no plano real. Já o mesmo não se pode dizer de *saci*, personagem do folclore brasileiro. Esta palavra é provida de significado, de uma representação mental (“moleque de uma perna só, com carapuça, sobre o qual se afirma ser responsável por travessuras, diabruras...”) mas não tem referência, porque não corresponde a nada no plano real.

O outro sentido de referência a coloca no plano da comunicação. De acordo com esta segunda acepção, referência é a capacidade que o signo (a palavra) tem de evocar um objeto no universo da comunicação. Assim a palavra *saci*, que não tem referência no plano real, poderá obtê-la desde que atualizada numa situação de comunicação qualquer (por exemplo, no livro de Monteiro Lobato — *Caçadas de Pedrinho*). Também conforme esta segunda acepção de referência, a palavra *automóvel* só ganha referência se empre-

gada num fragmento de comunicação. Como na língua o que importa é a comunicação, este último sentido de referência prevalece sobre o outro.

Costuma-se distinguir entre referên-

cia simbólica (ou nocional) e mostrativa (ou indicial). Certas palavras contêm uma referência (no primeiro sentido) que evoca objetos do mundo real (nomes), suas qualidades (adjetivos) e suas ações ou comportamentos (verbos). Então se diz que estas palavras têm uma referência simbólica ou nocional. Outras palavras apenas “indicam” funções desses objetos no universo da comunicação. É o que acontece aos pronomes e advérbios pronominais, que são por isso dotados de uma referência mostrativa: apontam objetos sem conceituá-los:

- (10) (i) *Eu* sou esperto.
 (ii) *Isto* é caro.
 (iii) *Aqui* é frio.

O normal é cada referente ser expresso por um signo linguístico. Assim, na frase abaixo, o referente “GATO” é evocado pelo nome *gato*:

- (11) O *gato* entrou na sala doente.

Pode acontecer em outras circunstâncias que o mesmo referente seja evocado por dois ou mais signos no contexto (tenha mais de uma referência). É o fenômeno que se denomina CO-REFERÊNCIA, visto na frase ampliada abaixo:

(12) *O gato* entrou doente na sala mas ninguém *o* socorreu.

onde o referente GATO vem expresso duas vezes (pelo sintagma nominal *o gato* e pelo pronome *o*).

Ainda sobre referência cabe um esclarecimento. Com o intuito de unificar os conceitos de significado e referência, dada a sua semelhança (representação mental do objeto fora do contexto e dentro do contexto, respectivamente), há autores que chamam ao primeiro *referência virtual* e ao segundo *referência atual* (Cf. Milner 6, p. 26).

Finalmente, para encerrar esta série de conceitos, devemos recapitular o conceito de *semântica gramatical*. Sua ocupação básica se volta para a significação gramatical, apresentada linhas atrás. Assim estuda a significação de certas classes de palavras; cuja função precípua é a de situar conceitos sobre os objetos no universo da comunicação (pronomes, preposições, conjunções). Além disso, procura fazer a interpretação semântica dos mecanismos gramaticais (gênero, número, modo, tempo) e dos fenômenos sintáticos (concordância, colocação). Também pertence à sua esfera de interesse a análise dos traços semânticos de classe (nível II da estrutura do significado, que aparece em (9)).

2. A NATUREZA SEMÂNTICA DOS PRONOMES

Levando-se em conta a natureza de sua significação, os pronomes podem considerar-se como *signos de comunicação* por excelência. Esse papel decorre do fato de que as partículas pronominais situam os *conceitos materiais* do nome, adjetivo e verbo no universo da comunicação (numa situação de comunicação). Nos itens subseqüentes desenvolveremos esse importante aspecto ligado à significação dos pronomes.

2.1. Campos de significação das palavras

As palavras da língua portuguesa se distribuem em três campos de significação, de acordo com o tipo de referência que exprimem: simbólico ou nocional, relacional e mostrativo.

O *campo simbólico* compreende as classes de palavras cuja significação diz respeito ao mundo dos objetos, ao mundo extra-lingüístico. Isto é, abrange classes de palavras de significação lexical: nomes ou substantivos (que designam “objetos” do mundo bio-social), adjetivos (que exprimem propriedades ou qualidades desses objetos do mundo bio-social), verbos (que nomeiam ações, comportamentos dos objetos do mundo bio-social) e advérbios nocionais (exprimem o “modo” como os objetos agem: derivam de adjetivos). Em suma, o primeiro campo de significação das palavras é constituído de referência simbólica ou nocional e se esquetiza assim:

(13) Campo simbólico ou nocional

Nomes Adjetivos Verbos Advérbios Nocionais

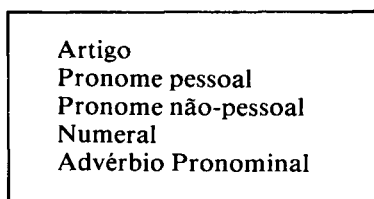
O *campo relacional* abarca as classes de palavras cuja significação envolve “categorias semânticas gerais” da língua (espaço, tempo e outras noções), sem vínculo direto com a comunicação, assim como “relações semântico-sintáticas” e “argumentos”. As classes de palavras que o constituem são: as preposições (exprimem categorias semânticas gerais e relações semântico-sintáticas) e as conjunções (introduzem argumentos). Esquetizando esse campo, teremos:

(14) Campo relacional

Preposições Conjunções

O terceiro e último campo — o *mostrativo* — abrange classes de palavras cujo papel semântico básico é o de situar ou inserir os conceitos do primeiro campo (simbólico) no universo da comunicação. Como as palavras deste campo apontam, assinalam, indicam as PESSOAS DO DISCURSO ou noções relacionadas com elas, levam a designação de “mostrativas”. Formam o campo mostrativo as seguintes classes de palavras: o artigo (que exprime identificação de objetos em relação às pessoas do discurso), o pronome pessoal (que indica as pessoas do discurso), o pronome não-pessoal (que exprime diversas noções em relação com as pessoas do discurso), o numeral (que traduz quantificação precisa de objetos do universo da comunicação) e o advérbio pronominal (que implica as noções de espaço e tempo relativas às pessoas do discurso). Como resumo, poderíamos representar o campo mostrativo pela configuração que se vê a seguir:

(15) Campo mostrativo



2.2. *Dêixis e Anáfora*

As partículas pronominais (os signos que compõem o campo mostrativo acima) apresentam dois tipos de referência aparentados: dêixis e anáfora.

Entende-se por dêixis (“ato de apontar, mostrar”, no grego) a relação entre um signo de natureza pronominal e determinada *função do discurso* (isto é, função de uma situação de comunicação). As principais funções do discurso giram em torno da noção de PESSOA: interlocutor (falante/ouvinte), espaço do discurso e tempo do discurso, entre outras funções. Assim, dizemos que o pronome pessoal *eu* é dêitico

(16) *Eu torci pela vitória do Brasil.*

porque indica numa situação concreta de comunicação o “falante” ou “emissor” (1.^a pessoa do discurso). Da mesma forma, afirmamos que o determinante *esse* se analisa como dêitico nesta frase:

(17) *Você matou essa cobra?*

em virtude de apontar em certo discurso um animal (“cobra”) relacionado com o “ouvinte” ou “receptor” (2.^a pessoa do discurso). Igualmente, o advérbio pronominal *ali* se interpreta como dêitico no contexto abaixo:

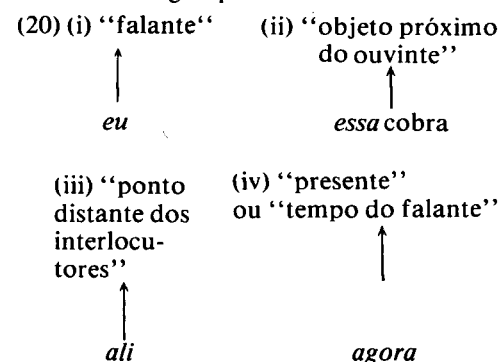
(18) *A luta se travou ali.*

por exprimir na conversa um ponto do espaço distante dos interlocutores. Já o advérbio pronominal *agora* se define como dêitico neste exemplo:

(19) *Agora* estou lendo o meu livro predileto.

porquanto indica um momento vinculado ao falante (presente da enunciação).

Todas essas relações dêiticas podem ser expressas através de um esquema em forma de reta ou seta vertical, em que a extremidade superior indica o referente, e a inferior o signo pronominal dêitico:



Diferentemente da dêixis, na anáfora o signo pronominal se reporta a um referente do discurso através de um *sintagma pleno* ou *antedecedente pleno* pré-mencionado no mesmo contexto lingüísti-

co em que ele, signo pronominal, comparece. Por sintagma pleno se entende um constituinte complexo da frase que tem "núcleo nocional" (nome, adjetivo ou verbo). Na frase abaixo:

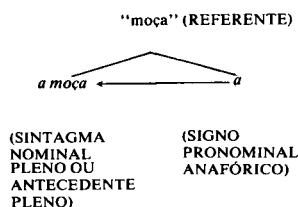
(21) O cão atacou *a moça*, mas ninguém *a* socorreu.

o pronome pessoal de 3.^a pessoa *a* funciona como anafórico, porque não indica diretamente o referente "moça", mas sim através do sintagma nominal ou antecedente pleno *a moça* (que tem núcleo nominal). É a mesma coisa que dizer que o signo pronominal *a* retoma o sintagma nominal pleno *a moça* e ambos exprimem o mesmo referente "moça" em certa situação de discurso.

Trata-se portanto de uma relação de *co-referência*, conceito já definido na primeira parte deste trabalho: consiste no fenômeno semântico em que o mesmo referente (a mesma pessoa, o mesmo animal, o mesmo objeto do discurso) vem designado por dois ou mais signos (duas ou mais expressões lingüísticas).

Assim, a anáfora se manifesta como uma relação obrigatória de co-referência. A sua formalização segue como modelo a configuração proposta para o exemplo (21), em que se toma por base o esquema da dêixis e onde se vê a ramificação determinada pela co-referência:

(22)



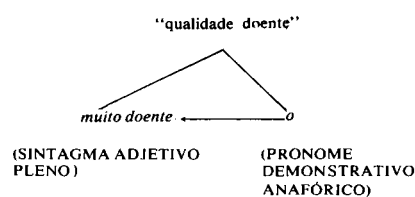
Outra possibilidade de anáfora é aquela em que um pronome demonstrativo anafórico se associa a um antecedente pleno de natureza adjetiva (sintagma adjetivo), como se observa no diálogo seguinte

(23) — Seu irmão é muito doente?

— Sim, ele *o* é (— Ele é *isso*)

onde o pronome demonstrativo anafórico *o* retoma o sintagma adjetivo pleno *muito doente*. Esquemmatizando, ficará:

(24)



Em outras ocorrências ainda poderá acontecer que o antecedente pleno seja uma oração (sintagma pleno de núcleo verbal). É o caso desta frase:

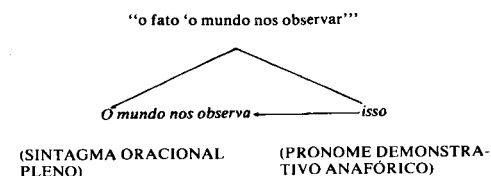
(25) *O mundo nos observa*, e *isso* você não pode evitar.

em que o pronome demonstrativo *isso* reitera a oração "o mundo nos observa" mencionada anteriormente, evitando a sua repetição pura e simples na posição de objeto direto:

(26) *O mundo nos observa*, e você não pode evitar *que o mundo nos observe*.

A frase (25) assume a configuração anafórica seguinte:

(27)



De modo geral, constata-se que os pronomes pessoais de 1.^a e 2.^a pessoa (que indicam os interlocutores do discurso) são necessariamente dêiticos. Já os

pronomes de 3.^a pessoa (que representam o assunto do discurso) assumem obrigatoriamente valor anafórico. Quanto aos pronomes demonstrativos e aos advérbios pronominais, têm valor ambíguo: são dêiticos ou anafóricos, de acordo com o contexto. Mas prevalece para eles a função dêitica. Por outro lado, certos pronomes (os indefinidos, por exemplo) aparecem como indiferentes à noção de dêixis ou de anáfora.

2.3. *Categorias semânticas dos pronomes*

A decomposição do significado das partículas pronominais nos revela categorias ou traços semânticos vinculados ao processo de *atualização*. Este consiste em colocar os conceitos simbólicos ou nocionais (do nome, adjetivo e verbo) sob a perspectiva do discurso (de uma situação concreta de comunicação).

Essas categorias semânticas pronominais formam basicamente uma lista pequena, que se poderia ordenar assim:

(28)

TRAÇOS SEMÂNTICOS DAS
PARTÍCULAS PRONOMINAIS

- (i) PESSOA
- (ii) DEFINIDADE
- (iii) ESPAÇO
- (iv) TEMPO
- (v) QUANTIFICAÇÃO
- (vi) PESSOALIDADE

A categoria semântica PESSOA diz respeito aos “interlocutores do discurso (falante ou 1.^a pessoa/ouvinte ou 2.^a pessoa). Para contraste com eles, também abrange o assunto do discurso” ou o(s) objeto(s) sobre o(s) qual(is) os interlocutores conversam (3.^a pessoa). Tem função central, em virtude de condicionar os demais traços semânticos, como se evidenciará a seguir.

A característica semântica DEFINIDADE por sua vez implica a “identificação de objetos do discurso” por parte dos interlocutores. Se o falante pressupõe que o ouvinte sabe(rá) identificar o objeto de que falam, ele usa(rá) uma partícula pronominal definida (o artigo definido, por

exemplo, ou então o pronome demonstrativo, etc.). Em caso contrário, empregará uma partícula indefinida (o artigo indefinido ou o pronome indefinido).

A noção de ESPAÇO não significa simplesmente qualquer espaço, mas aquele vinculado ao discurso, isto é, aos interlocutores. Tanto pode referir-se às *posições* (relações) de proximidade/distância entre objetos e interlocutores, quanto a *pontos* ou locais do espaço ocupados pelos interlocutores ou pelos objetos em relação aos interlocutores. No primeiro caso, a noção espacial se especifica como DEMONSTRATIVO e se manifesta por meio das partículas pronominais ditas demonstrativas. No 2.^o caso, assume a especificação LOCATIVO, que caracteriza os chamados advérbios de lugar.

O TEMPO pronominal (tempo do discurso) representa uma categoria semântica que se refere aos “momentos” em que um fato pode ocorrer, tomando-se como base o tempo da enunciação ou tempo do falante (presente ou momento em que o falante enuncia a frase). Um fato pode acontecer durante a enunciação (presente), antes dela (passado ou pretérito) ou depois dela (futuro). Essas noções temporais são, via de regra, indicadas pelos advérbios de tempo: v.g. *agora* (presente), antes, *outrora* (passado) e *depois* (futuro, posterioridade).

O traço semântico temporal também pode abranger a idéia de “ordem ou sucessão no tempo” (anterioridade/posterioridade).

É o que ocorre com o advérbio *depois* neste exemplo:

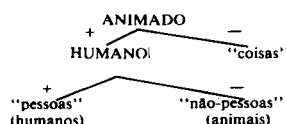
(29) Andei, andei, *depois* parei.

A propriedade semântica QUANTIFICAÇÃO diz respeito à distribuição dos objetos do discurso em termos conjuntivos (concepção dos interlocutores). Implica as subnoções de “elemento” (artigo indefinido), subconjunto com a idéia de “um-ou-mais de um” (pronome indefinido), subconjunto com a idéia de “mais-de-um” (pronome indefinido) e conjunto

(artigo definido/pronome indefinido). Quando está em jogo a noção de “subconjunto”, a categoria genérica “quantificação” se especifica no traço PARTITIVO (que é o indicador de subconjunto).

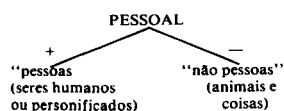
A categoria semântica PESSOALIDADE ou PESSOAL não deve confundir-se com a de pessoa do discurso (interlocutores) nem com as de “animado” e “humano”. O traço “animado” é próprio dos nomes e se refere aos seres animados (pessoas e animais), em oposição aos inanimados (coisas). Os seres animados se dividem por sua vez em humanos (pessoas) e não-humanos (animais). Isto é o que exprime o esquema abaixo:

(30)



O traço PESSOALIDADE concebe diferentemente os seres do universo do discurso. Pressupõe dois grupos em que, de um lado, se têm as *pessoas* (os seres humanos ou aqueles concebidos como tais) e, de outro, as *não-pessoas* (animais e coisas). Obedece ao esquema que se vê adiante:

(31)



O traço PESSOAL se mostra utilíssimo, quando se trata de distinguir certas parênteses pronominais, como *alguém/algo, quem/o que* etc.

Além dessas categorias semânticas que acabamos de introduzir (de caráter mais genérico), outras existem de natureza específica ou de ocorrência eventual. São as que implicam INTERROGAÇÃO (própria dos pronomes interrogativos), POSSE (a relação possuidor/possuido

dos pronomes possessivos), REFLEXIVIDADE (atividade/passividade) e NEGAÇÃO (que se aplica a certas partículas pronominais, como *ninguém*, negativo de *alguém* etc.).

Também não se deve pôr de lado, na caracterização semântica dos pronomes, certos traços sintáticos que tendem a condicionar o significado dessas partículas: a FUNÇÃO SINTÁTICA, (O GÊNERO), O NÚMERO. Só para ilustrar a implicação semântica das categorias sintáticas acima, mencionamos o fato de que a noção “sujeito de” envolve a noção semântica “agente de”, a idéia de “plural” associa o significado “mais de um”.

3. ANÁLISE SEMÂNTICA DOS PRONOMES

Antes de proceder à caracterização semântica específica das partículas pronominais, tentaremos na primeira parte desta seção justificar a sua distribuição em subgrupos, de acordo com o papel sintagmático de cada uma. Ficará evidente, no desenvolvimento do presente item, que a incidência das categorias semânticas no significado das partículas pronominais variará conforme o subgrupo sintagmático a que cada qual pertença.

3.1. As subclasses de pronomes (sob o ponto de vista sintagmático)

O papel sintagmático das partículas pronominais permite dividi-las em três subgrupos que precisamos conhecer: determinantes (Det), pronomes substantivos (Pron) e advérbios pronominais (APron).

A função básica do *determinante* é modificar um nome ou substantivo (N), “atualizando” o seu conceito (isto é, situando o seu conceito no universo da comunicação). Por isso o Det sempre acompanha o nome na cadeia sintagmática da frase, e o pressupõe mesmo quando o referido nome vem implícito.

A seqüência Det + N forma o chamado *sintagma nominal* (SN), um consti-

tuínte básico da frase. Exemplos de sintagmas nominais são os que vêm sublinhados abaixo:

- (32) (i) *O vento* assobia.
(ii) Você percebe *este vento*?
(iii) *Um vento* balança as folhas.
(iv) Hoje deverá soprar *algum vento*.
(v) *Que vento* agita as cortinas?
(vi) *Seu vento* virou furacão.
(vii) *Dois ventos* bastam por hoje.
(viii) A região *cujos ventos* refrescam fica bem ao sul.

Do exemplos acima se infere que os determinantes abrangem as seguintes classes de palavras da gramática normativa usual: artigo, numeral e pronome adjetivo (demonstrativo, possessivo, indefinido, interrogativo e o relativo *cujo*). Advirta-se que entre os determinantes não figuram os adjetivos, palavras que podem modificar o substantivo mas não desprovidas da “função atualizadora” típica de um Det (apenas o especificam semanticamente).

O *pronome substantivo* é uma partícula que ocupa a casa estrutural de sintagmas inteiros, aparecendo sozinho (sem substantivo) e assumindo a função sintática por eles exercida. Assim é que o pronome substantivo pode preencher o lugar de um *sintagma nominal* (sujeito, objeto direto, predicativo etc.), de um *sintagma nominal* precedido de preposição ou *sintagma preposicional* (objeto indireto, adjunto adverbial etc.), de um *sintagma adjetivo* ou de um *sintagma oracional* (oração). Na parêntese de frases que se seguem:

- (33) (i) *O canário* canta bonito.
(ii) *Ele* ↓ canta bonito.

o pronome substantivo (pessoal) *ele* toma o lugar do sintagma nominal sujeito (SN₁ *o canário* da frase (i), assumindo como este a função de sujeito na frase (ii). Neste outro exemplo:

- (34) (i) A empregada devolveu o anel *para a patroa*.
↓
(ii) A empregada *lhe* devolveu o anel.

O pronome substantivo (pessoal) *lhe* da frase transformada (ii) preenche a casa estrutural do sintagma preposicional objeto indireto *para a patroa*, pertencente à frase inicial (i).

Por esta terceira ocorrência

- (35) (i) — Sua irmã parece *muito orgulhosa*.
↓
(ii) — Minha irmã efetivamente *o* é.

percebemos que o pronome substantivo (demonstrativo) *o* assume na frase transformada (ii) o “espaço” destinado ao sintagma adjetivo predicativo *muito orgulhosa* da frase inicial (i). O mesmo fenômeno se dá no conjunto de frases que segue:

- (36) (i) Você me denunciou à polícia, e eu não *lhe* perdôo *o* *denunciado à polícia*.
↓
(ii) Você me denunciou à polícia, e *isso* eu não *lhe* perdôo.

onde o pronome substantivo (demonstrativo) *isso*, do subconjunto transformado (ii), ocupa a posição de objeto direto *antes* ocupada pela oração substantiva objetiva direta (sintagma oracional) *o denunciado à polícia*, que aparece no subconjunto (i).

Os pronomes substantivos compreendem tradicionalmente dois grupos: pessoais e não-pessoais (demonstrativos, indefinidos, interrogativos e relativos).

A 3.^a subclasse de partículas pronominais — os *advérbios pronominais* — corresponde a pronomes substantivos que têm por função específica preencher a casa estrutural de sintagmas preposicionais com o papel sintático de adjunto adverbial. É o que se infere das frases seguintes:

(37) (i) Eu moro *neste prédio*.

↓
(ii) Eu moro *aqui*.

ocorrência em que o advérbio pronominal de lugar *aqui* assume o papel de sintagma preposicional (adjunto adverbial de lugar) *neste prédio* da frase inicial.

Entre os advérbios pronominais se incluem os de “lugar”, os de “tempo” e os advérbios de “modo” *assim* e *como*.

3.2. A significação dos determinantes

Para encontrar os traços semânticos que caracterizam a significação dos determinantes, consideremos o conjunto de frases abaixo:

(38) (i) *O poeta* redigiu a carta.

(ii) *Um poeta* redigiu a carta.

(iii) *Este* (esse/aquele) *poeta* redigiu a carta.

(iv) *Algum poeta* redigiu a carta.

(v) *Que* (qual) *poeta* redigiu a carta?

(vi) O rei *cuja carta* o poeta redigiu desapareceu para sempre.

O conjunto acima envolve o uso contrastivo de determinantes cujo alcance vamos analisar agora. Na frase (i), o artigo definido *o* (em *o poeta*) indica tratar-se de um POETA identificado pelos interlocutores. Implica ainda mais a idéia de ser único, específico (conjunto unitário), na situação de comunicação em causa. Já na frase (ii), o artigo indefinido *um* (em *um poeta*) sugere um ser não-identificado pelos interlocutores (ou ao menos pelo ouvinte). Indica também a noção de um elemento qualquer de um conjunto numeroso não-especificado (isto, no singular).

Na frase (iii), a série demonstrativa *este/esse/aquele* (em *este* (esse/aquele poeta)) indica haver em jogo, além da identificação do ente POETA pelos interlocutores, certa orientação espacial (posições do espaço em relação às pessoas do discurso), o que se exprime pelo traço DEMONSTRATIVO. Enquanto *este* e *esse*

denotam a proximidade (a familiaridade) do objeto ou ente POETA com os interlocutores, *aquele* sugere distância. Por outro lado, na frase (iv), o indefinido *algum* (em *algum poeta*) agrava a falta de identificação do objeto com a noção ambígua “um-ou-mais” (subconjunto não-identificado) de um conjunto maior não-especificado.

Na frase (v), os interrogativos *que/qual* envolvem igualmente a não-identificação do objeto pelos interlocutores. Na verdade, o determinante interrogativo é equivalente do indefinido *algum*, pois aceita desdobrar-se em QU + ALGUM. Assim traz em seu significado a idéia de subconjunto ambíguo (“um-ou-mais”), e ainda a noção específica de INTERROGATIVO. Quanto ao determinante relativo *cujo* (em *cuja carta*), Da frase (vi), observa-se que retoma um antecedente já identificado (REI). Assim, pressupõe o traço DEFINIDO e o traço DEMONSTRATIVO (orientação espacial para o antecedente).

Com base nos dados levantados nessa análise, torna-se possível apontar os traços semânticos que caracterizam os determinantes:

(39) (i) DEFINIDO (“identificação dos objetos da comunicação pelos interlocutores”)

(ii) DEMONSTRATIVO (“orientação espacial” em relação, via de regra, com as pessoas do discurso)

(iii) PROXIMIDADE (“posição perto ou não dos interlocutores”)

(iv) PARTITIVO (distribuição ou não dos objetos do discurso em subconjuntos)

(v) TRAÇOS ESPECÍFICOS:

{ INTERROGATIVO
RELATIVO
(E mais: POSSE, NEGATIVO, não incluídos na análise acima)

Podemos agora construir as *matrizes de traços semânticos* de cada série de determinantes. Para esse fim adotaremos o critério de traços contrastivos mencionado na primeira parte deste trabalho. Lembremos que os traços semânticos supra são hierarquizados, isto é, uns traços dependem de outros ou são especificações de outros. É o que se exprime abaixo para os traços que acabamos de indicar:

- (40) (i) [+ definido] → [± demonstrativo]
 (ii) [+ demonstrativo] [± próximo]
 (iii) [- definido] → [± partitivo]

onde se lê a seta como “especifica-se em”.

A seguir daremos as matrizes de traços semânticos. A elas adicionaremos os traços sintáticos de gênero e número para melhor caracterização dos determinantes.

SÉRIE DEFINIDA

(41)

<i>o</i>	<i>este</i>	<i>esse</i>	<i>aquele</i>
+ Det + Def - Dem ± Masc ± Plur	+ Det + Def + Dem + Próx. I ± Masc ± Plur	+ Det + Def + Dem + Próx. II ± Masc ± Plur	+ Det + Def + Dem - Próx ± Masc ± Plur

(42)

SÉRIE INDEFINIDA

<i>um</i>	<i>algum</i>	<i>nenhum</i>	<i>todo</i>
+ Det - Def ± Part ± Masc ± Plur	+ Det - Def + Part ± Masc ± Plur	+ Det - Def + Part + Neg ± Masc ± Plur	+ Det - Def - Part ± Masc ± Plur

(43) SÉRIE INTERROGATIVA

<i>que?</i>	<i>qual</i>
+ Det - Def + Part + Inter	+ Det - Def + Part + Inter ± Plur

(44) SÉRIE RELATIVA

<i>cujo</i>
+ Det + Def + Dem - Próx + Posse + Rel ± Rel ± Masc ± Plur

Nada falamos do Det Possessivo e do Det Numeral, que praticamente só apresentam traços específicos. São indiferentes ao traço DEFINIDO (combinam-se com as séries definida e indefinida). O possessivo é provido do traço POSSE (da 1.^a, 2.^a ou 3.^a pessoas), o numeral do traço ± partitivo (indica quantificação determinada).

3.3. A significação dos pronomes pessoais

Os pronomes pessoais compreendem séries complexas que se organizam tomando como pontos de referência duas noções de diversa natureza: a categoria semântica PESSOA e a categoria não-semântica FUNÇÃO SINTÁTICA.

A noção primordial de pessoa divide-se em três séries: a série do *falante* ou 1.^a pessoa (eu/nós/...), a do *ouvinte* ou 2.^a pessoa (tu/vós/... ou você/vocês...) e do *assunto* (ele/eles...). Em cada série dessas a função sintática cria dois novos subgrupos: o dos pronomes do *caso reto*, que preenchem a função de sintagma nominal

(sujeito (eu/nós, tu/vós, você/vocês, ele/eles) e o dos pronomes do *caso oblíquo*, que assumem a função de sintagma nominal objeto direto ou de sintagma preposicional objeto indireto / adjunto adverbial (me/nos, te/vos, o/os, lhe/lhes...).

Dentro da série oblíqua temos ainda uma subdivisão com base na tonicidade e no contexto sintagmático: pronomes oblíquos *átonos* (como me/nos/...), que dependem do acento tônico do verbo e excluem a preposição; pronomes oblíquos *tônicos*, que têm tonicidade própria e são precedidos de preposição (de mim/de nós etc.) Ainda nessa linha de esclarecimento, observa-se que os pronomes do caso oblíquo átono de 2.^a pessoa (tratamento "você") coincidem em forma com os correspondentes da 3.^a pessoa (tratamento "ele"). Quando necessário, nós os distinguiremos pelo índice sotoposto 2 (2.^a pessoa) e 3 (3.^a pessoa).

O quadro que se segue resume às considerações que acabamos de fazer sobre os pronomes pessoais:

(45)

PRONOMES PESSOAIS (na NORMA-PADRÃO)

Pessoa Função Sintática	I (falante)		II (ouvinte)		III (assunto)
	+ Sujeito (+ SN ₁)	eu ----- nós	tu ----- vós	você	
+ Obj. Direto (+ SN ₂)	—		—		o
± Obj. Direto ± SN ₂	me ----- nos	te ----- vos	se		
- Obj. Direto (± SP ₁)	(...)mim (co)migo ----- (...)nós (co)nosco	(...)ti (con)tigo ----- (...)vós (con)vosco	lhe (...)si (con)sigo		(...)você (...)ele

Além do traço semântico PESSOA, os pronomes pessoais são providos de duas outras categorias semânticas importantes: DEFINIDADE e PESSOAL(IDADE). Por princípio, como os pronomes pessoais designam os próprios interlocutores (falante/ouvinte) ou os objetos dos quais eles falam (assunto), admite-se que sejam todos dotados do traço definido (isto é, refiram-se a seres identificados). Sob outro ângulo, os pronomes pessoais de 1.^a e 2.^a pessoas envolvem a função de “interlocutor”, papel que só os seres humanos ou personificados podem assumir.

Implicam por essa razão o traço PESSOAL positivo (+ Pessoal). Por outro, os pronomes de 3.^a pessoa tanto se referem a humanos, quanto a não-humanos. Levarão, assim, o traço complexo ± Pessoal.

Com base em tais ponderações, faremos, a título de exemplo, as matrizes de traços da série pronominal do falante. A elas acrescentaremos os traços de FUNÇÃO SINTÁTICA e NÚMERO, que dão forma acabada ao complexo de traços. A noção de pessoa é indicada por algarismos romanos:

(46)

SÉRIE DO FALANTE

<p style="text-align: center;"><i>eu</i></p> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; width: fit-content; margin: auto;"> <p style="text-align: center;">+ Pron I + Def - Dem + Pessoal + Suj - Plur</p> </div>	<p style="text-align: center;"><i>me</i></p> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; width: fit-content; margin: auto;"> <p style="text-align: center;">+ Pron I + Def - Dem + Pessoal - Suj ± OD - Plur</p> </div>	<p style="text-align: center;">(...) <i>mim</i></p> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; width: fit-content; margin: auto;"> <p style="text-align: center;">+ Pron I + Def - Dem + Pessoal - Suj - OD - Plur</p> </div>	<p style="text-align: center;">(co) <i>migo</i></p> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; width: fit-content; margin: auto;"> <p style="text-align: center;">+ Pron I + Def - Dem + Pessoal - Suj - OD - Plur</p> </div>
---	--	---	---

3.4. Pronomes não-pessoais

Os pronomes substantivos não-pessoais têm como característica o fato de indicarem, não as pessoas do discurso, mas objetos (entes) relacionados com elas. Assim acontece na frase seguinte:

(47) Você rasgou *isso*. (O falante aponta um livro que está nas mãos do ouvinte).

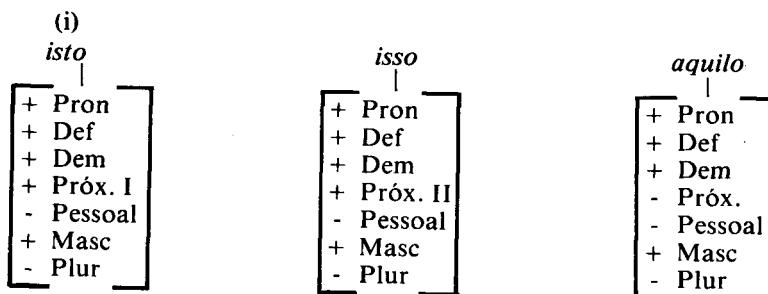
em que o pronome substantivo demonstrativo *isso* evoca, não o ouvinte, mas um objeto próximo ou nas imediações dele.

São pronomes que apresentam uma semelhança acentuada com os determinantes analisados em 3.2. Implicam as mesmas subclasses e alguns traços semânticos importantes dos referidos determinantes. Apenas diferem destes por encerrarem eles próprios conceitos substantivos atualizados, em lugar de situarem no discurso o conceito do substantivo que os acompanhe (como fazem os determinantes). Trazem a mais o traço semântico PESSOAL e são indiferentes à noção de PESSOA (ficam genericamente numa 3.^a pessoa neutra).

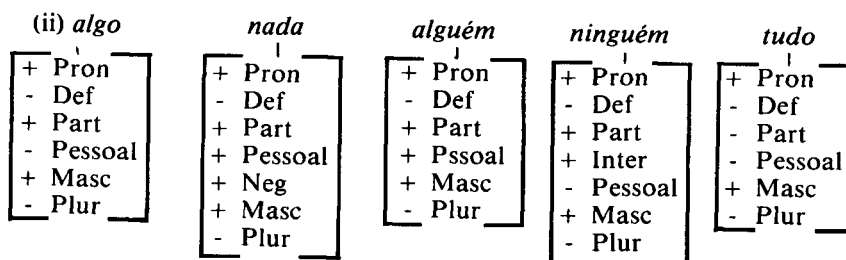
Levando em conta as quatro séries que os pronomes não-pessoais abrangem (demonstrativos, indefinidos, interrogativos e relativos), podemos formar as suas matrizes de traços. Antes ressaltemos que só os pronomes relativos distinguem função sintática.

(48)

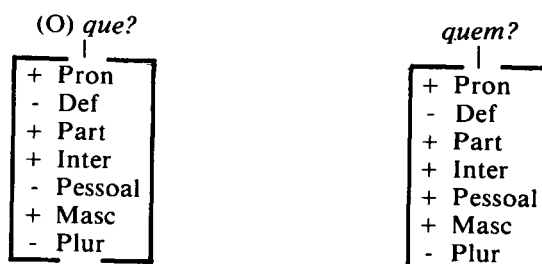
SÉRIE DEMONSTRATIVA



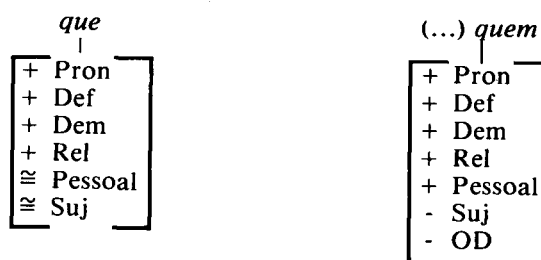
SÉRIE INDEFINIDA



(iii) SÉRIE INTERROGATIVA



(iv) SÉRIE RELATIVA



3.5. Advérbios pronominais

Como vimos na seção 3.1., os advérbios pronominais são pronomes substantivos que equivalem exclusivamente a sintagmas preposicionais (com a função de adjunto adverbial). Do ponto de vista semântico se assinalam pela presença em seu significado das categorias semânticas específicas ESPAÇO (LUGAR), TEMPO e MODO.

É inegável a semelhança entre os advérbios de *lugar* e os pronomes demonstrativos. Enquanto estes exprimem apenas posições de proximidade com as pessoas do discurso, os advérbios de lugar indicam os próprios locais de proximidade ou distância com elas. Assim, os advérbios de lugar incluirão o traço LOCATIVO em vez de DEMONSTRATIVO. O traço PROXIMIDADE será indicado para ambos:

(49) *aqui*

+ Pron
+ Def
+ Loc
+ Próx. I
- Suj.
- OD

aí

+ Pron
+ Def
+ Loc
+ Próx. II
- Suj.
- OD

lá

+ Pron
+ Def
+ Loc
- Próx.
- Suj.
- OD

Os advérbios de *tempo* trazem uma orientação para o discurso, que se manifesta de modo diferente. Podem indicar o tempo da falante (da enunciação) ou um momento afastado dele (antes ou depois).

Assim a categoria TEMPO, para estes advérbios, se especificará no de PROXIMIDADE (com a 1.^a pessoa). Se esta for negativa, deverá se desdobrar no traço de ANTERIORIDADE:

(50) *agora*

+ Pron
+ Def
+ Tempo
+ Próximo
- Suj
- OD

ontem

+ Pron
+ Def
+ Tempo
- Próximo
+ Anterior
- Suj
- OD

amanhã

+ Pron
+ Def
+ Tempo
- Próximo
- Anterior
- Suj
- OD

Os advérbios de *modo* (assim/como) se individualizam pelo traço MODO, que pode ser DEFINIDO no caso de *assim* e

INDEFINIDO para o interrogativo *como?*

(51)

assim

+ Pron
+ Def
+ Modo
- Suj
- OD

como?

+ Pron
- Def
+ Part
+ Modo
- Suj
- OD

CONCLUSÕES

(1) A semântica gramatical, campo onde se enquadra o estudo da significação dos pronomes, preocupa-se com o significado das palavras gramaticais (pronomes, preposições, conjunções), com a interpretação semântica dos mecanismos gramaticais (gênero, número, modo, tempo) e dos fenômenos sintáticos. Também se volta para análise das categorias semânticas gerais que compõem o significado das palavras lexicais.

(2) A natureza semântica dos pronomes os individualiza como *palavras de comunicação* por excelência. Sua função semântica básica é a de situar os conceitos materiais (léxicos) no universo do discurso.

(3) Dois são os tipos de referência que os pronomes apresentam: dêixis e anáfora. Dêixis é a relação entre um signo pronominal e a *função* que ele indica na situação de comunicação. Anáfora consiste na relação de co-referência em que um pronome retoma um *sintagma pleno* mencionado anteriormente no contexto, e ambos — sintagma pleno e sintagma pronominal — evocam um referente no plano do discurso.

(4) O significado de um pronome se analisa em diversas categorias semânticas *atualizadoras*, a saber: PESSOA (interlo-

cutores do discurso vs. objetos do discurso), DEFINIDADE (identificação de objetos por parte dos interlocutores), ESPAÇO (posições e pontos do espaço do discurso em relação com os interlocutores), TEMPO (tempo da enunciação e momentos do ponto de vista do falante), QUANTIFICAÇÃO (concepção dos objetos do discurso em termos de elemento, subconjunto e conjunto), PESSOALIDADE (distinção entre pessoas, seres humanos, e não-pessoas).

(5) As partículas pronominais se subdividem em três subclasses: determinantes, pronomes substantivos e advérbios pronominais. Os determinantes atualizam nomes ou substantivos (colocam-nos sob a perspectiva do discurso). Caracterizam-se pela oposição entre DEFINIDO e INDEFINIDO.

Os pronomes substantivos ocupam a casa estrutural de sintagmas (nominal, preposicional, adjetivo e oracional). Os pronomes pessoais se assinalam pela noção de PESSOA (e FUNÇÃO SINTÁTICA). Os pronomes não-pessoais, semanticamente, guardam semelhança com os determinantes.

Os advérbios pronominais são pronomes substantivos com função específica: equivalem a sintagmas preposicionais (com a função de adjunto adverbial). São marcados pelos traços semânticos de LUGAR (LOCATIVO), TEMPO e MODO.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. CARVALHO, N.F. de — *A formação do sintagma nominal do nome como base para a determinação do gênero em português*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1980. (Tese — doutoramento).
2. CHOMSKY, N. — *Aspects of the theory of syntax*. Cambridge, Mass., The MIT Press, 1965.
3. GRUBER, J.S. — *Lexical structures in syntax and semantics*. Amsterdam, North-Holland Publishing, 1976.
4. JAKOBSON, R. *et alii* — *Preliminars to speech analysis*. Cambridge, Mass., The MIT Press, 1963.
5. KATZ, J. & FODOR, A., eds. — Analyticity, and contradiction in natural language. In: —. *The structure of language: readings in the philosophy of language*. Englewood Cliffs, New Jersey, Prentice-Hall, 1964. p. 519-43.
6. MILNER, J.C. — *De la syntaxe à la interprétation: quantités, insultes, exclamations*. Paris, Éditions du Seuil, 1978.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- BERRUTO, C. — *La semantica*. México, Nueva Imagem, 1979.
- BORBA, F. da S. — *Introdução aos estudos lingüísticos*. São Paulo, Nacional, 1970.
- BORBA, F. da S. — *Pequeno vocabulário de lingüística moderna*. São Paulo, Nacional, 1976.
- BREKLE, H.E. — *Semântique*. Paris, Armand Colin, 1974.
- CÂMARA Jr., J.M. — *Dicionário de lingüística e gramática*. 7. ed. Petrópolis, Vozes, 1977.
- CÂMARA Jr., J.M. — *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis, Vozes, 1970.
- CÂMARA Jr., J.M., — *Princípios de lingüística geral*. 4.ed. rev. e aum. Rio de Janeiro, Acadêmica, 1964.
- CAUSSAT, P. *et alii* — *La lingüistique*. Paris, Larousse, 1977.
- CUNHA, C.F. da — *Gramática da língua portuguesa*. 7.ed. Rio de Janeiro, FENAME, 1980.
- DUBOIS, J. *et alii* — *Dictionnaire de linguistique*. Paris, Larousse, 1973.
- DUBOIS-CHARLIER, F. — *Bases de análise lingüística*. Coimbra, Almedina, 1976.
- DUCROT, O. — *Princípios de semântica lingüística*. São Paulo, Cultrix, 1977.
- FAUCONNIER, G. — *La coréférence: syntaxe ou sémantique?* Paris, Ed. Seuil, 1974.
- GALMICHE, M. — Quantificateurs, référence et theorie transformationnelle. *Langages*, 48:3-49, déc., 1977.
- GROSS, M. — Quelques sources transformationnelles de formes pronominales. *Langue Française*, 57:43-59, fév., 1983.
- GUERON, J. — Relations de coréférence dans la phrase et dans le discours. *Langue Française*, 44:42-79, déc., 1979.
- GUIRAUD, P. — *A semântica*, São Paulo, DIFEL, 1975.
- JAKOBSON, R. — *Fonema e fonologia*. Rio de Janeiro, Acadêmica, 1967.
- JAKOBSON, R. — *Seis lições sobre o som e o sentido*. Lisboa, Moraes Ed., 1977.
- KATO, M.A. — *semântica gerativa e o artigo definido*. São Paulo, Ática, 1974.
- KEMPSOON, R. — *Teoria semântica*. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.
- LEECH, G. — *Semântica*. Madrid, Aliança Editorial, 1977.
- LIMA, C.H. da R. — *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1972.
- LOBATO, L.M.P., org. — *A semântica na lingüística moderna: o léxico*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977.
- LOPES, E. — *Fundamentos da lingüística contemporânea*. São Paulo, Cultrix, 1976.
- LYONS, J. — *Éléments de sémantique*. Paris, Larousse, 1978.
- LYONS, J. — *Introdução à lingüística teórica*. São Paulo, Nacional/EDUSP, 1979.
- LYONS, J. — *Semântica estrutural*. Lisboa, Editorial Presença, 1974.
- LYONS, J. — *Sémantique linguistique*. Paris, Larousse, 1978.
- LYONS, J., org. — *Novos horizontes em lingüística*. São Paulo, Cultrix/EDUSP, 1976.
- MAILLARD, M. — Essai de typologie des substituts diaphoriques. *Langue Française*, 21:55-71, fév., 1974.
- MARQUES, M.H. — *Estudos semânticos*. Rio de Janeiro, Grifo, 1976.
- MILNER, J.C. — Réflexions sur la référence. *Langue Française*, 30:63-73, mai, 1976.
- PINTO, M.J. — *Análise semântica das línguas naturais: caminhos e obstáculos*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1977.
- POTTIER, B. — Sur la formulation des modalités en linguistique. *Langages*, 43:39-46, sep., 1976.
- RECTOR, M. *et alii* — *Manual de semântica*. Rio de Janeiro, Ao livro Técnico, 1980.
- RIEDEL, D. *et alii* — *Literatura brasileira em curso*. Rio de Janeiro, Bloch Ed., 1968.
- SILVA, I. A. da — *A dêixis pessoal*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1972. (Tese — Doutoramento).

CARVALHO, N.F. de — Semântica gramatical: a significação dos pronomes. *Alfa*, São Paulo, 28:43-62, 1984.

ULLMANN, S. — *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. Lisboa, Fund. Calouste Gulbenkian, 1967.

ZALAWSKY, D. — Pronoms personnels, performatifs et actes de langage. *Langue Française*, 43:48-59, mai, 1979.

ABRANGÊNCIA PESSOAL DOS PROCESSOS DE INDETERMINAÇÃO DO AGENTE*

Heloísa Marques TUPINÁ**

RESUMO: Neste trabalho, apresentamos a análise da abrangência pessoal dos recursos para a indeterminação do agente em língua portuguesa, ou seja, das pessoas -1.ª, 2.ª, 3.ª - envolvidas por tais recursos. Para a seleção dos recursos abordados, consideramos, inicialmente, as noções de indeterminação e agente; em seguida, tendo em vista o objetivo proposto, passamos a descrevê-los, especificando os fatores que concorrem para a escolha de um recurso e sua funcionalidade.

UNITERMOS: Agente; indeterminação; referência; abrangência pessoal; impessoalidade; generalização.

O objetivo deste artigo é a análise de uma das particularidades dos recursos para a indeterminação do agente em língua portuguesa: a abrangência pessoal.

A indeterminação corresponde ao caráter de indiferenciação, falta de individualidade ou de especificidade de um termo, capaz de conferir ao enunciado um teor de imprecisão e generalidade, em decorrência do ponto de vista do emissor. O sujeito da enunciação recorre à indeterminação quando não pode ou não quer definir uma idéia, sentimento ou situação a que se refere. No caso do agente, cuja característica básica é a de especificar alguém que executa a ação sobre a qual exerce controle***, há indeterminação quando a referência é feita a uma massa indiferenciada ou a um ser não-específico.

Assim, o critério estabelecido para a seleção dos processos é o da reação à no-

ção de agente, avaliada não só em construções que comportam tal argumento, expresso por termos cuja noção não remete a circunstâncias definidas, como também em estruturas que, sem a manifestação do agente, implicam um ser ao qual se refere o fato enunciado pelo verbo.

Quanto à manifestação do agente, temos as seguintes possibilidades de construção:

- a) frase ativa com agente determinado, específico;
- b) frase ativa com agente indeterminado, não-específico;
- c) frase ativa sem menção do agente;
- d) frase passiva com agente determinado, específico;
- e) frase passiva com agente indeterminado, não-específico;
- f) frase passiva sem menção do agente.

Obviamente, a preocupação com a

* Trata-se de uma análise feita com base no trabalho *Estudo dos processos de indeterminação do agente*, apresentado ao Instituto de Letras, História e Psicologia de Assis da Universidade Estadual Paulista para obtenção do título de Mestre de Letras, (área de concentração: Filologia e Linguística Portuguesa), e defendido em março de 1983. O *corpus* é constituído por contos brasileiros contemporâneos e por ocorrências colhidas no jornal *Folha de S. Paulo* e na revista *ISTO É*.

** Departamento de Linguística — Instituto de Letras, História e Psicologia — UNESP — 19800 — Assis — SP.

*** Segundo Telmo Correia Arrais, "a característica básica do argumento AGENTE é a de especificar alguém que executa a ação, sobre a qual exerce controle. Há mesmo autores que caracterizam o AGENTE como nome tipicamente marcado pelos traços /animado/ e /volição/, enquanto para outros o AGENTE pode ser também representado por 'Força da Natureza' os chamados 'agentes naturais' (Mero Instrumento para os primeiros)". (1, p. 83).

indeterminação do agente não considera os casos mencionados nas letras *a* e *d*.

Consideradas essas noções preliminares, chegamos aos seguintes processos de indeterminação do agente, expressos por diferentes estruturas sintáticas a serem precisados no decorrer da análise:

1. verbo na 3.^a pessoa do plural;
2. verbo na 1.^a ou na 2.^a pessoa, do singular ou do plural;
3. pronomes indefinidos;
4. expressões indefinidas;
5. pronome *você*;
6. infinitivo;
7. voz passiva analítica;
8. voz passiva pronominal;
9. pronome *se* junto à 3.^a pessoa do singular de verbos não transitivos diretos.

Até certo ponto, podemos considerar tais recursos semanticamente equivalentes, já que se trata de expressões de agente concebível, ou seja, implicam um ser vago ao qual a ação expressa pelo verbo se refere. Pretendemos, todavia, particularizar um dos aspectos dessa listagem de processos que acabamos de registrar: o das pessoas -1.^a, 2.^a, 3.^a — envolvidas na indeterminação.

No português atual, o verbo na 3.^a pessoa do plural, que especificamente enuncia a pluralidade, pode converter-se em recurso para a indeterminação do agente. Assim, no caso da 3.^a pessoa, a pluralização verbal, quando não se trata da conformação gramaticalmente regular de um sujeito específico plural, cumpre a mesma função de formas não-pessoais, exprimindo a generalização. É a própria “não-pessoa” que, segundo Benveniste, designa o conjunto de seres não-pessoais. (2, p. 254)

Tanto no verbo como no pronome, o plural é fator de ilimitação; exprime a imprecisão da idéia ou juízo que fazemos de qualquer pessoa. Muitas vezes, o agente é um único ser, mas o plural pode despistar o receptor, que desanima diante da imprecisão numérica que lhe é dada. A plurali-

zação é quase sempre um exagero; pensa-se, geralmente, em agente incerto.

Como recurso para a indeterminação do agente, o verbo na 3.^a pessoa do plural pode ser empregado com acepções distintas. Às vezes, expressa um grande número de pessoas indeterminadas:

“As visitas achavam aquilo extraordinário, imaginem, o cachorro sente que o dono morreu, está procurando; depois *dizem* que bicho não tem alma”. (20, p. 109)

Dizem não se refere ao pronome *eles*, nem a um nome anteriormente expresso.

Em alguns casos, o verbo na 3.^a pessoa do plural refere-se a um único ser, cujo papel de agente, entretanto, não interessa explicitar, pôr em destaque, ou identificar:

“No dia seguinte *telefonaram*, e eu avisei aos meninos que Lisetta morrerá”. (6, p. 160)

Em outras ocorrências, o referido recurso decorre de um real desconhecimento do agente:

“Rita no banheiro, eis que *batem* à porta”. (19, p. 68)

Algumas vezes, é o próprio sentido do verbo que torna mais evidente a função desse processo para indicar que o agente é totalmente desconhecido.

“Morreu no Tungo-Tungo, nos gerais de Goiás, fazenda de Cachoeira brava. *Mataram*”. (16, p. 79)

Em síntese, o verbo na 3.^a pessoa do plural pode ser empregado para designar uma só pessoa que não podemos ou não queremos especificar, ou um grande número de pessoas indeterminadas. Mas, o processo com essa forma, jamais envolve a 1.^a e a 2.^a pessoas.

Os empregos do verbo na 1.^a ou na 2.^a pessoa, do singular ou do plural, sem a expressão do pronome correspondente sem a indicação prévia de um agente, aparecem como outros recursos para a indeterminação.

A forma mais freqüente no *corpus* de nossa pesquisa é a do verbo na 1.^a pessoa do plural.

Segundo Benveniste, “de maneira geral, a pessoa verbal no plural exprime uma pessoa ampliada e difusa. O ‘nós’ anexa ao ‘eu’ uma globalidade indistinta de outras pessoas”. (2, p. 258)

É exatamente esse processo de ampliação que se verifica nas ocorrências do verbo na 1.^a pessoa do plural, em frases de sentido indeterminado, geral, para indicar que o emissor se inclui numa massa indiferenciada.

“O que os amigos fazem, nunca chegamos a descobrir”. (13, p. 17).

O verbo na 1.^a pessoa do singular não é a forma mais vigorosa:

“Por outro lado, aqui *tenho* a possibilidade de andar nas ruas tranquilamente. Ela te garante o anonimato”. (21, 4 de out., p. 13)

Percebe-se que o emissor refere-se à possibilidade que as pessoas, de maneira geral, têm de “andar nas ruas tranquilamente”. O valor indeterminado de *tenho* é reforçado pela ocorrência de *te*, cuja referência também vai além do interlocutor.

Quanto à 2.^a pessoa, comumente é definida como sendo a pessoa à qual a primeira se dirige. Mas também pode ser usada fora da interlocução, entrando, segundo Benveniste, numa variedade de impessoal. (2, p. 254)

O português do Brasil não favorece a vitalidade desse processo com o verbo na 2.^a pessoa do singular ou do plural. É que, para o interlocutor, comumente se emprega o verbo na 3.^a pessoa, com o pronome *você*.

Procedemos também a um levantamento das ocorrências de pronomes indefinidos, entendidos como aqueles que se aplicam à 3.^a pessoa gramatical, quando considerada de modo vago e indeterminado.*

Nestas formas, a significação é essencialmente, e não ocasionalmente, indeter-

minada, ou seja, a indeterminação está na essência de sua função. (15, p. 186-187)

Segundo Mattoso Câmara Jr., “os chamados INDEFINIDOS e INTERROGATIVOS participam da natureza dos PRONOMES em virtude do que podemos designar como uma DEIXIS-ZERO (cf port. *quem?*, que pode ser — *eu, tu, ele*, ou analogamente, *alguém* etc.)”. (11, p. 155)

Embora os pronomes indefinidos se apliquem à 3.^a pessoa gramatical, excluindo, portanto, a 1.^a e a 2.^a pessoas, a abrangência pessoal pode ser ampliada, estendendo-se até mesmo ao emissor:

“/.../, logo que *alguém* tem dinheiro aparecem os outros querendo aplicá-lo, explicando como se perde dinheiro”. (7, p. 126)

Esse *se perde* reforça a generalização do enunciado, acentuando a indeterminação de *alguém*, que pode equivaler a ‘qualquer pessoa’, incluindo o emissor.

Dentre as expressões indefinidas, tomamos a forma *a gente*, que tende à impessoalização daquele que fala, não se excluindo, mas ressaltando a inclusão de um número impreciso de pessoas:

“Bobagem *a gente* viver poupando dinheiro. De repente cai morto e não fez o que teve vontade”. (20, p. 112)

Em ocorrências como essa, a expressão *a gente* assume caráter pronominal e é empregada para manifestar agente vago e indeterminado de 3.^a pessoa. É também muito freqüente o seu emprego na acepção de 1.^a pessoa — singular ou plural — mas sempre envolvida na indeterminação que a caracteriza semanticamente:

“*A gente* vai para a boate, dança, bebe e depois eu venho para casa”. (5, p. 18)

Assim, a expressão *a gente* pode estar-se referindo, como resumo para a indeterminação, vagamente a: 3.^a pessoa que não se quer especificar, de que se au-

* Para Dubois, “o traço indefinido (-definido) é interpretado semanticamente pela ausência de toda referência a um sintagma nominal anterior (*Uma pessoa telefonou*, em oposição a *A pessoa que você sabe telefonou*) ou a um elemento preciso da situação, ou pela negação do valor genérico (*Um homem não poderia agir assim*, em oposição a *O homem é um animal que fala*)”. (3, *indefinido*, p. 337)

senta o emissor; 1.^a pessoa — emissor — que quer se esconder ou disfarçar sua participação na ação; 1.^a pessoa do plural, envolvendo um grupo desconhecido de que faz parte o emissor.

A forma de tratamento *você*, além de designar, no seu emprego mais freqüente, a pessoa a quem o emissor se dirige, pode também constituir um dos recursos para a indeterminação do agente, indicando assim que a referência vai além da pessoa interpelada:

“O que assegura a integridade de sua obra é *você*. Agora não há condições de se fazer um trabalho numa gravadora /.../. É claro que, se o sujeito chega e diz para *você* fazer o que quiser, com orquestra completa e pagando tudo *você* topa”. (22, 285: 64, 9 de junh.)

É bastante freqüente o emprego desse recurso em entrevistas, com a finalidade de despertar o interesse e de envolver o interlocutor, tornando o discurso mais presente e mais vivo:

“O vôo de cruzeiro, com uma rota prestabelecida pode dar a *você* — principalmente podia dar antes, quando os aviões eram mais rudimentares — as paisagens com reflexão. O vôo de caça é mais rico, porque *você* não percorre uma rota, mas constrói arabescos no ar. Em compensação, *você* deve ser todo um pássaro. *Você* realmente voa, e tem que se converter no que faz”. (21, 14 de set., p. 44)

O valor indeterminado de *você* evidencia-se em frases nas quais ocorrem outros recursos para a indeterminação do agente, sem que estes tenham a sua abrangência pessoal limitada:

“— É um mito *dizer* que em São Paulo *se come* bem. Não existem bons restaurantes médios, onde *você* sempre encontra um bom filé com fritas”. (21, 27 de set., p. 12)

Observamos, no exemplo acima, o emprego do infinitivo *dizer*, impessoal,

mais um recurso para a indeterminação do agente em língua portuguesa. Essa forma é, por excelência, a enunciação absoluta do verbo. Não pode ser identificada com as outras formas verbais, de caráter determinado. É o verbo no máximo de sua indeterminação e generalidade. A impessoalidade é propriedade essencial do infinitivo. Não encerra indicação da pessoa do sujeito, não corresponde a nenhum tempo, nenhum modo, nem espécie de ação em particular. Apresenta o processo em potência, aproximando-se do substantivo:

“*Sentir* é o começo da insônia”. (14, p. 18)

O infinitivo, precedido da preposição *de* em sentido limitativo, liga-se aos adjetivos *fácil*, *difícil*, *bom*, *mau*, *duro* e outros de significação semelhante.

“Era um osso duro de *roer*, estava tinindo”. (4, p. 158)

A indeterminação com o infinitivo inclui as três pessoas do discurso. Pode co-ocorrer com a voz passiva pronominal e com as construções com o pronome *se* junto à 3.^a pessoa do singular de verbos não transitivos diretos, que também envolvem a 1.^a, a 2.^a e a 3.^a pessoas. São esses os três processos de indeterminação mais abrangentes:

“Aqui não sabia que ‘eu’ é apenas uma das palavras que *se desenhavam* enquanto *se atende* ao telefone, mera tentativa de *buscar* forma mais adequada”. (7, p. 11)

A voz passiva analítica é outro recurso usado para indeterminar a pessoa ou pessoas que praticam a ação expressa pelo verbo. De fato, a essência da voz passiva, sob qualquer de suas formas, é dar realce ao processo, sendo o agente omitido ou eventualmente incluído no predicado. Usa-se a voz passiva sempre que diminui, por alguma razão, o interesse pelo agente.*

* Segundo Lyons, “se há alguma função comum à passiva em todas as línguas habitualmente descritas como tendo voz passiva (e nalgumas delas, como o turco, essa parece ser a única função dessa forma), essa função é tornar possível a construção de frases sem agente: Bill was Killed”. (9. p. 298)

A não expressão do agente da passiva revela em grau acentuado essa falta de interesse em relacionar a ação com aquele(s) que a desempenha(m). É o caso que aqui, particularmente, preferimos registrar.

Tal recurso é empregado principalmente quando se trata de agente desconhecido, que não se pode mencionar:

“O Ministro do planejamento *foi morto* na semana passada. *Foi morto* na cama, ele e suas duas mulheres”. (6, p.68)

Outras vezes, indica pessoas indeterminadas, que não vem ao caso mencionar, expressando generalidade:

“Não sou pessoa que precise *ser lembrada* de que dentro de tudo há sangue”. (7, p.162)

O português atual elimina invariavelmente a expressão do agente na voz passiva pronominal:

“Daí, quedava, estalável, serena, no circuito do silêncio, como por vez *se escavam* buracos na barragem de um açude”. (17, p.63)

A concepção de um agente pessoal indeterminado pode surgir em uma frase passiva dessa natureza, mesmo que o sujeito esteja expresso. É justamente tal concepção que explica a tendência para o verbo no singular, ainda que o nome-sujeito (segundo a interpretação gramaticalmente convencionalizada) esteja no plural.

Mattoso Câmara Jr. comenta o tratamento variado e incerto que a perífrase verbo-pronominal com verbo transitivo recebe em português. É considerada por alguns como uma atividade sem ponto de partida determinado que recai sobre um objeto; outros interpretam como uma atividade cujo ponto de partida é o próprio objeto que assim passa a sujeito. Esta segunda interpretação é favorecida pela

norma: o nome paciente é visto como sujeito com o qual o verbo deve concordar. (10, p. 174-176)

No registro popular, a tendência é para fixar o verbo no singular, designando uma atividade sem ponto de partida específico. É que a expressão, mesmo tendo sujeito, sugere um agente pessoal; isso leva à atribuição de um sentido ativo à frase e à tendência para transformar o antigo sujeito em objeto direto (12, p.54)

Também segundo Celso Pedro Luft, “mais acertada é considerar *ativa* essa conjugação — o que corresponde: (1) ao sentimento dos falantes (*conserta-se calçados, vende-se terrenos* — é como se usa na fala espontânea) e (2) à colocação dos termos (a posição pós-verbal é a do paciente) e (3) evita o divórcio dessas construções com as dos verbos não transitivos diretos (*precisa-se de, trabalha-se, corre-se, pula-se*), que seria absurdo considerar passivos. Aqui, como ali, temos a idéia de ‘sujeito indefinido’, formalizada no *se*, que pode pois, tranquilamente, ser analisado como sujeito (*Aqui — se — trabalha = aqui — a gente — trabalha*)”. (8, p.133)

“*Manda-se* os pequenos para o zoológico e pronto, decidiu ele dirigindo-se ao espelho”. (18, p.91)

“Já no concurso para professor 3, *localizou-se* 7 candidatos com notas superiores a 50, /.../”. (21, 13 mai., p.12)

Nas construções com *se*, a indeterminação tem caráter mais abstrato e abrangente, envolvendo sempre todas as pessoas do discurso:

“Contrariando a opinião geral, Henfil discorda que em São Paulo *se coma* bem e sente falta de um restaurante onde *se coma* um bom filé com fritas”. (21, 27 de set., p.12)

Embora o verbo *comer* esteja empregado intransitivamente na primeira ocorrência, e transitivamente na segunda, não

há qualquer alteração nas pessoas envolvidas na indeterminação, como em:

“E então é necessário o disfarce: embora é não *se fale*, também não se mente, embora não *se diga* a verdade, também não é necessário dissimular”. (7, p.12)

Como mais um recurso para a indeterminação do agente, analisamos as construções com o pronome *se* junto à 3.^a pessoa do singular de verbos: intransitivos, transitivos indiretos, transitivos diretos tomados intransitivamente ou seguidos de objeto direto preposicionado, e de ligação*.

Conforme já observamos, esse recurso indica uma generalização do processo, que pode envolver as três pessoas do discurso:

“Este é o grande defeito, só *se trabalha*. (21, 27 de set., p.12)

“/.../, o que também é uma forma de mostrar a um cão que *se gosta* dele”. (20, p.74)

“Villeneuve dizia que quando *se é* piloto de Fórmula-1 não se pode sentir medo”. (22, 282: 82, 19 de mai.)

Portanto, quanto à abrangência pessoal dos pronomes para a indeterminação do agente, às vezes há uma espécie de graduação, passando da generalização total, com um recurso de maior abrangência para um de menor abrangência, ainda que particularize a inclusão de uma das pessoas do discurso.

Com relação à funcionalidade, vários fatores concorrem para a seleção de um recurso: o ponto de vista do emissor; a abrangência pessoal; o tempo verbal; as intenções ou valores estilísticos que se imprimem a uma estrutura.

Quando se trata de agente desconhecido, são mais adequados os recursos que não envolvem a 1.^a e a 2.^a pessoas. Não são favorecidas nesse caso: o emprego do verbo na 1.^a ou na 2.^a pessoa — do singular ou do plural; a expressão indefinida *a gente*; o pronome de tratamento *você*.

Se o emissor não tem interesse em determinar o agente, interessando-lhe somente o fato em si, geralmente emprega: o verbo na 3.^a pessoa do plural; pronomes indefinidos; voz passiva analítica ou pronominal; construções com o pronome *se* junto a verbos empregados na 3.^a pessoa do singular.

As construções com o pronome *se* junto à 3.^a pessoa do singular de verbos intransitivos, transitivos indiretos, transitivos diretos tomados intransitivamente ou seguidos de objeto direto preposicionado, e de ligação conferem maior objetividade e distanciamento ao enunciado porque, podendo envolver todas as pessoas do discurso, não envolvem especificamente nenhuma delas.

Se um recurso particulariza uma pessoa específica do discurso — emprego do verbo na 1.^a ou 2.^a pessoa, da expressão *a gente*, do pronome *você* — há um envolvimento do emissor, ou para se incluir no processo, ou para incluir o(s) interlocutor(es).

* Mattoso Câmara Jr. observa que “uma frase como – ‘fala-se de um crime’, é sentida por muita gente como tendo sujeito indeterminado (as pessoas em geral), comparável ao *on* e equivalente ao port. ‘falamos de um crime’. Mas em — ‘trata-se de um crime’ já não há, absolutamente o mesmo sentimento. Não obstante, a estrutura das duas frases é idêntica: verbo invariável na 3.^a pessoa do singular, conjugado com a partícula *se* e acompanhado de um complemento regido da preposição *de*. É óbvio, para o lingüista, que uma interpretação assente na expressão lingüística tem que abranger as duas frases”. (11, p.32).

TUPINÁ, H.M. — Abrangência pessoal dos processos de indeterminação do agente. *Alfa*, São Paulo, 28:63-69, 1984.

TUPINÁ, H. M. — Personal embracing of the devices for the indetermination of the agent. *Alfa*, São Paulo, 28:63-69, 1984.

ABSTRACT: In this paper, we present an analysis of a peculiarity of the devices for the indetermination of the agent in Portuguese: of the persons — 1st, 2nd, 3rd — comprised by such devices. In order to select the processes we have described, we initially considered the notions of indetermination and agent; then having in mind the aim proposed, we described them specifying the factors that contribute to the choice of a device and its functionality.

KEY-WORDS: Indetermination; reference; personal embracing; impersonality; generalization.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ARRAIS, T.C. — *Estruturas sintático-semânticas da frase portuguesa*. Araraquara, ILCSE-UNESP, 1982. (Tese-Livre-Docência). (Xerocópia)
2. BENVENISTE, É. — *Problemas de lingüística geral*. Trad. de Maria da Glória Novak e Luiza Neri. Rev. do Prof. Izaac Nicolau Salum. São Paulo, Nacional/EDUSP, 1976.
3. DUBOIS, J. *et alii* — *Dicionário de lingüística*. São Paulo, Cultrix, 1978.
4. FERREIRA FILHO, J. A. — *Malagueta, perus e Bacanaço*. 3. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.
5. FONSECA, R. — *Lúcia MacCartney*. 4. ed. Rio de Janeiro, Codecri, 1978.
6. LISPECTOR, C. — *A imitação da rosa*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1974.
7. LISPECTOR, C. — *Laços de família*. 6. ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1974.
8. LUFT, C. P. — *Moderna gramática brasileira*. 4. ed. Porto Alegre, Globo, 1981.
9. LYONS, J. — *Introdução à lingüística teórica*. Trad. de Rosa Virginia Mattos e Silva e Hélio Pimentel. São Paulo, Nacional/EDUSP, 1979.
10. MATTOSO CÂMARA JR., J. — *História e estrutura da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro, Padrão, 1975.
11. MATTOSO CÂMARA JR., J. — *Princípios de lingüística geral*. 4. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro, Acadêmica, 1970.
12. MAURER JR., T.H. — Dois problemas da língua portuguesa — o infinitivo flexionado e o pronome SE. *Boletim de Filologia Românica*, 12(3): 7-70, 1951.
13. PINÓN, N. — *Sala de armas*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1973.
14. RAMOS, R. — *Circuito fechado*. São Paulo, Martins, 1972.
15. ROCA PONS, F. — *Introducción a la gramática*. Barcelona, Vergara, 1960. 2 v.
16. ROSA, J. G. — Meu Tio o Iauaretê. In: BOSI, A. org. — *O conto brasileiro contemporâneo*. São Paulo, Cultrix/EDUSP, 1975.
17. ROSA, J.G. — Sinhá Secada. In: BOSI, A. org. — *O conto brasileiro contemporâneo*. São Paulo, Cultrix/EDUSP, 1975.
18. TELLES, L. F. — *Seleta*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1971.
19. TREVISAN, D. — *O pássaro de cinco asas*. 2.^a ed. rev. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.
20. VEIGA, J. J. — *A máquina extraviada*. 2. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1974.
21. *Jornal Folha de S. Paulo*, 1982.
22. *Revista ISTO É*, 1982.

SINTAXE-SEMÂNTICA DAS CONSTRUÇÕES ESTATIVAS EM PORTUGUÊS

Telmo Correia ARRAIS*

RESUMO: As frases estativas são caracterizadas como as que descrevem uma situação estática, a qual é concebida como o existir, ao invés do acontecer ou do fazer. A análise proposta se restringe às estruturas tipicamente estativas, ou seja, frases construídas com um verbo copulativo, do tipo ser ou estar, e frases possessivas construídas basicamente com ter. Partindo da forma sintática de tais frases, observa-se a possibilidade de um recorte semântico que permite classificá-las em quatro grandes tipos. São, então, analisadas as estruturas sintático-semânticas das frases equativa, atributiva, locativa e possessiva.

UNITERMOS: Frase estativa; frase equativa; frase atributiva; frase locativa; frase possessiva; forma sintática; função semântica; objetivo; experienciador; beneficiário; locativo; causativo; meta; origem.

1. DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE ANÁLISE

1.1. A noção de frase *estativa* foi desenvolvida e aprofundada, entre os gerativistas, a partir das análises de George Lakoff (12, 11). Lakoff propôs o traço sintático /estativo/, para explicar as diferenças no comportamento de duas classes distintas de predicadores. Segundo ele, os predicadores marcados com o traço /+ estativo/ têm as seguintes características: a) não ocorrem no imperativo; b) não se constróem com o aspecto progressivo; c) não ocorrem com advérbios como *cuidadosamente*, *entusiasticamente*, *relutantemente*; d) não permitem a substituição por *fazer o mesmo*; e) não ocorrem como complementos de verbos como *persuadir* etc.** Em português, nem todas

essas características são marcantes, algumas trazendo à frase apenas certa estranheza. Considerem-se os verbos *saber*, *compreender*, *gostar* e observem-se as seguintes construções:***

- (1) a. *** Saiba a resposta!
b. (?) Pedro está sabendo a resposta.
c. ? Pedro relutantemente sabe a resposta.
d. *Pedro soube a resposta e João fez o mesmo.
e. *Eu persuadi Pedro a saber a resposta.
- (2) a. (?) Gosta de mim!****
b. Tu estás gostando de mim?
c. Tu gostas entusiasticamente de mim.
d. ? Tu gostas de mim e tua irmã faz o mesmo.

* Departamento de Linguística — Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação — UNESP — 14.800 — Araraquara — SP.

**Essas características, como outras apontadas por Lakoff, funcionam como uma forma de testar se determinado verbo inglês é estativo ou não-estativo, mas comumente não são preenchidas pelos verbos estativos correspondentes em português.

*** As frases precedidas de asterisco são agramaticais; as precedidas de interrogação são apenas estranhas; as precedidas de interrogação entre parênteses são estranhas num sentido, mas não em outro.

**** Como pedido ou apelo é perfeitamente cabível, mas não como ordem.

- e. ? Eu te persuadi a que gostasses de mim.
- (3) a. (?) Compreenda a minha situação!*
- b. Ele está compreendendo a minha situação.
- c. *Ele compreende cuidadosamente a minha situação.
- d. ? Ele compreendeu a minha situação e o colega fez o mesmo.
- e. (?) Pedro o persuadiu a compreender a minha situação.

Resultados próximos a esses obteríamos com outros verbos considerados estativos, tais como *ver, ouvir, crer, duvidar* etc. Esses três grupos de frases permitem comprovar a não existência, em português, de uma constância de irregularidade, qualquer que seja ela. Talvez seja mais seguro dizer que esse tipo de verbo, em português, apresenta uma ou outra daquelas características.

Em termos semânticos, Lakoff atribui aos verbos e adjetivos *estativos* a propriedade semântica da *não-atividade*, ao passo que os verbos e adjetivos *não-estativos* têm a propriedade semântica da *atividade* (cf. 12, p. 12). Fillmore (10, p. 31) descarta a necessidade desse traço, já que o que caracteriza, segundo ele, predicados com tal propriedade é o fato de não haver seleção de Agente em seus arranjos casuais.

De fato, a divisão bipolar de Lakoff traz inúmeros problemas. Faz supor que toda frase de não-atividade seja estativa, o que está longe da realidade. Como vimos em trabalho anterior (3), a predicação se apresenta dividida em três áreas: *estados, eventos* ou *processos* (frases dinâmicas sem Agentes) e *atividades* ou *ações-processo* (frases dinâmicas envolvendo Agentes).

Assim, muitas das estruturas estudadas como estativas não passam de frases de processo, especialmente aquelas com verbos que descrevem eventos psicológi-

cos. Daí haver, mesmo no inglês, inúmeras contradições em relação àqueles testes de Lakoff, como foram já assinaladas, entre outros, por Lee (14).

Para não alongarmos a questão, preferimos restringir nossa análise às estruturas estrita e tipicamente estativas, que vão desde as frases construídas com um verbo copulativo do tipo *ser* ou *estar*, até as possessivas construídas basicamente com *ter*. Trata-se normalmente de frases cujo sujeito se apresenta em relação de afetamento com o predicador, portanto numa das funções semânticas de Objetivo, Experienciador ou Beneficiário (cf. 3, p. 86-7).

As frases estativas, assim delimitadas, podem ser caracterizadas como as que descrevem uma situação estática, a qual, nos termos de Lyons (17, p. 483), é concebida como o existir, ao invés do acontecer ou do fazer, sendo homogênea, contínua e imutável em toda sua duração.

1.2. Observemos, para as primeiras considerações, o seguinte conjunto de frases estativas:

- (4) O diretor é Jorge Quintana.
- (5) O professor de inglês é o norte-americano.
- (6) Pedro Lário é médico.
- (7) Pedro Lário é famoso.
- (8) Pedro Lário está famoso.
- (9) O paciente está esperançoso.
- (10) O paciente está na sala.
- (11) O livro é de Pedro.

Possivelmente com exceção das frases (4) e (5), pode-se dizer que, ao proferir as demais, identifica-se um referente e dele se afirma que é membro de uma certa classe, que tem uma certa propriedade, que está num certo lugar ou que é posse de alguém. Qualquer dessas afirmações é introduzida em português por um verbo copulativo, o qual pode não ocorrer em estruturas similares de outras línguas. Por outro lado, línguas há que apresentam em estruturas similares uma única forma copulativa (cf.

* Como pedido ou apelo é perfeitamente cabível, mas não como ordem.

be em inglês, être em francês, sein em alemão etc.), enquanto o português (como também o espanhol) se vale da oposição entre *ser* e *estar*, que assinala basicamente a distinção entre qualidade ou condição essencial e qualidade ou condição acidental*. Daí a diferença de significação, percebida pelo falante de português, entre as frases (7) e (8) acima.

Do ponto de vista da forma sintática, as duas últimas frases, por terem a cópula seguida de preposição, distinguem-se das demais. As frases de (4) a (9), por sua vez, tanto apresentam a cópula seguida de Sintagma Nominal como de Sintagma Adjetivo. Daí a tríplice possibilidade, em gramática gerativa, de reescrita do Grupo Verbal com cópula:

$$GV \rightarrow \text{Cop} + \begin{Bmatrix} \text{SN} \\ \text{SA} \\ \text{SP} \end{Bmatrix}$$

Em termos semânticos, há de se considerar também uma distinção entre esses três grupos de frases: as de construção exclusivamente com SN de valor 'equativo**'; as de construção com SP, de valor locativo ou possessivo; enfim, as de construção com SA, ou mesmo Nome ou SP, de valor atributivo. E em português há seleções específicas da cópula em função deste ou daquele tipo de frase estativa. Pode-se dizer, assim, que as frases 'equativas' só se constroem com *ser*, enquanto as frases locativas constroem-se predominantemente com *estar*, mas admitem construção com *ser*, dependendo da natureza lexical do nome sujeito; já as frases

possessivas constroem-se com *ser* ou *estar*, mas sempre seguidos de preposição; as frases atributivas, por sua vez, podem construir-se com *ser* ou *estar*, sendo agramaticais as construções com *estar* nos casos em que o atributivo especifica o conteúdo ou matéria do sujeito. Os exemplos de (12) a (18) ilustram tais particularidades de construção:

- (12) a. O professor é Ênio Alécio.
 b. *O professor está Ênio Alécio.
- (13) a. Papai está na rua.
 b. *Papai é na rua.
- Mas
- c. A festa é na rua.
- (14) a. O caderno é do meu colega.
 b. O caderno está com meu colega.
 c. Meu colega está com o caderno.
- (15) a. A garota é feliz.
 b. A garota está feliz.
- (16) a. Mário é um ladrão.
 b. Mário está um ladrão.
- (17) a. Os primos são de coragem.
 b. Os primos estão com coragem.
- (18) a. Este livro é de inglês.
 b. *Este livro está de inglês.

O sentido locativo de (13c) apresenta algo de específico em relação ao de (13a): enquanto nesta se afirma a localização de uma entidade, na frase (13c) se afirma a localização de uma ocorrência. Tal especificidade aproxima semanticamente a frase (13c) da expressão de um processo ("A festa se passa na rua", "A festa acontece na rua")**. Já a diferença entre (14a) e (14b) remete àquela distinção básica estabelecida entre *ser* e *estar*: 'posse absoluta' em (14a) e 'posse acidental ou transitória'

* As gramáticas do português normalmente arrolam, entre os verbos de estado, outros além de *ser* e *estar*, como *parecer*, *ficar*, *permanecer*, que assinalam desde a aparência até a continuidade de estado. Fala-se, nesses casos, de verbos de valor copulativo, acrescentando-se ainda *tornar-se*, *continuar*, *achar-se* e outros que eventualmente podem assumir tal papel, como *ir*, *vir*, *andar*. Neste trabalho, entretanto, queremos analisar só as frases estativas construídas com os copulativos básicos *ser* e *estar*, mesmo assim sem grande exaustividade nas considerações a fazer.

** Tomamos de Lyons (17, p.471) o termo 'equativo' ('equative sentences') para designar as frases estativas que assinalam identificação ou igualdade dos argumentos relacionados pela cópula. Como termo de origem latina, não deve causar estranheza quanto à acepção com que está sendo empregado.

*** Francisco da Silva Borba (8, p.108 e segs.) assinala que o verbo *ser* com expansão adverbial significa "acontecer", passando a ter, portanto, o valor de um processo. Cf. seus exemplos:

- a. A festa é às nove horas. (TEMPO)
 b. A festa é na minha casa. (ESPAÇO)
 c. A festa é assim. (MODO)

em (14b). Observe-se, por outro lado, a possibilidade de inversão das funções dos argumentos nas construções possessivas com *estar*, como mostram as frases (14b) e (14c).

Sob dois aspectos principais há de se assinalar também a diferença sintática entre frase equativa e frase atributiva: (i) os termos que aparecem após o verbo copulativo nas frases equativas não são extensivos às frases atributivas nessa mesma posição; (ii) o sujeito e o complemento de frases equativas admitem a permuta de funções, o mesmo não ocorrendo nas frases atributivas. A diferença entre frase equativa e frase atributiva se verifica no valor adjetivo constante do termo ou sintagma que segue a cópula, ainda que tal termo não pertença a essa classe de palavras, enquanto na frase equativa é necessariamente nome próprio, um pronome ou SN 'definido' que deve seguir a cópula, nunca adjetivo ou expressão com tal valor. Assim, em (6) temos um Nome (*médico*), em (7)-(8) um Adjetivo (*famoso*) e em (17) um SP (*de coragem, com coragem*), mas todas essas expressões têm valor adjetivo, daí não poder a cópula estar seguida de um nome próprio ou pronome. Em (16) temos o SN *um ladrão*, o qual apenas inclui Mário nessa classe ou qualifica-o como tal, sem identificá-lo, o que se daria se tivéssemos tal nome definido como em (16c):

(16) c. Mário é o ladrão.

A possibilidade de permuta de funções entre os argumentos de frases equativas é mostrada nas frases de (19), (20) e (21), que parafraseiam respectivamente as frases (4), (5) e (16c):

- (19) Jorge Quintana é o diretor.
(20) O norte-americano é o professor de inglês.
(21) O ladrão é Mário.

Os exemplos de (12) à (18) anulam, certamente, qualquer ilusão de uma constante simetria, em português, entre as construções com *ser* e *estar*. Se esses verbos se alternam largamente nas construções com Sintagma Adjetivo, o mesmo não se pode dizer das construções com Sintagma Nominal, e muito menos nas de Sintagma Preposicionado. Os exemplos em (12), (13) e (18) deram mostras de construções semanticamente inaceitáveis quando se alterna a cópula.

2. A FRASE EQUATIVA

De acordo com as diferenças atrás especificadas entre frase equativa e a frase atributiva, fica assentado que a primeira é usada caracteristicamente para identificar o referente de uma expressão com o referente de outra, enquanto a última é usada para atribuir à expressão de um referente uma certa qualidade ou propriedade. Tal diferença é colocada por alguns lingüistas (cf. 17, p.473) em correlação com a distinção que se faz entre a resposta à pergunta da forma *Quem é Mário?* ("Mário é o ladrão que acabamos de prender") e a resposta à pergunta da forma *O que é Mário?* ("Mário é um ladrão de automóveis"). Mas nem sempre uma frase equativa pressupõe a pergunta *Quem é...?*, pois os referentes identificados podem ser nomes locativos, como em (22), ou mesmo nomes de substâncias com certos compostos ou fórmulas químicas, como em (23):

- (22) a. Lisboa é a Capital de Portugal.
b. A capital de Portugal é Lisboa.

- (23) a. O cloreto de sódio é o sal.
b. O sal é Na Cl.

Ora, os dois nomes que aparecem numa frase equativa são, na verdade, correferentes, ou seja, são o que se chama em lógica matemática de 'conjuntos idênticos': $A = B$. * Vale dizer que a estrutura de tais

*Não há dúvida de que muitos dos termos empregados correntemente em lingüística (tais como *classe, grupo, membro, elemento, entidade* etc.) são resultantes da aplicação da teoria dos conjuntos, que normalmente não aparece explicitada nos trabalhos lingüísticos. Allwood *et alii* (1) mostram como em especial os estudos semânticos (mas também os sintáticos) podem apresentar íntima conexão com a teoria dos conjuntos.

frases é a mesma da sinonímia, o que acarreta alguns problemas na análise das relações e funções semânticas dos argumentos.

O primeiro aspecto que chama a atenção em tais frases é o próprio fato de admitirem a livre permuta de funções dos argumentos. Nesse caso, se o argumento *cloreto de sódio* é Objetivo tópico em (23a), o argumento *sal* é que tem essa função semântica em (23b). A pergunta a fazer é esta: qual a função semântica de cada um desses argumentos na frase em que não é tópico? A resposta é previsível em função da relação de identidade postulada para os dois argumentos de frases desse tipo. Pode dar-se a coexistência, numa frase, de relações funcionais idênticas, uma das quais é primária (tópico, no caso) e a outra secundária*. Com respeito às frases em (23), cada uma delas apresenta um Objetivo primário (tópico) e um Objetivo secundário; já as frases em (22) apresentam, cada uma delas, um locativo primário (tópico) e um locativo secundário. A conversão em tais frases consiste exatamente em o argumento de função secundária passar a primário e vice-versa. Daí podermos conceber os seguintes esquemas de frases equativas:

SER_{eq} [Objetivo₁, Objetivo₂]

SER_{eq} [Locativo₁, Locativo₂]

em que o subscrito eq especifica o tipo de

estativa ('equativa') e os subscritos 1 e 2 especificam a relação funcional como 'primária' e 'secundária', respectivamente.

O primeiro esquema é o de representação mais geral, já que envolve todas as construções equativas, com exceção precisamente das que têm nomes locativos como argumentos. Assim, as frases (4), (5), (12a), (16c), (19), (20) e (21), cujos argumentos são representados por nomes personativos, apresentam esse mesmo esquema funcional.

3. A FRASE ATRIBUTIVA

Vimos no item 1.2 que, qualquer que seja o tipo de sintagma que siga a cópula nas frases atributivas, esse terá o valor constante de Adjetivo. Já tem sido exaustivamente demonstrado, especialmente por lingüistas da linha gerativista, que o Adjetivo tem o mesmo valor funcional de Verbo, e como tal está sendo considerado neste estudo**. Isso não quer dizer que releguemos a cópula à mera função gramatical de assinalar as categorias de tempo, modo e aspecto da predicação, e de marcar a concordância com o sujeito.

Já apontamos que, em português, diferentes verbos copulativos denotam diferentes aspectos de estado ou qualidade; a estrutura semântica profunda deve, pois, influenciar a seleção de um ou de outro verbo copulativo. Daí propormos, no caso das frases atributivas, tratar a cópula e o sintagma que a segue como uma peça

*Cf. a análise por nós desenvolvida, embora em função de outras estruturas frásicas, em trabalho anterior (3, p.90-1).

** A esse respeito, observe-se a atualidade da concepção de Sapir em sua obra clássica de 1921 (19, p. 120):

"Dizemos *it is red* ('é vermelho') e definimos *red* ('vermelho') como vocábulo qualificativo ou adjetivo. Acharíamos estranho pensar num equivalente de 'é vermelho', em que todo o predicado (adjetivo e verbo de estado) fosse concebido como verbo, precisamente da mesma maneira por que o fazemos como 'estende', ou 'faz', ou 'dorme'. Ora, tão depressa damos à noção durativa de ser vermelho uma feição inceptiva ou transicional, podemos evitar as formas paralelas *it becomes red*, *it turns red* ('fica vermelho, torna-se vermelho') com dizer *it reddens* ('avermelha-se'). Ninguém negará que 'avermelha-se' é um verbo tão legítimo quanto 'dorme', ou até 'passeia'. Não obstante, *it is red* relaciona-se com *it reddens* quase como *he stands* com *he stands up* ou *he rises*.

É apenas uma questão idiomática inglesa ou indo-européia não podermos dizer *it reds* no sentido *it is red*. Podem-no fazer centenas de outras línguas. Há até muitas que só podem exprimir o que nós chamamos "adjetivo" por meio de um participio verbal. *Red* em tais línguas é apenas um derivado verbal *being red*, como o são os nossos *sleeping*, *walking* (participios presentes de *to sleep*, "dormir", *to walk*, "passear").

Modernamente, há uma concordância geral entre transformacionistas e casualistas quanto a considerar os adjetivos como verbos. Lakoff (11) mostra serem o *adjetivo* e o *verbo* membros de uma mesma categoria lexical que se pode chamar VERBO, diferindo por um único traço sintático, que ele chama *adjetival* (existente no primeiro e ausente no segundo).

funcional única, mas de duas dimensões na representação semântica: a de categorização do estrato existencial (estativo SER) e a de elemento relacional no estrato do conteúdo objetivo (Verbo que relaciona argumentos, qualquer que seja o tipo de sintagma que o represente)*. Vamos encontrar, assim, grande número de frases atributivas de um só argumento (monovalente), em português, de que são exemplos as frases de (6) a (9) e de (15) a (18), como as que seguem:

- (24) a. O menino é triste.
 b. O menino está triste.
 (25) a. O garoto é alto.
 b. O garoto está alto.

Há de se reconhecer, de início, que o argumento sujeito, em todas essas frases atributivas, embora na mesma relação de afetamento com o predicador, apresenta diferentes funções semânticas, de acordo com a natureza lexical do sintagma adjetivo. Assim, enquanto nas frases em (25), bem como nas de (6) a (8) e de (16) e (18), o argumento é Objetivo, nas frases em (24), bem como em (9), (15) e (17), o argumento é Experienciador, pois se trata de propriedades psicológicas experimentadas pelo sujeito. Daí podermos conceber provisoriamente o seguinte esquema para essas frases atributivas:

$$\text{SER}_{\text{atr}} \left\{ \begin{array}{l} \text{Objetivo} \\ \text{Experienciador} \end{array} \right\}$$

em que o subscrito *atr* remete ao valor atributivo da frase.

Como, entretanto, o sintagma que segue a cópula deve ser representado com o valor funcional de Verbo no estrato do conteúdo objetivo, é conveniente transcrever também o símbolo *Adj* junto a *SER*. Daí a possibilidade do seguinte esquema:

$$\text{SER Adj}_{\text{atr}} \left\{ \begin{array}{l} \text{Objetivo} \\ \text{Experienciador} \end{array} \right\}$$

Cabe então a pergunta: esse esquema refere-se apenas às frases da alínea a ou também às da alínea b? Ou será indiferente? Se ainda há pouco afirmamos que a estrutura profunda deve influenciar a seleção de um ou de outro verbo copulativo, é necessário que haja, na representação semântica da frase atributiva, alguma indicação do caráter essencial ou acidental da atribuição. A subscrição dos símbolos *es* e *ac* em *SER* pode, pois, concluir a informação. Daí o esquema geral mais completo:

$$\text{SER} \left\{ \begin{array}{l} \text{Objetivo} \\ \text{Experienciador} \end{array} \right\} \left\{ \begin{array}{l} \text{es} \\ \text{ac} \end{array} \right\} \text{Adj}_{\text{atr}}$$

Que esse esquema, entretanto, não induza a pensar que as frases atributivas são caracteristicamente monovalentes. Nada mais enganoso. Ao tratarmos o sintagma de valor adjetivo como Verbo, devemos considerar todas as possibilidades funcionais deste, incluindo suas propriedades de recção. Sem dúvida, as frases atributivas até agora analisadas apareceram sempre com um argumento apenas. E, de fato, muitas são exclusivamente de predicação monovalente, como *ser/estar robusto*, *ser/estar lindo*, *ser/estar alto*, *ser/estar maduro*, *ser médico*, *ser dentista*, *ser homem*, etc. Mas outras há que, em função da recção própria do adjetivo ou nome, se constroem com dois argumentos, como é o caso de: *ser fiel* (a algo ou alguém), *estar confiante* (em algo ou alguém), *ser um destruidor* (de algo), *ser/estar famoso* (por algo), *ser/estar feliz* (com alguém ou em algo), *ser ladrão* (de algo). Há, enfim, casos em que a possibilidade de construção com um segundo argumento depende da ocorrência do copulativo *estar*, sendo bloqueada tal construção quando ocorre o copulativo *ser*, vice-versa. As frases abaixo ilustram as

*Para a compreensão das dimensões de estratos na representação semântica, cf. nosso trabalho anterior (3, p.79-82).

construções estativas com dois argumentos:

- (26) a. Pedro Lário é famoso por seus diagnósticos.
b. Pedro Lário está famoso por seus diagnósticos.
- (27) a. A garota é feliz no casamento.
b. A garota está feliz com o namorado.
- (28) a. Mário é um ladrão de cavalos.
b. Mário está um ladrão de cavalos.
- (29) a. Os primos são de coragem para a prova.
b. Os primos estão com coragem para a prova.
- (30) a. O rapaz é um destruidor de corações.
b. O rapaz está um destruidor de corações.
- (31) a. (?) O menino é triste com você.
b. O menino está triste com você.
- (32) a. O garçom é natural de Pernambuco.
b. *O garçom está natural de Pernambuco.

O segundo argumento nessas frases circunscreve-se normalmente a três tipos de funções semânticas: Causativo, Meta e Origem. Em (26) e (27) ele é Causativo, como mostram as paráfrases causativas correspondentes:

- (33) Os diagnósticos fazem Pedro Lário famoso.
(34) O casamento/O namorado faz a garota feliz.

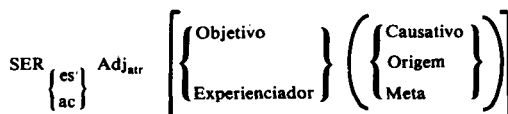
Nas frases de (28) a (30) é Meta a função do segundo argumento. Enfim, nas frases (31b) e (32a), o segundo argumento tem a função de Origem. Embora (31a) não constitua uma frase anômala, parece estranha se a pensarmos com as mesmas funções semânticas de (31b), mas torna-se natural se a tomarmos como equivalente a (35):

- (35) O menino é triste (quando está) com você.

A frase (32b), por sua vez, mostra-se efetivamente anômala, já que o predica-

dor ('ser natural de') descreve uma propriedade essencial característica.

Mas uma das peculiaridades das frases atributivas de dois argumentos é precisamente a não obrigatoriedade de expressão do segundo argumento, ou seja, ele constitui um argumento opcional, cuja presença especifica ou delimita o alcance do predicador. Daí propormos um esquema mais abrangente para as frases atributivas, em que o segundo argumento é colocado como facultativo:



4. A FRASE LOCATIVA

Voltemos nossa atenção agora para as frases estativas como (10) e (13), que apresentam um complemento locativo. Tal complemento corresponde à resposta que se dá à pergunta *Onde está X?*, em que X pode representar pessoas, animais, objetos, etc. É característico da língua portuguesa, como de muitas outras línguas, podermos dizer de uma entidade onde ela está, sem nada dizer como ela é, o que está acontecendo com ela ou o que ela está fazendo. Pode-se, pois, conceber o seguinte esquema para as frases locativas:

SER Objetivo, Locativo

Não indicamos, por ora, qualquer subscrito no predicador existencial SER, pois podemos argumentar que a própria presença de um argumento Locativo, precisamente no predicado, já é suficiente para interpretá-lo como dessa natureza.

Observem-se, entretanto, as frases locativas abaixo:

- (36) Pedro está na igreja.
(37) A igreja é no alto da cidade.
(38) A igreja é ao lado da prefeitura.

A frase (36) evidencia a presença dos dois argumentos indicados no esquema acima, o primeiro deles (Objetivo) correspondendo à entidade da qual se afirma uma localização e o segundo (Locativo), o local em que se encontra a entidade. Mas, se o termo *igreja* aparece como um Locativo em (36), já em (37) ele é o próprio argumento cuja localização está sendo afirmada, enquanto o sintagma *alto da cidade* é que aparece como Locativo propriamente. Há de se admitir, portanto, esse duplo caráter dos nomes locativos: de um lado, têm valor de advérbios locativos, ou seja, indicam o lugar em que se situa o referente de um nominal, de outro lado, podem ter o valor de um nominal que tem como referente um lugar, exercendo, portanto, outras funções diversas da dos advérbios. De qualquer forma, (36) e (37) assinalam a posição espacial absoluta do referente Objetivo, o que não se pode dizer de (38). Nesta, a posição espacial do referente tópico é relativa à posição espacial de outro, com o qual admite a permuta de funções. Daí a frase (39):

(39) A prefeitura é do lado da igreja.

Em português, há toda uma série de locuções de oposição relativa que propiciam o fenômeno sintático da conversão funcional: *atrás de / em frente a, à direita de / à esquerda de, em cima de / abaixo de*. Em tais casos, a permuta dos argumentos se dá com a subsequente substituição de uma locução por outra oposta, como nas frases em (40):

- (40) a. A igreja está à direita da prefeitura.
b. A prefeitura está à esquerda da igreja.

Mas é de ressaltar que o valor locativo está basicamente nessas expressões de relações opostas, ou seja, elas devem ser entendidas como: *(no lugar), ao lado de, (no lugar) em cima de / abaixo de, (no lugar) em frente a / atrás de*. Daí ser possível ocorrer a permuta mesmo quan-

do a localização relativa se der entre duas entidades, uma das quais é entendida em função do espaço que ocupa:

- (41) a. A borracha está ao lado do lápis.
b. O lápis está ao lado da borracha.
(42) a. O caderno está em cima do livro.
b. O livro está debaixo do caderno.

Daí ser necessário conceber esquemas distintos que apontem a diferença de possibilidades sintáticas dos argumentos, conforme a localização seja absoluta ou relativa:

$$SER_{loc \text{ abs}} \left[\text{Objetivo, Locativo} \right]$$

$$SER_{loc \text{ rel}} \left\{ \begin{array}{l} \left[\text{Locativo}_1, \text{Locativo}_2 \right] \\ \left[\text{Objetivo}_1, \text{Objetivo}_2 \right] \end{array} \right\}$$

É de notar o paralelismo entre esse segundo esquema e o das frases equativas. Sempre que se realiza a posição relativa, portanto, fica compreendida a possibilidade de permuta de funções entre os argumentos Locativos ou Objetivos.

As frases de (36) a (40) permitem avaliar melhor, agora, dois aspectos peculiaríssimos às frases locativas, aos quais nos referimos, apenas superficialmente, no item 1.2. atrás. Indicamos nesse item que as frases locativas se construíam predominantemente com *estar*, mas admitiam construção com *ser*, dependendo da natureza lexical do nome sujeito. Devemos acrescentar, agora, que as construções com *ser* admitem comutação com o copulativo *estar*, ao passo que as típicas construções com *estar* não admitem comutação com *ser*. Retomemos as frases de (36)

a (40) e façamos a comutação nas frases correspondentes abaixo:

- (43) *Pedro é na igreja.
- (44) A igreja está no alto da cidade.
- (45) A igreja está ao lado da prefeitura.
- (46) A prefeitura está ao lado da igreja.
- (47) a. A igreja é à direita da prefeitura.
b. A prefeitura é à esquerda da igreja.

Observe-se que apenas (43) soa estranha ao nosso ouvido, embora soasse bem à época do português arcaico (galego-português)*. Dizer que com sujeito animado a construção locativa se dá só com *estar* não é suficiente, pois também com outros tipos de sujeito pode dar-se a restrição com *ser*, como mostra (48):

- (48) a. O pão está na mesa.
b. *O pão é na mesa.
- (49) a. As chaves estão no cofre.
b. *As chaves são no cofre.

Os sujeitos de (43), (48) e (49), independentemente dos traços /animado/ ou /inanimado/, são todos 'entidades', e nesse sentido se diferenciam de nomes 'locativos', como *igreja e prefeitura***, e de nomes de 'eventos', como *feira* em (13c), *sinfonia*, *comemoração* etc. Mas nomes como *igreja* e *prefeitura* podem referir-se também a entidades. Daí sustentarmos que, em português, os nomes usados para referir só a entidades é que admitem construção locativa exclusivamente com *estar*, ao passo que os demais (nomes ambíguos como *igreja* ou nomes de eventos como *feira*), como sujeitos de frases locativas,

constroem-se tanto com *ser* como com *estar*.

Contudo, outra distinção deve ser assinalada entre frases locativas com sujeito representado por nome do evento. Considere-se novamente a frase (13c) em relação agora à frase (13d):

- (13) c. A festa é na rua.
d. A festa está na rua.

Como indicamos em 1.2, a frase (13c) tem o valor semântico de um processo ('acontece', 'ocorre'), enquanto (13d) é que remete de fato à localização espacial de *feira*. Assim, (13d) é que deve ser considerada a estativa básica, podendo considerar-se (13c) uma estativa derivada. Neste caso, tal derivação pode corresponder inclusive a uma localização no tempo, como mostra (13e):

- (13) e. A festa é no sábado.

As frases locativas de (37) a (40) e de (44) a (47), por sua vez, ao oporem a construção com *ser* à de *estar*, não assinalam a mesma distinção das atributivas (entre essenciais e acidentais), já que toda localização é, por natureza, acidental. Diremos, portanto, que, em português, tal oposição não é marcada (ou distintiva), correspondendo uma ou outra forma às condições momentâneas do discurso. Por exemplo, se a pergunta é "Onde é a igreja?", as respostas mais plausíveis seriam as frases do tipo (37), (38) e (47a), enquanto que, ao examinar-se uma fotografia, se é feita a

*Observe-se este trecho da poesia religiosa de Afonso X, extraído de Oliveira & Machado (18, p.158): "Como Santa Maria feze estar o monge trezentos anos ao canto da passarã porque lle pedia que lle mostrasse qual era o ben que auian os que eram en Paraiso." (O grifo é nosso). Há ainda a construção de *ser* com adjunto introduzido por *com*, com sujeito animado e de valor locativo, assim comentada por F.S. Borba (8, p.112): "A localização no espaço no sentido de *estar nalgum lugar em companhia de alguém* é rara.

Só encontramos quatro exemplos em que o adjunto é introduzido por *com* e a construção tem valor arcaico e de estereótipo."

** Lyons (17, p. 474-75) traça uma distinção de conseqüências sintáticas e semânticas importantes entre entidades e lugares, embora reconheça não ser bem nítida a diferença entre adverbiais locativos e nominais que se referem a lugar. O problema precisamente é que há muitas expressões nominais que podem ser entendidas como referindo-se tanto a entidades como a lugares, de acordo com o contexto em que são usadas. É o caso de *igreja e prefeitura* nos exemplos de (36) a (40) e (44) a (47). De fato, são nomes que se referem tanto a entidades físicas que se localizam em determinados lugares, como a espaços (lugares) dentro dos quais outras entidades estão localizadas. Daí poderem ser considerados inerentemente ambíguos.

pergunta “Onde está a igreja?”, as respostas mais plausíveis seriam as frases do tipo (40a), (44) e (45).

5. A FRASE POSSESSIVA

Chegamos, finalmente, ao último tipo de frases estativas, as possessivas. Convém, antes de mais nada, desfazer o engano com que é muitas vezes compreendido o termo ‘possessivo’. De fato, ele sugere que a função básica das construções possessivas é a de exprimir ‘posse’ ou ‘propriedade’. Entretanto, como observa Lyons (17, p.474), uma construção possessiva indica, muitas vezes, nada mais que uma associação entre dois termos, por exemplo, que o referente de Y está em proximidade espacial com o referente de X, ou que o sujeito de ‘ter’ (‘possuidor’) exerce alguma influência sobre o objeto de ‘ter’ (possuído). Daí sustentarem muitos lingüistas que as construções possessivas nada mais são que uma subclasse das locativas*. Os exemplos abaixo ilustram tal correspondência:

- (50) a. O cofre está com dinheiro.
b. O cofre tem dinheiro.
c. Há dinheiro no cofre.
- (51) a. Esses livros são da biblioteca.
b. A biblioteca tem esses livros.
c. Há esses livros na biblioteca.
- (52) a. Esta caixa está com um diamante.
b. Esta caixa tem um diamante.
c. Há um diamante nesta caixa.
d. O diamante está nesta caixa.

De fato, há correspondência semântica

entre as construções *a* e *b*, que também se observa entre estas e as construções *c*. Lembramos, porém, que correspondência ou equivalência semântica não significa representação semântica idêntica: de fato, a frase de cada alínea tem uma representação semântica própria, sobretudo quanto ao argumento topicalizado.

Em um primeiro momento, em vez de considerarmos as possessivas como uma subclasse das locativas, vamos tomá-las apenas como uma classe das estativas em geral, mesmo porque é perfeitamente possível comprovar sua correspondência também com as frases atributivas, como mostram os exemplos abaixo:

- (53) a. João está com prestígio na firma.
b. João tem prestígio na firma.
c. João $\left\{ \begin{array}{l} \text{é} \\ \text{está} \end{array} \right\}$ prestigiado na firma.
- (54) a. Mário está com poder na firma.
b. Mário tem poder na firma.
c. Mário $\left\{ \begin{array}{l} \text{é} \\ \text{está} \end{array} \right\}$ poderoso na firma.
- (55) a. Pedro está com força.
b. Pedro tem força.
c. Pedro $\left\{ \begin{array}{l} \text{é} \\ \text{está} \end{array} \right\}$ forte.
- (56) a. Bento está com coragem.
b. Bento tem coragem.
c. Bento $\left\{ \begin{array}{l} \text{é} \\ \text{está} \end{array} \right\}$ corajoso.

É de observar, também nestes casos, a possibilidade de estender a paráfrase à construção locativa com *haver*, como mostram as frases da alínea *d*:

* Cf. a extensão da hipótese localista de Anderson (2, p. 107-118) às construções possessivas, entre outras. Também não é outra a posição de Bendix (5, p. 37-59; 6, p. 393-409) na análise componencial do verbo inglês *have* (‘ter’). Cf. ainda Benveniste (7), Fillmore (9), Lyons (15; 16, § 8.4.4), Bach (4). Segundo esses autores, em muitas línguas o ‘possuidor’ é locativo, enquanto em outras o ‘possuído’ é que é o locativo ou ‘comitativo’, pelo menos na estrutura de superfície.

- (54) d. Há poder em Mário.
(55) d. Há força em Pedro.
(56) d. Há coragem em Bento.

As aproximações parafrásticas tanto de (50) a (52) como de (53) a (56) permitem-nos tirar algumas conclusões, tais como: (i) as construções possessivas comumente admitem uma paráfrase locativa, embora possam ter também valor atributivo; (ii) os verbos *ter* e *haver* podem ser considerados cópulas derivadas de *ser**, sendo mais específica a natureza semântica dos termos que eles relacionam. *Ter* relaciona um SN a outro (SN tem SN), o primeiro dos quais assinala o 'possuidor', o segundo, o 'possuído', enquanto *haver* relaciona um SN a um SP locativo. Em qualquer caso, o possuidor pode ser interpretado como a entidade que contém ou em que está o objeto possuído, ou seja, como Locativo. Como o verbo *ter*, entretanto, traz ao primeiro argumento uma relação de afetamento, de forma a fazer desse argumento o beneficiado pelo 'estado de posse', devemos interpretá-lo basicamente como Beneficiário quanto à função semântica, levando secundariamente a função de Locativo. Nas construções com *haver*, é exatamente essa função de Locativo que se torna primária, tornando-se Beneficiário a função secundária. Daí propormos o seguinte esquema para as possessivas:

SER_{poss} [Beneficiário_{Loc}/Locativo_{Ben}, Objeto]

(A barra que separa as funções do primeiro argumento significa "um ou outro", dependendo da ocorrência de *ter* ou *haver*).

Contudo, há certa tendência a considerar o primeiro argumento, quando representado por nome da classe dos animados, como Beneficiário, e, quando por nome da classe dos inanimados, como Locativo. O mesmo é válido para as construções possessivas com *estar com* e *ser de*** . A própria topicalização deste ou daquele argumento vai depender precisamente do copulativo com que se constrói a frase: *ter* e *estar com* levam à topicalização de Beneficiário (ou Locativo), *haver* e *ser de* à topicalização de Objeto***.

Comparem-se as frases em (57):

- (57) a. A indústria tem muitos empregados.
b. A indústria está com muitos empregados.
c. Há muitos empregados na indústria.
d. Muitos empregados são da indústria.

Sem dúvida, aliás, a presença ou não do verbo *ter* numa frase está relacionada, muitas vezes, ao processo de topicalização, ou seja, *ter* é ou não introduzido em função de se querer topicalizar este nome ou aquele outro. Comparem-se as frases com *ter* e as correspondentes sem *ter*:

- (58) a. Esta companhia teve cinco aviões

* Posição frontalmente oposta é a de Langacker (13, p. 351 e segs.), que considera o verbo inglês *have* ('ter') como processual, mas não ativo. Nossa posição aproxima-se da de Anderson (2, p. 110), para quem *ter* (ingl. 'have') é, pelo menos em algumas ocorrências, uma variante da cópula. Cf. também Lyons (16, § 8.4.4).

** À construção *ser de* deve-se acrescentar *ser para*, e ambas podem levar a uma maior especificação do Locativo, respectivamente Origem e Meta. Observem-se as frases:

- a. Este romance é de Jorge Amado.
b. Este romance é para o professor.

A frase *a* é ambígua, com os sentidos: (i) relação simples entre possuidor (*Jorge Amado*) e possuído (*este romance*); (ii) relação possessiva que envolve um nome que é a Origem da posse (= autoria) e um nome que é objeto possuído (= obra criada). Essa ambigüidade corresponde à oposição entre posse accidental (o romance é alienável) e posse inerente (a autoria é inalienável).

A frase *b* estabelece uma relação entre um termo possuído potencial e um possuidor virtual, ou seja, destinatário do romance, embora não de posse física do romance nesse momento. Dá-se portanto a relação entre Objeto e Meta.

*** Em certos casos, entretanto, a construção *estar com* permite a conversão funcional dos argumentos. CF.

- a. Pedro está com o livro.
b. O livro está com Pedro.

voando ininterruptamente esta semana.

b. Cinco aviões desta companhia voaram ininterruptamente esta semana.

(59) a. As árvores da rua estão tendo os ramos podados.

b. os ramos das árvores da rua estão sendo podados.

O tópico das frases sem *ter* corresponde ao complemento das correspondentes construções com *ter*. O tópico das construções com *ter*, por outro lado, pode corresponder a uma maior variedade de tipos de SN que ocorrem nas frases ativas e passivas sem *ter*, como mostram as construções em (60):

(60) a. Os apóstolos tiveram os pés lavados por Cristo.

b. Os pés dos apóstolos foram lavados por Cristo.

c. Cristo lavou os pés dos apóstolos.

Os exemplos mostram que, na construção com *ter*, não foi topicalizado nem o sujeito nem o complemento da frase ativa básica (60c). Isso demonstra que, para topicalizar determinado SN de certas estruturas frásicas subjacentes, faz-se necessário seu alçamento para a posição de sujeito na estrutura de superfície com a introdução de *ter*, enquanto tal SN aparece numa variedade de outras posições na estrutura de superfície quando não tópico.

Nos exemplos que ilustraram as relações de posse, não fizemos qualquer referência à distinção que comumente os linguistas traçam entre posse 'alienável' (ou 'acidental') e posse 'inalienável' (ou 'inerente')*. Não é difícil perceber a diferença entre uma e outra, mas nosso interesse está aqui voltado para as conseqüências sintáticas de uma e outra. A posse alienável, como sugere o adjetivo, é aquela em que o termo possuído é separável ou transferível do possuidor, enquanto a posse inalienável é aquela que não admite que se separe ou transfira o termo possuído do possui-

dor. Assim, a relação de proximidade entre possuidor e possuído é bem íntima na posse inalienável, ao passo que na posse alienável pode mesmo haver ambigüidade entre 'disponibilidade' e 'posse'. Veja-se o exemplo (61):

(61) Eu tenho uma régua

A ambigüidade desta posse alienável se evidencia nas frases de (62):

(62) a. Eu tenho uma régua comigo ('Disponho de uma régua aqui e agora'):

b. Eu tenho uma régua entre meus pertences.

A frase (62a) não indica necessariamente 'propriedade' e sim 'disponibilidade', mas em qualquer dessas frases o objeto possuído *régua* é transferível.

Já a intimidade entre os termos da relação de posse inalienável se patenteia por compreender o termo possuído alguma parcela do próprio possuidor, como partes do corpo, relações de parentesco, faculdades intelectuais, disposições psicológicas; enfim, tal relação entre possuidor e possuído é identificada como exclusiva e especial em algum sentido. Vejam-se os exemplos abaixo:

(63) A menina tem olhos verdes.

(64) Eu tenho um filho.

(65) O garoto tem boa memória.

(66) Papai tem um temperamento forte.

Assim, as relações acidentais ou alienáveis se distinguem das inerentes ou inalienáveis porque são logicamente independentes, como se pode ilustrar nos exemplos que seguem:

(67) (Um livro é seu, o outro não é).

(68) a. Ele tem o livro que é seu.

b. Ele tem o livro que não é seu.

c. Ele não tem o livro que é seu.

Parece não haver dificuldade, pois, em interpretar frases que dizem que o que alguém tem ou não tem pode ser ou não seu.

As frases de (63) a (66) apresentam,

*Cf., por exemplo, Fillmore (10, p. 61-81) e Anderson (2, p. 114-6).

ainda, uma característica típica das construções de posse inalienável, qual seja, o fato de o termo possuído estar comumente seguido de um atributivo. Essa estrutura típica confere a tais frases várias possibilidades de paráfrase, como mostram os exemplos de (69) a (71):

- (69) a. Eu tenho os cabelos pretos.
b. Meus cabelos são pretos.
(70) a. Ela tem a cintura fina.
b. Ela é fina de cintura.
c. Sua cintura é fina.
(71) a. Ela tem um corpo bem feito.
b. Ela é bem feita de corpo.
c. Seu corpo é bem feito.

Se em (70) e (71) substituirmos o termo possuído por outro de relação alienável, a estrutura *b* resultará anômala:

- (72) a. Ela tem uma corrente fina.
b. *Ela é fina de corrente.
(73) a. Ela tem um vestido bem feito.
b. *Ela é bem feita de vestido.

Dadas essas diferenças de comportamento sintático, julgamos pertinente a indicação dos traços 'alienável' e 'inalienável' no esquema das frases possessivas, que pode ser como segue:

SER_{poss} { ali / ina } { Beneficiário_{Loc} / Locativo_{Ben} · Objetivo }

ABSTRACT: *The stative sentences are characterized as those that describe a static situation, which is conceived as the existing, instead of the happening or of the doing. The analysis proposed here is restricted to the typically stative structures, that is, sentences that are formed with a copulative verb, like ser or estar ("be") and possessive sentences formed basically with ter ("have"). Based on the syntactic form of such sentences, it is possible to devise a semantic approach that allows their classification into four types. The syntactic-semantic structures of the equative, attributive, locative and possessive sentences are then analysed.*

KEY-WORDS: *Stative sentence; equative sentence; attributive sentence; locative sentence; possessive sentence; syntactic form; semantic function; objective; experiencer; beneficiary; locative; causative; goal; source.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALWOOD, J. *et alii* — *Logic in linguistics*. Cambridge, Cambridge University Press, 1977.
2. ANDERSON, J. — *The grammar of case: towards a localistic theory*. Cambridge, Cambridge University Press, 1971.
3. ARRAIS, T.C. — Aspectos da significação da frase: categorização do verbo, relações e funções semânticas. *Alfa*, 27: 77-92, 1983.
4. BACH, E. — *Have and be in English syntax*. *Language*, 43:462-85, 1967.
5. BENDIX, E. — *Componential analysis of general vocabulary*. Bloomington, Indiana University, 1966.
6. BENDIX, E. — The data of semantic description. In: STEINBERG, D. & JAKOBOVITS, L., eds. *Semantics*. Cambridge University Press, 1971. p. 393-409.
7. BENVENISTE, É. — 'Être' et avoir' dans leurs fonctions linguistiques. *Bulletin de la Société de Linguistique*, 55: 113-34, 1960.
8. BORBA, F. da S. — *A frase com verbo ser em português*. Araraquara, FFCL, 1967. (Tese-Doutoramento)
9. FILLMORE, C. — A proposal concerning English prepositions. *Monograph Series on Languages and Linguistics*, n.19:19-33, 1966.
10. FILLMORE, C. — The case for case. In: BACH, E. & HARMS, R., eds. *Universals in linguistic theory*. New York, Holt, Rinehart and Winston, 1968. p.1-88.
11. LAKOFF, G. — *Irregularity in syntax*. New York, Holt, Rinehart and Winston, 1970.
12. LAKOFF, G. — Stative adjectives and verbs in english. In: *Mathematical linguistics and automatic translation*. Harvard University

ARRAIS, T.C. — Sintaxe-semântica das construções estativas em português. *Alfa*, São Paulo, 28:71-84, 1984.

- Computational Laboratory, 1966. NSF Report N.17.
13. LANGACKER, R. — Functional stratigraphy. In: GROSSMAN, R. *et alii*, eds. *Papers from the parasession on functionalism*. Chicago, Chicago Linguistic Society, Apr., 1975. p. 351-97.
14. LEE, D.A. — 'Stative' and case grammar. *Foundations of Language*, 10: 545-68, 1973.
15. LYONS, J. — A note on possessive, existential and locative sentences. *Foundations of Language*, 3:390-96, 1967.
16. LYONS, J. — *Introduction to theoretical linguistics*. London & New York, Cambridge University Press, 1968.
17. LYONS, J. — *Semantics*. Cambridge, Cambridge University Press, 1977.
18. OLIVEIRA, C. & MACHADO, S. — *Textos portugueses medievais*. Coimbra, Coimbra Editora, 1969.
19. SAPIR, E. — *A linguagem: introdução ao estudo da fala*. Trad. de J. Mattoso Câmara Jr. Rio de Janeiro, I.N.L., 1971.

CONSTRUÇÕES ASSOCIATIVAS

Francisco da Silva BORBA*

RESUMO: Este estudo objetiva demonstrar como se relacionam construções que seguem o esquema alternativo $N_1 + e + N_2 / N_1 + \text{com} + N_2$. A maioria dos linguistas que já trataram do assunto estabeleceu uma relação genética entre as duas, partindo de $N_1 + \text{com} + N_2$ na EP. Distinguindo primeiro os tipos de construção ligadas por e ou por com, e o modo como se aproximam, tentou-se mostrar que é descritivamente mais adequado colocar essas construções em dois grupos: as que derivam de verbos bidirecionais e as que saem de um esquema subjacente do tipo $S \rightarrow (C)S'$
 $S' \rightarrow SN SV$

UNITERMOS: Construção associativa; conjunção oracional; conjunção construcional; coparticipação; construção bidirecional; construção comitativa; verbos de referência dupla; principalidade; auxiliaridade.

1.

1.1. O objetivo deste estudo é demonstrar como se relacionam construções que seguem o esquema alternativo $N_1 + e + N_2 / N_1 + \text{com} + N_2$, ilustradas por seqüências do tipo *Leo e Rosa saíram juntos / Leo saiu com Rosa* e a que chamarei construções associativas pelo fato de associarem dois sintagmas nominais (SN). Como elas mantêm com o núcleo verbal graus diferentes de coesão, que pode ter conseqüências pragmáticas diversas, tentarei verificar qual é o máximo de generalização possível a respeito e se mantêm entre si alguma relação de natureza genética, isto é, se uma precede a outra em termos derivacionais.

1.2. Os argumentos arrolados para justificar a descrição pressupõem dois pon-

tos de vista teóricos principais: (i) centralidade do verbo com relação aos demais constituintes oracionais e, (ii) existência de dois níveis de relações: um mais subjacente e regular onde se definem restrições seletivas e um mais superficial onde se combinam vários elementos para a realização efetiva das seqüências. Além disso, vou limitar minhas considerações à combinatória de nomes da mesma subclasse (+ *animado*), e na função de sujeito, (superficial ou subjacente).**

1.3. Examinemos os SN grifados no conjunto abaixo:

(1) a. *Leo e Rosa* foram ao cinema.

b. *Leo* foi ao cinema *com Rosa*.

Enquanto (1b) implica participação conjunta dos dois numa única ação verbal, não há nada nos constituintes de (1a) que permita inferir tratar-se de uma só ação

* Departamento de Linguística — Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação — UNESP — 14.800 — Araraquara - SP.

** Entenda-se por sujeito aquele argumento mais estreitamente ligado ao predicado, ponto de partida ou de referência básica na formulação do enunciado. Em - *Pedro* fuma cachimbo, o SN grifado é sujeito tanto num nível superficial como subjacente. Em — a fonte jorra *água* — o SN grifado é o sujeito subjacente (cf. a água jorra da fonte), embora ocupando posição de complemento superficial.

com SN co-participantes, uma vez que Leo pode ter ido ao cinema sozinho e em momento diferente com relação a Rosa. Por isso, (1b) não é paráfrase de (1a). Vejamos agora:

(2) a. Leo e Rosa foram ao cinema juntos.

b. Leo e Rosa encontraram-se no cinema.

Tanto (2a) como (2b) implicam co-participação no evento: em (2a), por causa do constituinte *juntos*, e em (2b) por causa da própria natureza do verbo, que exige dois participantes. Uma possível paráfrase para (2), será:

(3) a. Leo foi ao cinema com Rosa.

b. Leo encontrou-se com Rosa no cinema.

Comparando-se (1) e (2), verifica-se que nem toda construção com *e* equivale a uma com *com*. Isso porque as construções com *e* não têm o mesmo estatuto. De fato, para (1a) e 2b), pode-se supor, num nível subjacente, a existência de duas seqüências que se unem, numa etapa posterior, para dar as orações efetivas. Assim:

(4) a. Leo foi ao cinema / Rosa foi ao cinema.

b. Leo encontrou Rosa no cinema / Rosa encontrou Leo no cinema.

A diferença entre (4a) e (4b) está em que, em (4a) as seqüências são iguais menos quanto aos SN que se associam e, em (4b), os SN ocupam posições polares, alternando-se em cada seqüência mais simples. Em (2a) pode-se supor que os sintagmas já estão associados mesmo num nível mais baixo, por causa do elemento *juntos**. Com efeito (2a) não se decompõe em cadeias mais simples.

À construção *SN + e + SN* dá-se o nome de *conjunção oracional* (C/OR) quando corresponder à aproximação de duas orações, como em *Leo e Rosa conhecem João* (Leo conhece João/Rosa conhece João); chama-se bidirecional (BI)

quando equivaler a orações com SN em posições polares, como em *Leo e Rosa casaram ontem* (Leo casou com Rosa / Rosa casou com Leo), e tem o nome de *conjunção construcional* (CONJ) quando for indecomponível: *Leo e Rosa saíram juntos hoje*. As construções BI dependem de verbos de uma subclasse específica, mas as outras duas freqüentemente se constroem com os mesmos verbos, razão por que muitas vezes são ambíguas podendo ser interpretadas como CONJ ou como C/OR, só se particularizando pragmaticamente (situação e/ou contexto) ou então por meio de operadores do tipo *juntos*, *conjuntamente*, usados para identificar CONJ. Como estou mais interessado em determinar o estatuto das construções da forma *com + N*, só me interessarei aqui por CONJ e BI, as duas que podem ser parafraseadas dessa forma. Vejamos, portanto, cada uma delas mais detalhadamente.

2.1. CONJ indica sempre co-participação dos SN naquilo que o verbo expressa**. Está sempre vinculada ao operador *juntos*, e, por isso tem caráter unitário. Além disso, quando o verbo se constrói com o caso *meta*, este é comum para os dois SN, como se vê em

(5) Leo e Rosa cantaram *um samba* juntos.

onde o SN grifado é a meta comum para os SN em CONJ. Além dessas restrições selecionadas, CONJ ainda está sujeita a uma restrição lógica.

(6) a. Leo e Rosa herdaram toda a fortuna do avô.

b. Leo e Rosa comeram a melancia sozinhos.

Decompondo-se (6) em

(7) a. Leo herdou toda a fortuna do avô.

b. Rosa herdou toda a fortuna do avô.

c. Leo comeu a melancia sozinho.

d. Rosa comeu a melancia sozinha.

* Pode-se chamar *Operador de coparticipação* a esse elemento de natureza semântica; ele pode estar subjacente, sem realizar foneticamente quando há, na seqüência, elementos que permitam inferi-lo como em — Leo e Rosa redigiram aquele telegrama ao Presidente do Clube — Ver p. 92.

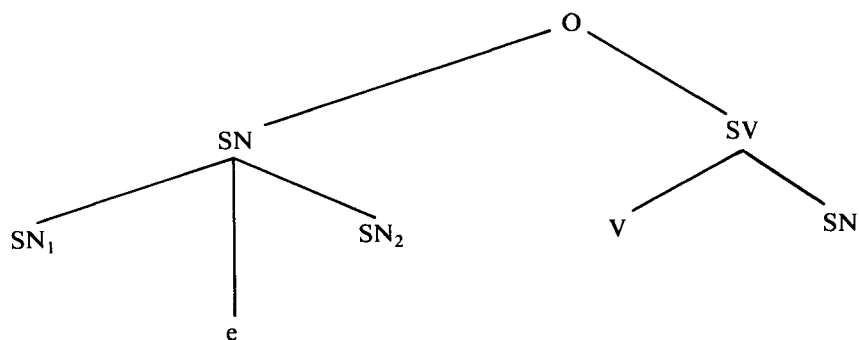
** Ver p. 90.

vê-se que se (a) e (c) são verdadeiras, (b) e (d) são falsas, e vice-versa. Essa restrição exclui a interpretação de (6) como C/OR. Sendo assim, o operador de co-participação está implícito e não precisa realizar-se foneticamente.

Comumente CONJ equivale a uma construção também associativa em que o segundo SN é introduzido por *com*, como se vê pela relação entre (2a) e (3a), constituindo as chamadas construções comitativas (CO). Por isso, a maioria dos sintaticistas reconhece a existência de estreita relação entre CONJ e CO, mas não defi-

nem, até onde eu sei, a natureza dessa relação, divergindo muito também quanto às considerações gramaticais a respeito. A maioria dos linguistas procura estabelecer uma relação de precedência entre ambas, tentando demonstrar como uma deriva da outra, como uma é subjacente e a outra não.

2.2. Ao estudar os predicados simétricos em inglês, Lakoff & Peters (6) sugerem que a possibilidade de paráfrase com comitativo é que identifica CONJ. Assim, CO deriva de CONJ, que tem a seguinte forma na estrutura profunda (EP)

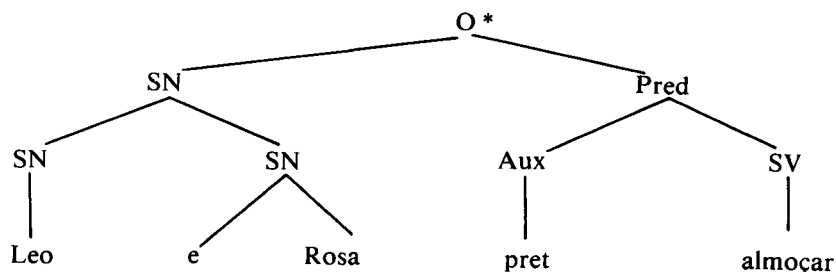


A derivação do comitativo se faz pela aplicação de duas regras consecutivas: (i) apaga-se *e* e acrescenta-se *com* à esquerda do SN₂, (ii) acrescenta-se *com* SN₂ à direita do SV. A R_(i) chama-se de *adjunção da*

preposição e R_(ii), *movimento do SN conjuncto*.

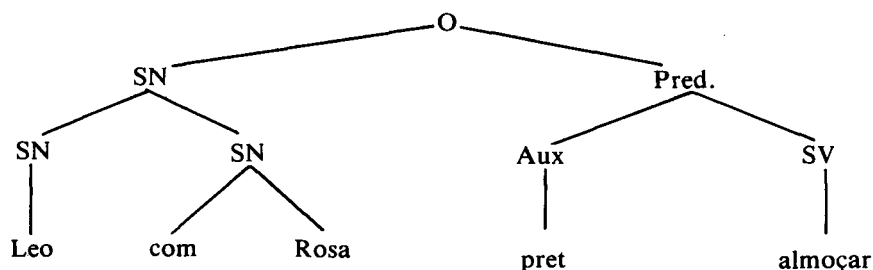
Ex:

(8) Leo e Rosa almoçaram (juntos)

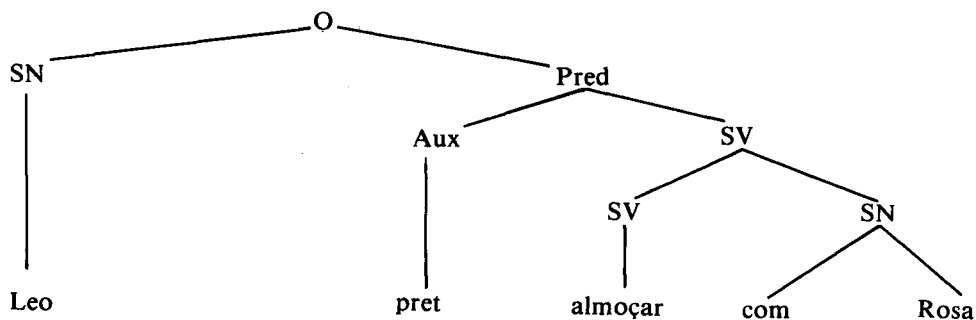


* O = oração; Pred = predicado; Aux = auxiliar; pret = pretérito.

Aplicando-se $R_{(i)}$, tem-se



Aplicando-se $R_{(ii)}$, tem-se:

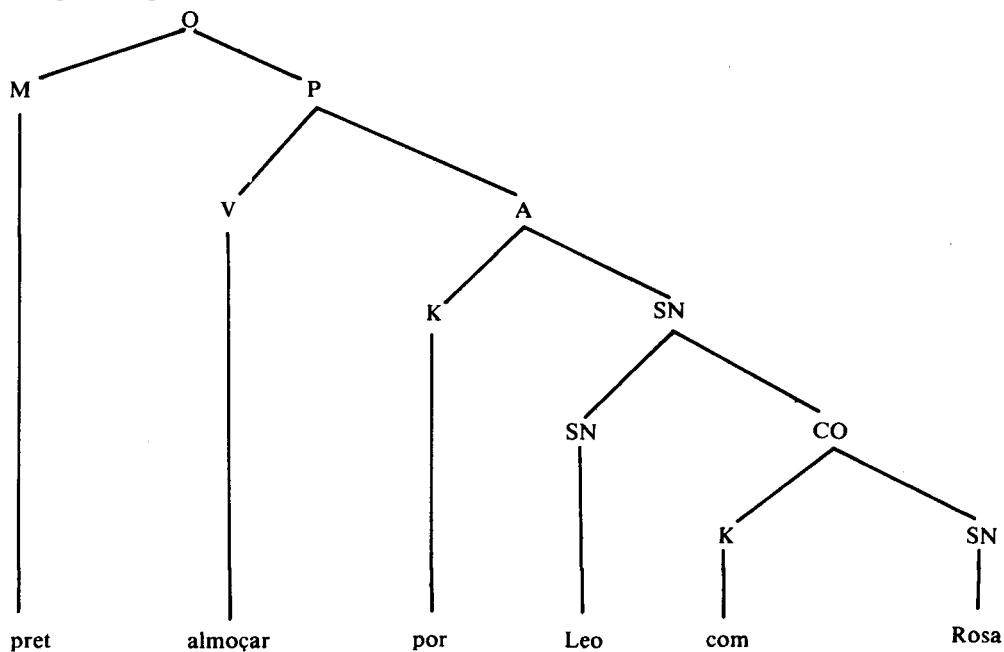


Esta análise é razoável e se aplica a um grande número de construções CO. Mas apresenta alguns problemas sérios: (i) pressupõe equivalência total entre CONJ e CO, o que nem sempre é o caso, como se verá; (ii) dá o mesmo tratamento

a orações como (3b), o que também não é o caso. Na verdade, os autores não sabem o que fazer com orações cujo núcleo é um verbo da classe de *encontrar-se*, *casar* (se), *conferenciar* etc.

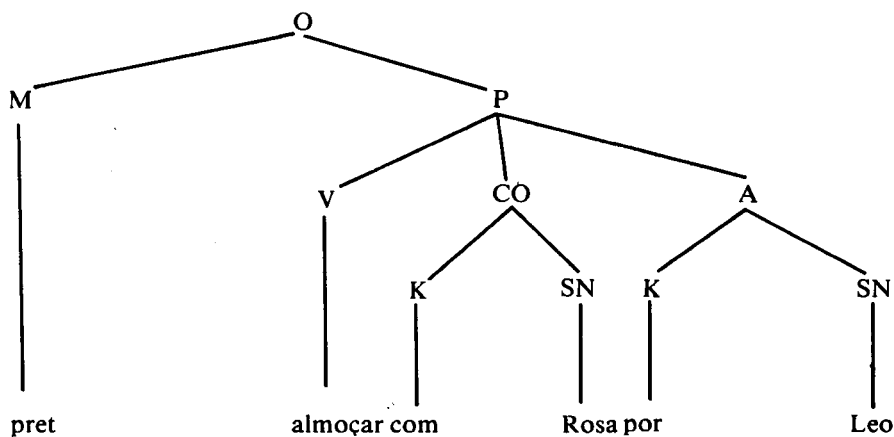
Fillmore (3, p. 83), parte do princípio de que há um comitativo (CO)

na EP. Uma oração como (8), teria, portanto, um esquema subjacente assim:



Se CO permanece inserido no SN, o A (= agente) inteiro se torna sujeito, produzindo — Leo e Rosa almoçaram (juntos) — com substituição da marca ca-

sual — *com* — pelo conjuntor *e*. CO pode também ser promovido a caso mais alto (no indicador sintagmático). Assim:



O esquema acima fornece — *Leo almoçou com Rosa*, tomando-se A como sujeito e CO integrado ao P.

Tomar CO como ponto de partida e dele derivar CONJ pressupõe paráfrase exata entre ambas, além de englobar

construções que certamente não se correspondem.

Walmsley (11), baseando-se no comportamento superficial das duas construções, opta pela precedência de CO. Hetzron (5), baseando-se em evidências do húngaro e de algumas outras línguas como o samoano e o suaíli, decide-se pela ordem CONJ > CO.

Buckingham (1), num estudo sobre CO em inglês pretende argumentar contra Walmsley, mas acaba indeciso quanto a essa questão da precedência de CONJ em relação a CO. Sampson (7) é taxativo: o componente sintático básico não gera estruturas coordenadas. Então, na EP, o que se pode ter é uma oração principal e uma conjunção coordenativa opcional como partícula inicial. Assim:

$$s \rightarrow (C) S'$$

$$S' \rightarrow SNSV$$

A coordenação é resultado de transformação generalizada aplicável a conjuntos de marcadores iniciais, e cria marcadores derivados particulares.

2.3. Antes de se tomar qualquer decisão, é preciso estudar o comportamento de todas as construções constituídas por SN interligados por *e* e por *com* para depois, verificar se há alguma vantagem de natureza descritiva para hierarquizar as construções:

Consideremos:

- (9) a. *Leo e Rosa* discutiram.
 b. *Leo e Rosa* se abraçaram.
 c. *Leo e Rosa* combinaram um com o outro um passeio.

Se lembrarmos que CONJ implica *coparticipação e meta comum*, então estamos diante de *conjunção*. Se lembrarmos que CONJ corresponde a CO, então é o caso também. Mas se lembrarmos que CONJ implica associação de nomes em papéis idênticos, então a situação se complica. De fato, em (9) os nomes não desempenham exatamente os mesmos papéis com relação ao que o verbo expressa (cf. 2a). Na verdade, ocupam posições pola-

res: *Leo discutiu com Rosa e Rosa discutiu com Leo*.

Por outro lado, enquanto as construções até aqui apresentadas como CONJ estão sujeitas a restrições seletivas que (de) limitam o risco de ambigüidade, estas de (9) correm menos tal perigo, por serem exigências da própria natureza do verbo. Há uma classe de verbos — a que chamarei de *referência dupla* (RD) cuja realização semântica depende de dois participantes da mesma subclasse, além de outros eventualmente. Funcionando como sujeito, esses participantes podem estar unidos por *e*, ou ter uma forma de plural ou de coletivo; se um dos nomes está na posição (superficial) de Complemento, pode ser introduzido por preposição. Ex:

- (10) a. *Leo e Rosa* cruzaram na esquina/*Leo* cruzou com *Rosa* na esquina.
 b. Os noivos beijaram-se.
 c. o povo uniu-se para combater a inflação.

Com verbos dessa subclasse cada nome associado pode ser agente/experimentador e/ ou afetado/ paciente pela ação/experiência (?) do outro nome, mas não de si mesmo, uma vez que ambos estão em posições ou pólos opostos. Assim, em (9a) tanto *Leo* como *Rosa* são agentes, um em cada posição; em (9b) *Leo* é agente para com *Rosa*, mas paciente com relação à ação dela, e vice-versa. Por aí se vê que essas construções são assimétricas uma vez que os nomes implicados não desempenham os mesmos papéis. Assim, *Rosa discutiu com Leo* não é a conversiva de *Leo discutiu com Rosa*, mas a sua contraparte.

Por isso se diz que as orações com os verbos de referência dupla derivam de construções bidirecionais (BI), isto é, construções duplas em que cada uma segue uma direção oposta;

- (11) *Leo* discutiu (abraçou-se, cruzou...) com *Rosa* / *Rosa* discutiu (abraçou-se...) com *Leo*.

A meta comum, que caracteriza CONJ,

pode estar ausente nas construções BI. Por exemplo, em (9c) é comum para ambos os nomes, mas em (9a) e (9b) a meta de Leo é Rosa e a de Rosa é Leo.

As construções BI sempre podem ter seus SN interligados por *e*, mas este resultado nem sempre se converte numa construção introduzida por *com*. Ex.:

- (12) a. Leo e Rosa casaram.
- b. Leo casou com Rosa.
- c. Leo e Rosa abraçaram-se.
- d. Leo abraçou-se com(a) Rosa.
- e. Leo e Rosa são gêmeos.
- f. Leo é gêmeo com (de) Rosa.
- g. Leo e Rosa são primos.
- h. Leo é primo de Rosa.
- i. Leo é primo com Rosa.

Enquanto (12a) e (12b) se equivalem, em (12d) e (12f) são apenas uma alternativa, e (12i) mostra ser impossível a construção *com* + SN como equivalente a (12g).

Como se vê, os verbos RD admitem várias possibilidades construcionais, sendo a alternativa SN + e + SN > SN + com + SN apenas uma delas.

Dada a especificidade das construções BI, não convém nem mesmo propor que sejam CONJ apenas na ES como faz Ten Shou-Hsin (10). Essa alternativa teria que admitir que os nomes em CONJ podem desempenhar papéis diferentes.

A solução mais razoável será considerá-las como um primeiro grupo de construções associativas correspondentes a uma estrutura subjacente bidirecional. Essa solução resolve, de certa forma, o impasse em que se viram Lakoff & Peters (6) que, derivando de CONJ, pela aplicação de regras de transformação (cf. $R_{(i)}$ e $R_{(ii)}$), todas as construções do tipo *com* + SN se vêem na contingência de aceitar que as transformações alteram a função gramatical dos nomes envolvidos ou, então, que CONJ associa nomes com funções (= papéis) diferentes.

2.4. Examinemos agora o comportamento de CO, construção estreitamente ligada a CONJ porque ambas relacionam SN de papéis idênticos, além de exibirem os mesmos traços semânticos: *meta comum* e *coparticipação*. Em várias línguas (ou grupos de línguas) essas duas construções têm a mesma expressão mórfica, i.e., são introduzidas pela mesma partícula como, por exemplo, em chinês (*gen*), em samoa (*ma*), em suaili (*na*). Nesta última, se a construção introduzida por *na* está contígua ao SN que expressa companhia, é interpretada como CONJ, e a concordância verbal se impõe, se o verbo assim o exigir; se a mesma partícula está separada do SN, é interpretada como CO. Por aí se vê que aquilo que para nós é tido como fenômenos sintáticos diferentes, para essa língua é mera questão de colocação na seqüência (contíguo/separado). Também essas duas construções estão sujeitas às mesmas restrições seletivas. Por exemplo, se uma é agramatical, a outra também é. Ex.:

- *(13) a. Rosa e o gato escreveram uma carta.
- b. Rosa escreveu uma carta com o gato.

Estas semelhanças de comportamento levaram alguns sintaticistas a propor um relacionamento genético entre elas, supondo-se que CONJ está na base, ou seja, é um esquema estrutural subjacente a todas as construções associativas.

Para aceitar essa hipótese será necessário admitir *a priori* que essas construções são *totalmente* equivalentes. Vejamos, entretanto:

Num trabalho sobre o chinês, Ten Shou-Hsin (10) demonstrou que, para essa língua, que não distingue as duas construções na ES, não se pode propor uma derivação do tipo CONJ > CO, porque, apesar de toda a semelhança, as duas

construções diferem por um traço básico: a *principalidade*, presente em CO e ausente ou diluída em CONJ. Entende ele por principalidade o caráter de *principal participante* (ou participante mais evidente?) assumido pelo núcleo de CO, quando este se relaciona com um verbo de ação. Para o português, poderíamos constatar uma situação análoga, em frases como:

- (14) a. Rosa viajou com Leo para o México.
 b. Você vem jantar comigo amanhã?

De fato, em (14a) quem toma a iniciativa da viagem é Leo, sendo Rosa sua acompanhante. Então, se Leo e Rosa participam da viagem, Leo é *principal* e Rosa é *não principal* (secundário?). Em (14b) o mesmo ocorre. Tanto é assim que uma possível resposta preservando o mesmo sentido seria — *sim, eu vou jantar com você* —, em que o ouvinte passa a falante e, portanto, a sujeito, mas seu estatuto de convidado não se altera.

Essa noção de principalidade é importante porque ajuda a compreender a verdadeira (ou mais profunda?) natureza das duas construções em jogo: se em CONJ os nomes associados se emparelham, em CO eles se hierarquizam; então as duas construções não estão em relação exata de paráfrase, e não se pode propor que uma derive da outra, a menos que se encontre um mecanismo adicional para dar conta das diferenças que elas apresentam na superfície.

Mas esse argumento da principalidade, para ser válido, precisa ser reformulado ou, então, apresentado em termos diferentes. Em primeiro lugar é preciso distinguir vários tipos de coparticipação: *espacial, temporal, possessiva, benefactiva, de companhia, de ajuda* etc. Dependendo da classe do verbo a que os SN se relacionam ou então da presença de al-

gum constituinte oracional específico, um tipo de participação pode se tornar mais evidente ou um dos participantes pode sobressair. Por exemplo, com os verbos que implicam *locativo*, a coparticipação comumente é de *companhia* e, neste caso, é que aparece a principalidade, mas é uma questão contextual porque depende de um verbo particular. Ex.:

- (15) a. Meu pai foi com meu filho para a fazenda.
 b. Leo procurava o livro com Rosa.*
 c. Leo estava com Rosa no cinema.

Em (15a) o caráter principal do nome em CO é evidente, mas em (15b) é diluído porque se acentua coparticipação temporal; já em (15c) sobressai a coparticipação espacial, sendo a temporal uma consequência.

Independentemente do traço locativo, há verbos que implicam uma coparticipação de *auxiliaridade*. Ex.:

- (16) a. O ladrão assaltou a casa com um cúmplice.
 b. Rosa fez o bolo com a cozinheira.
 c. Leo terminou a tarefa com a mãe.

Para tais casos pode-se propor um esquema como:

$$V + (ob) + [Ag(Ag) + (CO)]^*$$

↓ ↓ ↓ ↓
 assaltar casa ladrão cúmplice

Promovendo-se CO e colocando-se o AG na posição frontal de sujeito, ter-se-á uma ES como:

$$SN_1 (Ag) + V + SN_2 (ob) + com + SN_3 (CO)$$

↓ ↓ ↓ ↓
 o ladrão assaltar a casa com um cúmplice

* Numa leitura em que Rosa também é agente.

** Ob = objetivo; Ag = agente.

Como uma proforma do tipo *ajudar* pode-se topicalizar CO e movê-lo à posição frontal de S:

SN₁ + ajudar + SN₁ (Ag) + a + V + SN₂ (Ob)
 ↓ ↓ ↓ ↓ ↓
 um cúmplice ajudou o ladrão a assaltar a casa

Este mecanismo demonstra que o núcleo de CO é *aux.* sendo o sujeito, portanto, o principal participante.

Pelo visto, a principalidade não é uma constante. Dependendo de arranjos específicos, em CO, pode aparecer não só esse traço, mas também outros com *aux.*, participação *espacial/temporal*, *benefactivo* etc. Sendo assim, esta é uma questão superficial que não pode ser invocada para definir CO, como também bloqueia a possibilidade de derivar CO de CONJ porque esta não prevê (ou não prevê) a existência desses traços nos nomes associados. Mas, por outro lado, é elemento importante para demonstrar que a simetria de CO depende de itens léxicos, e, portanto, CONJ e CO não estão em relação perfeita de paráfrase. Então, a escolha de uma delas não é livre, mas determinada pelos interesses da comunicação: há casos em que se alternam, mas há casos em que se usa CONJ quando se quer deixar não especificada a extensão da cóparticipação e CO quando se quer fazer sobressair um dos participantes como em (14a) ou (15a) por exemplo.

Estas considerações levam a postular CO como manifestação superficial, quer dizer, não precisa ser considerada como reflexo de uma categoria mais profunda original. Talvez se pudesse propor CO como uma regra opcional que se aplica a SN associados em nível subjacente e cujas informações adicionais são dadas em nível superficial conforme o verbo a que o conjunto se liga ou conforme as condições de comunicação.

Assim:

$$SN + SN + V_x \begin{cases} SN + V + com - SN \\ SN + e + SN + V \end{cases}$$

Pode-se dar até o caso em que as duas construções estejam em distribuição complementar. Ex.:

- (17) a. Depois de muita hesitação, Leo fugiu com Rosa.
 b. Depois de muita hesitação, Leo e Rosa fugiram para casar no Uruguai.

Note-se que em (17a) usa-se CO para informar que a hesitação se aplica a um só SN, e CONJ em (17b) para mostrar que se aplica aos dois SN.

Que CO é fenômeno superficial também se comprova pelo seu comportamento com relação à concordância e à ambigüidade, também relacionadas com a ES. A dois SN associados por CO comumente se aplica a concordância:

- (18) Leo com Rosa chegaram do Rio ontem.

O suaíli e o húngaro se comportam como o português. Em húngaro, numa oração com sujeito não explícito, a concordância verbal pode ser regida (i) pelo sujeito ou (ii) pela soma do sujeito subjacente e CO superficial Hetzron (5, p. 493). Isso quer dizer que, se CO é um traço universal, sua manifestação pode variar de língua para língua ou coincidir, em alguns aspectos, em línguas de estruturas muito diferentes. As construções de forma *com + N* podem não ser CO se resultarem de elipse. Por isso, orações como *Leo comeu a maçã com Rosa* são ambíguas porque podem provir de *Leo comeu a maçã com Rosa a seu lado*. (?)

2.5. Em 2.4. tentei mostrar como CONJ, embora estreitamente relacionada com CO, não pode ser colocada em nível de precedência e, portanto, subjacente a CO. De fato, as duas pertencem ao conjunto das construções associativas e, por isso, partilham vários traços, mas cada uma delas tem suas peculiaridades, além

da forma específica, ou seja, *N + e + N* para CONJ e *N + com + N* para CO. O comportamento sintático de ambas não coincide. Vejamos:

1.º) *Concordância*. Em CONJ a concordância do verbo com o conjunto se impõe, tornando-se plural, portanto, em CO, o verbo é usado no plural quando se quer tornar bem clara a coparticipação, sendo que o singular realça ou topicaliza o primeiro SN. Ex.:

- (19) a. Maanape com Jiguê resolveram fazer uma fachada para pegarem algum peixe (M. Andrade — *Macunaíma*, 225)
b. Aparício com mais de cem homens dera um cerco na cidade (J.L. Rego, *Cangaceiros*, 407)

Em (19a) a participação dos dois SN na ação verbal tem o mesmo nível ao passo que em (19b) o singular evidencia a importância do 1.º SN.

2.º) *Deslocamento*. A colocação dos SN em CONJ é fixa: SN + e + SN; já em CO, a preposição que introduz o segundo SN torna-o livre para deslocar-se na oração. Ex.:

- (20) a. *O galo com as frangas ciscam no quintal.*
b. *O galo cisca no quintal com as frangas.*

3.º) *Topicalização*. Aplica-se a CONJ e a CO, mas como CONJ constitui um monobloco, a topicalização só se aplica ao conjunto todo; já CO pode ser topicalizada no conjunto ou em cada SN separadamente. cf.

- (21) a. Leo e Rosa bebiam juntos no bar.
b. Leo e Rosa *é que* bebiam juntos no bar.
* c. Leo *é que* e Rosa bebiam juntos no bar.
d. Leo com Rosa *é que* bebiam no bar.

- e. Leo *é que* bebia com Rosa no bar.
f. Com Rosa *é que* Leo bebia no bar.

Também do ponto de vista semântico CONJ e CO se diferenciam.

1.º) Os traços *principalidade* e/ou *auxiliaridade* podem estar presentes em CO, mas desaparecem em CONJ. Às vezes, certas nuances significativas só se fazem optando-se por uma dessas construções, justamente por causa deste traço. cf. (22) a. Pretos e brancos não devem andar juntos.

- b. Brancos não devem andar com pretos

O problema do preconceito parece diluído, senão neutralizado em (22a), mas é evidente em (22b) justamente por causa da principalidade do CO.

2.º) O *valor verdade* também varia de uma construção para outra. Ex.

- (23) a. Leo e Rosa não saíram juntos.
b. Leo não saiu com Rosa.

A aplicação da negação muda a pressuposição de cada seqüência: em (23a) pressupõe-se que os dois SN saíram, em (23b) só Leo saiu, Rosa pode ter saído ou não. O mesmo ocorre quando se aplica a partícula de limitação *só*:

- (24) a. No baile Leo e Rosa *só* falaram de arte.
b. No baile Leo falou de arte *só* com Rosa.

Em (24a) o que se delimita é o complemento *de arte*; em (24b) delimita-se CO.

3. Os traços comuns de CONJ e CO permitem que elas sejam empregadas com as mesmas classes verbais; as particularidades de ambas, porém, fazem com que apareçam várias diferenças de nível contextual.

Os verbos de estado construídos com sujeito experimentador não admitem CONJ nem CO (cf. * Leo e Rosa gostam de maçã juntos / Leo gosta de maçã com

Rosa); os verbos de estado locativo admitem as duas, mas em CO evidencia-se a principalidade de um dos SN (cf. Leo e Rosa estavam juntos no cinema /Rosa estava no cinema com Leo); os verbos de estado possessivo dependem da natureza da posse: a posse inalienável não admite essas construções (cf. *Leo e Rosa têm pernas juntos /Leo tem perna com Rosa). Às vezes a estrutura semântica do nome sob o caso meta é que possibilita as duas construções dando ao verbo um valor particular. Em

(25) a. Leo e Rosa têm filhos juntos.

b. Leo tem filhos com Rosa.

o nome *filhos* não só permite CONJ e CO como também dá ao verbo o valor específico de *gerar*.

Se o verbo de estado exige complemento de especificação, CONJ e CO são possíveis, mas estão sujeitas a seleção lexical contextual quanto aos outros traços. Ex:

(26) a. Leo e Rosa pesam 130 k juntos /Leo com Rosa pesam...

b. O peru e o frango custam \$ 10.000 juntos /O peru com o frango...

c. Fernanda e Paulo, juntos, custaram 10 bi à TV Globo /Paulo com Fernanda custaram...

Os predicados estativos da forma *ser, estar + adjetivo* dependem da subclasse do adjetivo para admitirem CONJ e CO. Ex:

(27) a. Leo e Rosa são felizes juntos /Leo é feliz com Rosa.

*b. Leo e Rosa são magros juntos /Leo é magro com Rosa.

Os verbos de ação ocorrem livremente com CONJ ou com CO, sendo que o tipo e o grau de coparticipação são evidenciados pelos verbos individualmente ou pela estrutura construcional. Ex:

(28) a. Rex e Diana latiram quando perceberam o ladrão /Rex latiu com Diana quando...

b. Leo e Rosa andam juntos.

c. Leo anda com Rosa pelo jardim.

d. Leo anda com Rosa.

Em (28a) que também pode ser C/OR, só o contexto evidencia a coparticipação temporal; em (28b) a significação é denotativa como também em (28c) por causa do locativo; já em (28d) o uso do CO carrega uma conotação sexual.

Os verbos de *processo* e de *ação-processo** se constroem tanto com CONJ como CO, com especificidade para verbos individuais. Ex:

(29) a. Leo e Rosa viram, juntos, um disco voador.

b. Leo e Rosa ouviram, juntos, uma explosão.

c. Leo e Rosa viram Hamlet juntos.

d. Leo e Rosa ouviam as sonatas de Brahms juntos.

Em (29) os verbos de percepção não têm o mesmo estatuto: em *a* e *b* os participantes são afetados passivos e CONJ, portanto, indica contemporaneidade; neste caso, CO só é possível como resultado de elipse: Leo viu o disco voador (quando estava) com Rosa; em *c* e *d* o sujeito é experimentador intencional; então, CO também é perfeitamente natural. Também aqui a natureza dos nomes envolvidos acarreta conotações. Cf.

(30) a. Leo e Rosa dormem juntos.

b. Leo dormiu com Rosa no paiol.

c. A menina dorme com o ursinho de pelúcia.

d. Leo dorme com as galinhas.

Em (30) só a estrutura semântica dos nomes envolvidos pode evitar a conotação sexual, sendo que somente (29c) não é ambígua.

4. Pelo exposto, parece ter ficado evidente que há um conjunto de construções aparentadas que superficialmente se manifestam sob a forma de SN ligados por *e*

* Para detalhes sobre a classificação sintático-semântica do verbo aqui adotada, consulte-se Chafe (2, cap. 9)

ou por *com*. Apesar das semelhanças, não se pode dizer que uma derive da outra, por causa da especificidade que cada uma apresenta. Assim, aquelas que se ligam a verbos de referência dupla derivam de construções do tipo bidirecional, e as outras duas poderiam derivar de um esquema como

$S \rightarrow (C) S'$
 $S' \rightarrow SN SV.$

Dependendo dos interesses da comunicação, que seleciona verbos particulares, usar-se-á CONJ ou CO.

A meu ver, este é o máximo de generalização a que se pode chegar a respeito dessas construções.

BORBA, F. da S. — Associative phrase. *Alfa*, São Paulo, 28:81-96, 1984.

ABSTRACT: *This paper aims to demonstrate how to relate phrase following the alternative frame N_1 and + N_2/N_1 + with + N_2 . Dealing with this subject matter, most linguistics settle a genetic relationship between them, starting from N_1 + with + N_2 . Analysing, first of all, the types of phrases linked by and/ with and the way they are related, we tried to show that it is descriptively more suitable to range these phrases into two sets: those deriving from bidirectional verbs and those coming from an underlying structure such as $S \rightarrow (C) S'$*
 $S' \rightarrow NP VP$

KEY-WORDS: *Associative phrase; sentence conjunction; coparticipation; bidireccional phrase; comitative; double reference verbs; principality; auxiliary.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BUCKINGHAM, H.W. — The comitative and case grammar, *Foundations of Language*, 10(1): 111-121, 1973.
2. CHAFE, W.L. — *Meaning and the structure of language*. London, The University of Chicago Press, 1970.
3. FILLMORE, C. — The case for case. In: BACH, E. & HARMS, R. eds. — *Universals in linguistic theory*. New York, Holt, Rinehart & Winston, 1968. p. 1-88.
4. GLEITMAN, L. R. — Coordinating conjunction in English. *Language*, 41(2):260-93, 1965.
5. HETZRON, R. — Conjoining and comitativization in Hungarian: a study of rule ordering. *Foundations of Language*, 10(4): 493-507, 1973.
6. LAKOFF, G. & PETERS, S. — Phrasal conjunction and symmetric predicates. In: REI-
- BEL, D.A. & SHAVE, S.A. eds. — *Modern studies in english*. New Jersey, Prentice-Hall, 1969.
7. SAMPSON, G. — Against base coordination. *Foundations of Language*, 12: 117-25, 1974.
8. SEILER, H. — The principle of concomitance: instrumental, comitative and colletive. *Foundations of Language*, 12: 215-47, 1974.
9. SMITH, C.S. — Ambiguous sentences with and. In: REIBEL, D.A. & SHANE, S.A. eds. — *Modern studies in English*. New Jersey, Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1969. p. 75-79.
10. TEN SHOU-HSIN — Comitative versus phrasal conjunction. *Papers in linguistic*, 2(2): 315-358, 1970.
11. WALMSLEY, J.B. — The English comitative case and the concept of deep structure. *Foundations of Language*, 7: 493-507, 1971.

METALINGUAGEM E EMPRÉSTIMO NA MENSAGEM PUBLICITÁRIA

Ieda Maria ALVES*

RESUMO: *A mensagem publicitária, que pressupõe uma rápida e correta decodificação por parte dos receptores, assim como uma exigência de novidade, apresenta muitas vezes elementos estrangeiros acompanhados de tradução. Nesta fase, o termo estrangeiro é empregado metalingüisticamente e sentido como externo à língua: constitui um estrangeirismo. Passa a ser empréstimo, elemento integrado à língua, na medida em que é empregado sem tradução e sem marcas gráficas.*

UNITERMOS: *Estrangeirismo; empréstimo; metalinguagem; autonomia.*

Toda mensagem publicitária pressupõe uma rápida e correta decodificação por parte dos receptores, que devem inicialmente interpretá-la para, em seguida, proceder à ação por ela proposta: a compra do produto anunciado. Implica também uma exigência de novidade, capaz de estimular a atenção do destinatário para o anúncio que lhe é oferecido**.

O emprego de neologismos por empréstimo em textos publicitários pode satisfazer a essas características da mensagem propagandística. A unidade lexical estrangeira, que imprime um caráter de novidade ao texto, pode ser decodificada se for acompanhada de elementos que a explicitem.

Esse recurso revela, na verdade, que o termo estrangeiro é externo à língua. Corresponde à fase em que é considerado *estrangeirismo*, isto é, tem a função de produzir um efeito exótico, de cor local. É

empregado eventualmente e possui, muitas vezes, o caráter metalingüístico de uma citação (6, p. 92).

Em mensagens publicitárias extraídas de revistas brasileiras contemporâneas (Cláudia (Cl), Isto É (IE), Manchete (Ma), Veja (Ve) e Visão (Vi)), encontramos alguns exemplos de expressões estrangeiras que se apresentam concomitantemente com elementos vernáculos***. Tal concorrência pode apresentar-se sob diferentes formas.

Em alguns casos, a unidade lexical estrangeira contém uma informação mais importante que a transmitida pelo elemento vernáculo. Este fato ocorre sobretudo em anúncios técnicos e implica que o termo estrangeiro empregado ainda não tem uma tradução adequada ou, então, que esta não é suficientemente conhecida. Pode ser traduzido para a língua portuguesa por meio de uma unidade lexical:

* Departamento de Linguística e Língua Portuguesa — Instituto de Letras, História e Psicologia — UNESP — 19800 — Assis — SP.

** Segundo a fórmula $\frac{AIDA}{C} = \frac{Atenção-Interesse-Desejo-Ação}{Convicção}$, criada pelo norte-americano George Batten (7, p. 42), o

anúncio deve chamar a atenção do receptor, despertar seu interesse e desejo a fim de incitá-lo à ação. Deve, porém, ser por ele corretamente interpretado.

***Mansur Guérios (5, p. 194) cita dois anúncios em que os nomes de marcas de anúncios vêm seguidos da tradução portuguesa: *White Flamme*: Flama branca, e *La Vie en Bleu*: Tudo azul.

“Veja estas características avançadas: completo *auto stop*/desligamento” (Ma, 24.7.76, p. 134); “Modelo SR-525 ‘*Direct drive*’ (sistema direto)” (Ma, 3.7.76, p. 18); “Você encontra Columbia Ultra Lights também em embalagem *flip-top* (caixinha), com Mínimos Teores de alcatrão e nicotina” (IE, 19.8.81, p. 57); “... amplo forno com visor de cristal negro triplex e moldura de aço inox; ‘*rôtisserie*’ (espeto rotativo)” (Ma, 3.7.76, p. 98); de uma perífrase: “... *auto-stop*: parada automática no fim da fita” (Ve, 13.4.77, p. 63); “E ainda tem o *air-cycle* (distribuição uniforme do ar), ...” (Ma, 25.12.76, p. 73, c. 1); “O êxtase que o som de um *Koto* japonês — um instrumento musical — provoca...” (Ve, 29.9.76, p. 93, c. 1); “... controle automático de frequência e *loudness* — compensador das deficiências de audição em baixo volume...” (Ve, 1.6.77, p. 2, c. 2); “*Monoshock*, revolucionária suspensão traseira com um único amortecedor” (IE, 11.11.81, p. 37); “Outros recursos: 6% de controle *Pitch* (Ajuste fino de rotação),” (Vi, 10.1.77, p. 57, c. 3); “... foram realizados 10 ‘*primes*’ — provas de velocidade — que provocaram a desistência de mais da metade dos 34 carros...” (IE, 3.6.81, p. 73, c. 1-2); “Por isso, a Varig incluiu na sua frota os três mais aperfeiçoados aviões do tipo *wide-body* (aviões de grande porte)...” (IE, 18.2.81, p. 31); de uma definição: “A começar pelo exclusivo sistema *foil*, uma lâmina superfina moldada em platina, ...” (Ve, 1.6.77, p. 14, c. 1); “Este é o ‘*ice maker*’, um dispositivo que fabrica automaticamente aquele famoso gelo que não gruda” (Ve, 2.3.77, p. 9); “*Receiver*, como você sabe, é um Amplificador com Sintonizador de Frequência Modulada e Ondas Médias (FM/AM) já incorporado” (Ma, 31.7.76, p. 133); “É a única /geladeira/ que tem o ‘*water magic*’, um dispositivo que permite a você tirar água geladinha sem abrir a porta da geladeira” (Ve, 2.3.77, p. 9); ou de uma frase explicativa: “*Timer* eletrônico: controla automaticamente os ciclos de lavagem, enxa-

gues e centrifugação” (Ma, 29.1.77, p. 23, c. 3).

Quando a tradução do estrangeirismo não é direta, o texto pode facilitar a decodificação desse elemento: “*Duty-free*. Na primeira classe da Swissair, você pode adquirir bebidas, cigarros e perfumes isentos de taxa” (Ma, 14.8.76, p. 67, c. 2). Em um anúncio relativo a aparelhos de som, a tradução do elemento estrangeiro torna-se tão direta que se assemelha à microestrutura de um dicionário bilingüe: “*Eject* (inglês: ejetar, jogar para fora)” (Ma, 4.6.77, p. 10, c. 4); “*Fast forward* (inglês: ir pra frente depressa)” (c. 5); “*Play* (inglês: tocar, fazer entrar em ação)” (c. 4); “*Rewind* (inglês: rebobinar, voltar a fita)” (c. 3); “*Stop* (inglês: parar, parada)” (c. 6).

Por vezes, a informação principal é fornecida por um termo vernáculo; a expressão estrangeira possui um caráter complementar, ao mesmo tempo em que torna o texto publicitário mais preciso e mais conforme com a terminologia a que corresponde: “Estes sistemas incluem — transportadores: correia, sapatas (*apron-conveyors*,...)” (Ve, 10.11.76, p. 52, c. 1); “... alimentadores vibratórios, de sapatos (*apron-feeders*)...” (Ve, 10.11.76, p. 52, c. 2); “*Luwa*. Resfriadores de água (*chillers*)” (Ve, 24.11.76, p. 108, c. 1); “Para correr (*jogging*), jogar tênis...” (Ve, 15.12.82, p. 16, c. 1); “Massa de socagem (*Ramming mixes*)” (Vi, 27.9.76, p. 71, c. 1); “*Stop, Play* e Retorno (*Rewind*)” (Ve, 4.5.77, p. 58); “... empilhadores (*stackers*), recuperadores (*reclaimers*) e carregadores de navios (*shiploaders*)” (Vi, 23.5.77, p. 19, c. 2). O elemento estrangeiro pode equivaler a uma unidade lexical, como nos exemplos citados, ou ainda a uma perífrase: “Sem sintonia no estágio final (*broad-band*)” (Vi, 25.10.76, p. 69, c. 1); “Os botões da Inega são especiais (*floating buttons*), facilitando o fechar e o abrir” (Cl, 1.83, p. 65); “Discou, reservou. Isto é *free-sale*” (Vi, 20.12.76, p. 87); “... controles de graves, agudos e sonoridade (*loudness*)”

(IE, 1.77, p. 101, c. 1); “Cornetas no falante médio (*middle range*): maior difusão do som e maior realce nos sons intermediários” (Ve, 29.7.81, p. 99); “O freio de estacionamento, com cilindro operador a mola (sistema *Spring-Brake*), é um verdadeiro anjo da guarda” (Ve, 17.5.77, p. 13, c. 3).

Os exemplos mencionados mostram-nos que o estrangeirismo está sendo empregado metalingüisticamente nas mensagens publicitárias enfocadas. O texto de propaganda serve-se do código estrangeiro (inglês, na maioria dos nossos exemplos) para descrever tecnicamente um referente e tenta tornar-se, assim, mais persuasivo para os receptores. Afastando-se da linguagem corrente em que é expresso o discurso publicitário, o código estrangeiro — como toda linguagem especial: dialeto, jargão, gíria... — constitui um tipo de conotação metalingüística*. Além desta, Bochmann (1, p. 31) assinala outras formas de conotação existentes no anúncio publicitário: poética, conativa-apelativa, emotiva e fática.

Em *Le métalangage*, Rey-Debove (8, p. 284) refere-se ao uso do estrangeirismo como signo autônomo:** “... quelques bouts de saucisson nommé *chorizo*” (Gautier, V.E., p. 12); “... la méthode bien connue du débat prolongé à l’infini qu’on appelle ici le ‘*filibuster*’ ” (Le Figaro, 15 juin 1963, p. 3). Nesses exem-

plos, os verbos nommer e appeler são empregados metalingüisticamente e tornam *chorizo* e *filibuster* signos autônimos. Os exemplos que inventariamos em nosso *corpus* publicitário correspondem à fase que Rey-Debove denomina *conotação autônima* do estrangeirismo (8, p. 284-5). O elemento do código estrangeiro é empregado simultaneamente com a unidade lexical pertencente ao código vernáculo, sem a intermediação de verbos metalingüísticos. É o uso de sinônimos (entre os dois códigos), formas perifrásticas ou definicionais que tornam o termo estrangeiro conotativamente autônimo.

A conotação autônima transparece também nas mensagens em que o elemento estrangeiro, empregado sem a concorrência do termo vernáculo, aparece com marcas gráficas: aspas, itálico...: “... há 40 anos vem determinando a qualidade e o ‘blend’ de cada xerez...” (Ve, 13.10.82, p. 142, c. 1); “E são (jóias) as últimas novidades criadas pelos melhores *designers* brasileiros, de acordo com as novas linhas de Nova York e Paris” (Ve, 20.10.82, p. 63). Uma vez desaparecidas tais marcas, o estrangeirismo, que infringe simultaneamente a norma e o sistema*** de uma língua, está em vias de incorporar-se à língua portuguesa e tornar-se um empréstimo, um elemento aceitável pela norma: “Lois tem tudo o que você procura num jeans” (Ve, 29.9.82, p. 77).

* De acordo com Eco (4, p. 42), empregamos *conotação* como sendo o conjunto das unidades culturais que o significante pode pôr em jogo; trata-se, portanto, de todas as unidades culturais que o significante pode evocar institucionalmente no destinatário.

** A *autonomia*, conceito da lógica, trata do signo ao qual se faz menção. Assim como todo fenômeno metalingüístico, a autonomia é uma tomada de consciência lingüística. Distingue-se das outras situações metalingüísticas pelo fato de referir-se sempre ao enunciado relatado pelo locutor (autocitação) ou por outrem (citação) (3, p. 81).

*** Os termos norma e sistema são empregados segundo a acepção de Coseriu (2, p. 98): “O sistema é sistema de possibilidades, de coordenadas que indicam caminhos abertos e caminhos fechados: pode ser considerado conjunto de imposições, mas também, e talvez melhor, conjunto de liberdades, pois admite infinitas realizações e somente exige que não sejam afetadas as condições funcionais do instrumento lingüístico: mais que ‘imperativa’, sua índole é consultiva/.../. A norma é, com efeito, um sistema de realizações obrigatórias, de imposições sociais e culturais e variáveis segundo a comunidade.”

ALVES, I.M. — Metalinguagem e empréstimo na mensagem publicitária. *Alfa*, São Paulo, 28:97-100, 1984.

ALVES, I.M. — Métalangage et emprunt dans le message publicitaire. *Alfa*, São Paulo, 28:97-100, 1984.

RÉSUMÉ: Le message publicitaire, qui présuppose une rapide et correcte décodification de la part des récepteurs, aussi bien qu'une exigence de nouveauté, présente, à plusieurs reprises, des éléments étrangers suivis de leur traduction. Le terme étranger est alors employé métalinguistiquement et considéré extérieur à la langue: il constitue un xénisme. Il devient un emprunt, un élément intégré à la langue, dans la mesure où il est employé sans traduction et dépourvu de marques graphiques.

UNITERMES: Xénisme; emprunt; métalangage; autonymie.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BOCHMANN, K. — Les valeurs connotatives du texte publicitaire. *Langue Française*, 28: 29-38, 1975.
2. COSERIU, E. — *Teoria del lenguaje y lingüística general*. 3. ed. Madrid, Gredos, 1973.
3. DUBOIS, J. et alii — *Dicionário de lingüística*. Trad. de F. Pessoa de Barros et alii. São Paulo, Cultrix, 1978.
4. ECO, U. — *As formas do conteúdo*. Trad. de Pérola de Carvalho. São Paulo, Perspectiva, Ed. da Univ. de São Paulo, 1974.
5. GUÉRIOS, R. F. M. — Onímia ou onomástica industrial. In: BARBADINHO NETO, R. org. — *Estudos em homenagem a Cândido Jucá (filho)*. Rio de Janeiro, Simões, s.d. p. 179-208.
6. GUILBERT, L. — *La créativité lexicale*. Paris, Larousse, 1975.
7. MALANGA, E. — *Publicidade — uma introdução*. São Paulo, Atlas, 1976.
8. REY-DEBOVE, J. — *Le métalangage*. Paris, Le Robert, 1978.

VOGAIS NASAIS DO PORTUGUÊS: PRESSUPOSTOS E DISCUSSÃO

Onosor FONSECA*

RESUMO: Neste artigo, procura-se afastar da discussão a respeito das vogais nasais do português idéias e argumentos que só a tem perturbado. Em seguida, resumem-se as três interpretações que os fonólogos lhes têm dado, detendo-se na de Mattoso Câmara Jr., a que se acrescentam alguns exemplos de reforço.

UNITERMOS: Vogais nasais; argumentos inaceitáveis; interpretações fonológicas; ponto de vista de M. Câmara Jr.; exemplos de reforço.

I. PRESSUPOSTOS

1. Brian Head, com razão, escreveu que as vogais nasais constituem o mais espinhoso problema de interpretação fonológica do português (7, p. 65).

As dificuldades principiam pelo fato de os especialistas discutirem, às vezes, partindo de noções de vogal nasal divergentes. Mas elas não param aí: é comum, como têm assinalado eminentes fonólogos, serem trazidos à discussão argumentos que, embora ponderáveis na aparência, são inaceitáveis numa discussão estritamente lingüística.

Na primeira parte deste artigo, vamos apontar alguns desses equívocos, que têm suscitado discussões irrelevantes e estéreis. Na segunda, passamos em revista as principais interpretações dadas ao problema das vogais nasais do português. Detemo-nos na de Mattoso Câmara Jr., a qual, pelo que se tem observado, tem sido insuficientemente compreendida, sendo essa, parece-nos, a causa principal de ela

não ter sido ainda aceita pacificamente, como reconhece o próprio A. (15, p. 37). A propósito, cumpre lembrar que a aceitação de um ponto de vista interpretativo não implica, necessariamente, a exclusão de outro ou outros, pois *toda descrição, será aceitável, desde que coerente, isto é, desde que feita de um ponto de vista determinado* (12, p. 31). Grifo do A.).

Ao expor a interpretação de Mattoso Câmara Jr., aduzimos novas ilustrações a um dos pontos fundamentais de sua argumentação, baseado em Jakobson: o postulado das vogais nasais como fonemas distintos só pode ser proposto para as línguas em que, além da oposição vogal nasal ~ vogal oral — condição preenchida em português —, haja, igualmente, oposição entre vogal nasal ~ vogal mais consoante nasal, tal como se dá em francês, mas que não acontece em português. Em reforço à interpretação de Mattoso Câmara Jr., acrescentamos também exemplos referentes ao seguinte ponto: ele observa que, em português, não ocorre contraste**, dentro de uma palavra, entre

* Departamento de Lingüística — Instituto de Letras, História e Psicologia — UNESP — 19.800 — Assis — SP.

** *Contraste*, no sentido praguense, isto é, relações no sintagma. Reservamos o termo *oposição* para as relações paradigmáticas, onde se dão, propriamente, as oposições fonológicas.

vogal nasal e vogal oral, isto é, aquela não forma hiato com esta; ou a nasalidade desaparece (ex. *bom*, *boa*) ou a nasalidade (vale dizer o arquifonema nasal) passa à sílaba seguinte (ex: *um*, *uma*; *nem* + *um*, *nenhum*,) (Cf. 15, p. 49-50; 17, p. 32). Ora, em francês não só ocorre o referido hiato como tal fato cria condições para oposições fonológicas, como veremos.

Examinemos essas dificuldades, para afastá-las desde logo das discussões.

2. Nasalidade fonética e nasalidade fonológica.

Há em português uma nasalidade meramente fonética: é a que se observa em palavras como *cama*, *cena*, *unha*, etc., em que a nasalidade das vogais *a*, *e*, *u* decorre de uma assimilação regressiva, produzida pela consoante nasal inicial da sílaba seguinte. O rebaixamento do véu palatino, necessário à produção da consoante nasal, é antecipado na sílaba precedente, cuja vogal assim se nasaliza: [Kẽ-me]. Se pronunciarmos a palavra *cama* com a des-nasalado, não obtemos outra palavra de significação diferente, isto é, não criamos uma oposição fonológica. É o que acontece com todas as palavras desse tipo.

Não é, evidentemente, esse tipo de vogal, cuja nasalidade se detém no plano fonético, que suscita o problema de interpretação.

A nasalidade fonológica, a que demanda interpretação, é outra. É a que se observa em palavras como *bomba*: suprimida a nasalidade da vogal de tais palavras, obtém-se outra, de significação diversa, *boba*, que forma um par opositivo com a primeira. É considerável, em português, o número de pares opositivos desse tipo: *minto* - *mito*, *campo* - *capo*, *sinto* - *cito*, *mundo* - *mudo*, etc.

Trazer à discussão as vogais do primeiro tipo, que não criam oposição fonológica,

é tomar a nuvem por Juno e acrescentar dificuldades ao problema.* A confusão entre esses dois tipos de nasais é comum em nossas gramáticas, o que provocou um comentário irônico de Mattoso Câmara Jr.**

3. Argumentos a serem evitados na discussão. Argumento psicológico.

Discutindo uma comunicação de Jorge Morais Barbosa, sobre o *status* fonológico das vogais nasais do português, Göran Hammarström rejeitou a interpretação do lingüista português — a mesma de Mattoso Câmara Jr.: vogal mais arquifonema consonântico nasal. Para isso, usou um único argumento: os falantes parecem não ter consciência desse apêndice nasal (4, p. 709).

Eurico Back, na ilusão da validade absoluta desse argumento, leva-o ao extremo:

Diante de pausa não existe semivogal nasal, não existe som de transição. Ninguém ouve e o que ninguém ouve não existe na língua (mesmo que existisse em aparelho de Física/Acústica!) (2, p.305).

A enfática crença do A. no argumento psicológico faz com que ele o sobreponha a um outro, que, com certeza, ele supõe ser quase decisivo: o argumento fonético-acústico. Acontece que o argumento meramente fonético é também precário, como veremos logo adiante.

Desde *Fonêmica*, Mattoso Câmara Jr., amparado em sólida base teórica, respondia, antecipadamente, a esse psicologismo, que ele já entendia ultrapassado, *mas que se insinua nos testes da consciência lingüística individual*. Observou ele que o próprio Martinet não escapara desse escolho; na pesquisa que resultou em *La prononciation du français contemporain**** (16, p. 43-44). Anos depois, citando Hjelmslev, ele volta a condenar o argumento psicológico: *a lingüística moderna*, escreveu ele, *põe de la-*

* Cf. o artigo de Eurico Back (2). Bibliografia *in fine*, como todos os trabalhos citados em rodapé.

** Cf. *Estrutura da Língua Portuguesa* (15, p. 37).

*** 1.ª ed.: Paris, Droz, 1945; 2.ª ed.: Genebra, Droz, 1971.

do essa espécie de fundamentação, que faz apelo ao "sentimento" do falante (15, p.49). Também Martinet criticou o que ele chama de psicologismo e foneticismo na descrição fonológica (11, p. 30-33; 13, p. 85 e segs.).

Argumento fonético

Embora iniciada, necessariamente, no plano fonético, toda descrição fonológica, para ter consistência, deve ultrapassá-lo.

É o que escreveu um dos maiores teóricos da fonologia, Roman Jakobson:

Quanto mais substância fonética a fonologia experimentar e reelaborar, tanto melhor. Mas esses dados têm de ser realmente tratados de maneira fonológica; é preciso não trazer simplesmente para a fonologia o material fonético em seu estado cru, com pele e pelos por assim dizer (9, p. 17).

A fonética incumbe-se, propriamente, do levantamento do material sonoro da língua em estudo. Mas cessa aí o seu papel. Cabe então à fonologia a análise e a interpretação desse material fonético bruto, a fim de traçar-lhe a configuração formal. É o trânsito necessário: do plano da substância sonora ao plano da forma dessa substância. Portanto, para estear suas afirmações fonológicas, para que elas possam ter validade, o lingüista não pode deixar de apresentar argumentos fonológicos, vale dizer, estruturais. Em discussões sobre a estrutura fonológica de uma língua, argumentos de ordem fonética, como os de ordem psicológica, são de escasso valor, se é que se pode atribuir-lhes algum.

Manoel Dias Martins, por exemplo, afirma que pôde *comprovar fonologicamente a existência de doze vogais silábicas* no sistema do português do Brasil (14, p.48). Contudo, sua "comprovação fonológica" restringe-se, de um lado, a uma

precária argumentação fonética e, de outro, ao uso do argumento de autoridade (Cf. 14, p. 48-50).

Ele chega a afirmar a impossibilidade de se reconhecer, no português do Brasil, o apêndice consonântico, depois de vogal nasal, baseado no seguinte argumento fonético:

Tivemos oportunidade de comprovar, no espectrograma da palavra constante (pronunciada por indivíduo carioca), a ausência absoluta de qualquer traço de consoante nasal implosiva (14, p. 50).

Ora, a espectrografia, embora valiosa para a fonologia, não passa de recurso fonético, que, por si só, não basta para explicar fatos fonológicos. É o que pôde concluir Martin Joos, o primeiro lingüista a usar espectrógrafo de som: *o espectrógrafo nos pode ensinar bastante sobre Fonética, mas nada sobre Fonêmica* (...) (10, p.29).

Foi por isso que Mattoso Câmara Jr., consciente do papel decisivo da análise formal, e antes do uso do espectrógrafo ou da radiocinegrafia no estudo fonético dos sons da linguagem, já escrevia em *Fonêmica*:

O ponto de vista fonemicamente amplo ultrapassa (...) até a consideração fonética da existência de uma consoante nasal pós-vocálica. A nasalidade já pode ser considerada em si mesma um fonema consonântico, desde que estabelece o travamento da sílaba nos moldes de vogal mais consoante (16, p.69).*

Argumento de autoridade

Embora constitua o oposto do espírito científico, há ainda quem o use:

Quanto à consideração das vogais nasais como fonemas, estamos com José Oiticica, Antônio Houaiss, Antônio J.

* Quanto à extrema dificuldade de "ler" os espectrogramas, mesmo por foneticistas experimentados, leia-se B. Malmberg, *Les domaines de la phonétique*, Paris, P.U.F., 1971, p. 133-134.

Chediak e outros estudiosos brasileiros e portugueses, que fazem questão de afirmar que se trata unicamente de vogais nasais, sem qualquer consoante nasal implôsiva como pode levar a supor a ortografia (14, p.49).*

Convém notar: esses autores não são fonólogos. Seus trabalhos referem-se à fonética do português. A confusão deve ter sua origem no fato de eles se referirem aos sons físicos com o nome de fonema, como foi freqüente, durante um certo tempo, entre nós. O recurso ao argumento de autoridade pressupõe a crença ingênua de que os mestres — quando mestres são citados — são infalíveis.

Argumento fonológico insuficiente

A comutação é uma das técnicas mais utilizadas pelos lingüistas para a apreensão dos fonemas de uma língua. Ela se baseia na oposição de pares mínimos e produz resultados mais rápidos. Utilizando uma série de comutações relativamente simples, é possível ao lingüista fazer o levantamento da maioria dos fonemas da língua, que queira descrever.

Há, porém, sons por assim dizer complexos, para os quais a simples comutação se revela insuficiente para o lin-

gar na estrutura da língua. Incluem-se entre esses sons complexos os ditongos, as consoantes africadas, as vogais nasais do português. Com um embasamento teórico seguro, o lingüista não pode limitar a análise das vogais nasais do português apenas a pares opositivos do tipo: *anta ~ ata; lenda ~ leda; pinta ~ pita; junta ~ juta*. Trata-se, no caso, de um argumento insuficiente, para afirmar que são fonemas distintos.

Para a definição fonológica das vogais nasais do português, a comutação

permite apenas detectar o problema: há vogais nasais em português, que desempenham função distintiva. É a partir dessa constatação inicial que se formula o problema a ser discutido: qual o *status* fonológico das vogais nasais no sistema português, quer na variante portuguesa quer na variante brasileira? Como descrevê-las: fonemas distintos ou não?

Entretanto, a simples operação da comutação tem servido de argumento para “interpretá-las” como fonemas distintos**. Os AA. que se valem desse argumento caem numa petição de princípio: dão como verdadeira a própria afirmação que precisa ser demonstrada, isto é, que as vogais nasais são fonemas distintos em português. Como dissemos, a comutação, nesse caso específico, apenas suscita o problema — as vogais nasais, em português, criam oposições fonológicas; mas não o resolve: como interpretá-las fonologicamente?

Argumento da simplicidade

Costuma-se, às vezes, argumentar contra a descrição *x*, pelo fato de ser complexa, e propor *y*, que é mais simples.

Dois dos quatro argumentos apresentados por Brian Head, para recusar a interpretação de Mattoso Câmara Jr., invocam, como veremos mais adiante, a complexidade da descrição: o segundo e o quarto. No segundo, alega-se que a interpretação de Mattoso — vogal mais arquifonema consonântico nasal — aumenta o número e a complexidade dos padrões silábicos do sistema português (Cf. 7, p. 72); no quarto argumento, que o A. considera o decisivo contra essa interpretação, a alegação é que (...) *o uso do arquifonema parece envolver um excessivo grau de complexidade* (*loc. cit.*). A complexidade agora está, segundo o A., no aumento ex-

* Esse mesmo A. afirma na p. 25: *Em português, as consoantes m, n, l, em final de sílaba (ou de palavra), bem amiúde adquirem uma estrutura acústica semelhante ou igual à das semivogais, quer dizer, vocalizam-se*. Ora, m e n nessas condições, funcionam como diacríticos. E adiante escreve na p. 50, que indicam apenas a nasalização.

**Um exemplo de descrição assim insuficiente é a de Maria do Socorro Silva de Aragão, em *Análise fonético fonológica do falar paraibano*, (1, p.46 e segs.): As vogais nasais não são discutidas, como se a sua definição fonológica fosse por si só evidente, axiomática. E mais: dos pares mínimos apresentados estão excluídos os que apresentam a oposição vogal nasal/vogal oral. Esse trabalho foi apresentado como tese de doutoramento na USP. Outro exemplo, cf. *Estrutura do verbo no português coloquial* de Eunice Pontes (18).

cessivo e desnecessário dos alofones das consoantes nasais neutralizadas. Voltaremos ao assunto mais adiante.

Foi Hjelmslev quem, ao lançar as bases de sua teoria, estabeleceu para a descrição lingüística o que ele chamou de *princípio do empirismo*, assim formulado: *a descrição deve ser não-contraditória, exaustiva e tão simples quanto possível* (8, p. 11). Mas nessa mesma formulação ele estabeleceu uma ordem de prioridades: a coerência prevalece sobre a exaustividade, e esta, sobre a simplicidade.

Seria, de fato, inadmissível que, em nome da simplicidade, viesse o lingüista a sacrificar a exaustividade ou, menos ainda, a coerência.

Portanto, a invocação do argumento da simplicidade, para se propor uma descrição como superior a outra, só é aceitável quando ambas estejam nas mesmas condições de exaustividade e de coerência.

II. DISCUSSÃO

1. As vogais nasais do português — referimo-nos sobretudo ao português do Brasil — têm recebido, de um modo geral, três interpretações fonológicas:

- a) A nasalidade é dada como um fonema supra-segmental. É uma interpretação que decorre dos princípios teóricos da lingüística estrutural norte-americana, que classifica os fonemas de uma língua em segmentais e supra-segmentais.

Estes são representados por certos fenômenos chamados prosódicos pelos praguenses, isto é, o acento ou icto, os tons, etc., e, no caso, a nasalidade.

O primeiro lingüista a propor essa interpretação foi Robert A. Hall,

1943, tendo como informante um falante capixaba (8)* e, posteriormente, Cléa A. S. Rameh, numa dissertação de mestrado não publicada (*apud* B. F. Head, 7, p. 45-46).

Conforme essa interpretação, o subsistema fonológico do português, o vocálico, tem 7 fonemas segmentais:

/a, ε, e, ɔ, o, i, u/; as chamadas vogais nasais são aquelas sobre as quais recai o fonema supra-segmental de nasalidade: / ~ /.

- b) As vogais nasais são interpretadas como vogal mais consoante nasal. Essa interpretação foi esboçada por George L. Trager, em 1943, ao criticar, em nota do editor, a proposta de Hall (Cf. 8, p.6). É a posição sustentada por David W. Reed & Yolanda Leite, em 1947 (20, p.196) e, com ligeiras diferenças, por Mattoso Câmara Jr. que, apoiado nos fundamentos teóricos do Círculo Lingüístico de Praga, analisa a vogal nasal como vogal mais arquifonema consonântico nasal (16).

Com relação a Portugal, Julius O. Purczynsky, em 1957, com base em dados extraídos da *Gramática Histórica* de Edwin B. William, deu às vogais nasais a mesma interpretação, numa tese acadêmica inédita (*apud* B.F. Head, 7, p.89).

Em 1961, Jorge Morais Barbosa, sob a orientação de Martinet, descrevendo o dialeto lisboeta, defendeu o mesmo ponto de vista, retomando e ampliando os argumentos usados por Mattoso Câmara Jr. (3,4).

Há uma inegável semelhança entre a interpretação de Trager e Reed-Leite e a de Mattoso Câmara Jr. e

*Consultamos apenas o primeiro trabalho de 1943. No segundo, o A. sustenta o mesmo ponto de vista. E o que deixa entrever B. F. Head, que afirma ter sido Hall o primeiro lingüista a descrever o sistema fonológico do português do Brasil, em termos da moderna teoria lingüística (Cf. 7, p. 35, onde este A. cita o 2.º trabalho de Hall).

Jorge Morais Barbosa. Afora a substancial argumentação apresentada pelos segundos (ao contrário dos primeiros) as diferenças se situam, praticamente no nível terminológico, dada a diversidade de orientação teórica de seus autores — estruturalismo norte-americano ou estruturalismo praguense*.

Portanto, de acordo com esse segundo tipo de interpretação, o vocalismo português também se resume a 7 vogais:

/a, ε, e, ɔ, o, i, u/** As vogais nasais são, como vimos, interpretadas como vogal mais fonema (ou arquifonema) consonântico nasal, segundo a posição teórica assumida pelo autor da proposta.

- c) As vogais nasais são interpretadas como fonemas distintos. No que respeita à variante brasileira — dialeto carioca — Brian F. Head foi o primeiro lingüista a descrevê-las assim, numa tese de doutoramento inédita (1964) (7) que tivemos a oportunidade de compulsar. Eunice Pontes também perfilhou essa interpretação, em 1965, numa dissertação de mestrado, publicada em 1972 (18), sem, entretanto, apresentar os argumentos em que apóia a sua posição. Em relação a Portugal, vários autores sustentaram esse ponto de vista, entre os quais, com trabalho publicado, Holger Sten (1944, *apud* Head). Dos que pudemos consultar, Brian F. Head (7) é o que procura explicitar seus argumentos. De acordo com tal interpretação, às setes vogais do sub-sistema vocálico — variante brasileira —, mencionadas

anteriormente, são acrescentadas mais cinco vogais nasais: /ã, ê, î, õ, û/.

2. O ponto de vista de Hall não tem sido aceito, porque propõe uma silabação contrária à silabação normal do português. Já o assinalaram Mattoso Câmara Jr. (16, p.68) e Head (7, p.66), que, com razão, recusam essa interpretação que propõe deslocar para a sílaba seguinte à vogal nasal o apêndice consonântico geralmente observado, de forma que ^mp, ^mb, ⁿt, ⁿd, ⁿk, ⁿg, segundo Hall, seriam variantes dos fonemas /p, b, t, d, k, g/, respectivamente.

Quanto à interpretação que propõe as vogais nasais como fonemas distintos e que, conseqüentemente, despreza, por não-pertinente, o *glide* consonântico nasal — trata-se de um ponto de vista, sem dúvida atraente, por duas razões principais: a) esse apêndice consonântico só é detectado por especialistas ou por aparelhos; b) essa interpretação apresenta-se como mais simples.

Entretanto, ela não nos parece aceitável por não levar na devida conta um dado fundamental apresentado por Mattoso Câmara Jr. e, posteriormente, por Jorge Morais Barbosa: a sílaba que contém vogal nasal comporta-se como sílaba travada. Abaixo voltamos ao assunto.

O próprio Head, que mais cuidadosamente procurou contra-argumentar em oposição ao ponto de vista de Mattoso Câmara Jr., não discute propriamente o problema do travamento da sílaba. Limita-se a apresentar argumentos com que tenta desqualificar o *valor* da ocorrência de “*r forte*” depois de vogal nasal,

* A esse respeito é ilustrativa a opinião de Hall. Na carta ao editor, em que procura refutar o ponto de vista de Reed & Leite, ele sugere que os autores seriam mais coerentes se, adotando os pressupostos do Circulo Lingüístico de Praga, postulassem um arquifonema, quando a vogal nasal ocorre em sílaba seguida de pausa. Mas aduz, logo a seguir, que, na sua opinião, essa interpretação seria também inaceitável, pois toda proposta de arquifonema traz em si a *indicação de que há algo de errado na análise* (19, p.197). (Traduzimos).

** Quanto a Portugal, os autores, geralmente, acrescentam um oitavo fonema: /v/.

fato apontado pelo lingüista brasileiro para sustentar a sua análise. Além disso, parece-nos que sua argumentação se funda numa interpretação incompleta do pensamento de Mattoso Câmara Jr.:

O fato de “r forte” ocorrer em sílaba interna, depois de vogal nasal é de pouco valor para sustentar essa análise [isto é, v. nasal = v. + arquifonema consonântico nasal] (...), uma vez que “r forte” também ocorre em posição intervocálica (e assim não se nega a possibilidade de sua ocorrência entre vogal e nasal e vogal oral, independentemente da consideração de como a primeira seja fonologicamente analisada)(...) (7, p.71).

Não vemos aí uma refutação convincente da análise de Mattoso Câmara Jr., pois este jamais negou que ambos os *r* ocorressem em posição intervocálica — excluída, evidentemente, a vogal nasal, depois da qual só ocorre o “*r forte*” ou vibrante múltiplo*. O que ele afirmou, desde *Fonêmica*, é que após vogal nasal só ocorre o vibrante múltiplo — jamais o vibrante simples, —, tal como acontece depois de sílaba travada por /l/ ou /s/: *palra, Israel*. Eis porque nos parece estranha a conclusão que Head põe entre parênteses, pelas seguintes razões: a) não nos parece provável que tenha havido alguém que haja negado tal fato; b) a afirmação de Mattoso Câmara Jr. é que *não ocorre “r brando”, após vogal nasal*; c) justamente por não ocorrer o vibrante simples ou “*r brando*”, depois de vogal nasal é que essa posição é neutralizada, razão pela qual não se encontra um único par mínimo que contenha a oposição \bar{r}/r do tipo: v. nasal + \bar{r} . + v. oral ~ v. nasal + r + v. oral.

Assim, ao contrário do que afirma

Head, a ocorrência de apenas \bar{r} (vibrante múltiplo), após vogal nasal, é, na verdade, um argumento de valor para a sustentação da análise proposta por Câmara Jr., uma vez que esse fato caracteriza como travada a sílaba que contém vogal nasal, travamento resultante do apêndice consonântico nasal, ou seja, /N/.

Além dessa contestação inconvincente do argumento fundamental de Câmara Jr., Head apresenta seus quatro argumentos contra tal interpretação:

1.º) Comentando o exemplo *nidu > não > ninho*, citado por Mattoso Câmara Jr., Head diz o seguinte: como vogal antes de consoante nasal geralmente se nasaliza, há, portanto, duas possibilidades de tratamento do /N/: [nin- \bar{N} u] e [nĩ- \bar{N} u] ; e refuta: o primeiro tratamento é contrário à fonotática do sistema consonantal do português; o segundo sugere a postulação de um fonema de nasalização. E conclui o seguinte:

*Se as vogais nasais forem analisadas como fonemas vocálicos seguidos de arquifonema nasal pertencente ou não à mesma sílaba, então esse arquifonema se torna o único membro do sistema segmental claramente divisível em partes pertencentes a sílabas separadas (7, p. 72)**.*

Essa palavra — *ninho* —, sobre a qual Head apóia a sua argumentação não nos parece apropriada. Mattoso Câmara Jr. citou-a, juntamente com *una > ãa > uma*, como exemplos de evolução fonética, em que a nasalidade da vogal \bar{i} (por influência de *n*) acabou por desenvolver um apêndice consonântico nasal, que, posteriormente, resultou no desenvolvimento da consoante [\bar{n}], na sílaba seguinte; [\bar{n}], porque a vogal que a precede tem uma articulação palatal: *i*.

* Em *Fonêmica*, Mattoso Câmara Jr. interpretou os dois tipos de *r* como variantes de um mesmo fonema. Mas, posteriormente, passou a analisá-los como fonemas distintos (Cf. *Problemas de lingüística descritiva*, (17, p. 31 e 32; *Estrutura da língua portuguesa*, (15, p.36 e 40).

** Traduzimos esta e as demais citações.

Mas, é claro, que, sincronicamente, Mattoso Câmara Jr. analisa *ninho/nĩʃu/*, foneticamente: [niʃu], em que a nasalidade do *i* se dá por assimilação regressiva, influência do [n] da sílaba seguinte. Entretanto, como vimos, esse não é o tipo de nasal que está em causa, o que invalida argumentação de Head.

2.º) O segundo argumento de Head é a necessidade de simplificação descritiva. Aceitar a posição de Mattoso Câmara Jr. seria complicar a descrição da estrutura silábica do português e a sua transcrição. Uma das complicações apontadas por Head: haveria a ocorrência de CCC em final de sílaba — por ex. *mãos/ mawNs/; mães / majNs/**, ou seja, CVCCC. Esse tipo de sílaba, segundo Head, contrariaria uma regra fonotática do português. Convém notar, entretanto, que o que autorizou esse A. a afirmar que em tais palavras ocorreria CCC, em final de sílaba foi o fato de ele ter estabelecido, anteriormente, com o mesmo argumento da simplicidade, que *je w* são fonemas consonânticos: /j/, /w/. Quanto a Mattoso Câmara Jr., desde *Fonêmica* ele vem afirmando que *je w* são fonemas vocálicos, assilábicos**.

3.º) O terceiro argumento de Head contra a interpretação de Mattoso Câmara Jr.: nem toda vogal diante de consoante nasal, pertencente ou não à mesma sílaba, é acentuadamente nasalizada. Se o fosse, a simplicidade requereria que se levasse em conta tal fato e essa interpretação seria preferível. Mas há muitas palavras no dialeto carioca (o descrito pelo A.), em que a vogal ou não se nasaliza ou nasaliza-se tenuamente. O A. cita como exemplos as sílabas pretônicas das palavras *camisa, Camões, banana*. Em vista disso, conclui, *esse fato diminui o atrativo da solução v. + /N/, visto que a vogal diante de /m/, /n/, /n/ (que estão compreendidos no /N/, pois esse conceito de arquifonema*

implica esse tipo de overlapping) nem sempre é foneticamente nasal (7, p.73-74).

Observe-se que, nessa argumentação, afirmando que, *sem contar se a consoante nasal pertence ou não à mesma sílaba* (7, p.73), Head envolve, a nosso ver indevidamente, os dois tipos de vogais: as que criam oposição fonológica e as que não a criam. E assim procedendo, atribui (sem razão, por não corresponder aos fatos) às verdadeiras vogais nasais a possibilidade de não serem fortemente nasalizadas. Isto só ocorre com as vogais de sílabas abertas, quando seguidas de consoante nasal, na sílaba seguinte. Ora, como estas não suscitam problema de interpretação fonológica, seu argumento perde força e torna-se impróprio para refutar o ponto de vista de Mattoso Câmara Jr.

4.º) Este é o argumento considerado decisivo por Head: *o uso do arquifonema parece envolver um grau excessivo de complexidade* (7, p.73), no que tange à sua realização fonética. Assim, após pausa, sua realização é condicionada pela vogal que o precede (anterior ou posterior): *fim / fiN*), [fi ʃ]; *bom / boN*), [bo ʃ]; fora dessa posição, é a consoante seguinte que condiciona sua realização: *cinco / siNku*), [Si ʃku]; *ponto / poNtu*), [pontu] etc.

Como vimos, numa descrição, a coerência com os pressupostos teóricos e com os fatos descritos prepondera sobre a simplicidade. Portanto, neste sentido, a melhor descrição não é necessariamente a mais simples, mas a mais coerente. E a descrição de Mattoso Câmara Jr. responde a essa exigência fundamental.

3. A interpretação de Mattoso Câmara Jr.

Numa comunicação apresentada ao XV Congresso Internacional de Linguística e Filologia Românica (5), chamávamos

* Respeitamos a transcrição do A.

** Em *Fonêmica* ele interpretava *je w* como vogais assilábicas, e fonemas distintos (Cf. *Fonêmica*, 2.ª ed. (16, p.55-57). Posteriormente, passou a interpretá-los como variantes de /i/e/u/ Cf. *Problemas*, p. 27, apesar da transcrição contraditória /j/e/w/; *Estrutura*, 1.ª ed., p. 35 e 46).

a atenção para o fato de Mattoso Câmara Jr. ter feito da sílaba uma espécie de pedra de toque de sua descrição fonológica do português (variante brasileira ou, mais propriamente, dialeto social culto carioca, registro tenso). É a partir da sílaba que ele depreendeu os fonemas (sílaba tônica, para as vogais, e inicial para as consoantes); reviu a sua análise das vogais assilábicas; interpretou fonologicamente as vogais nasais.

Sua revisão das vogais assilábicas acabou por conferir à sua análise uma extraordinária coerência, uma vez que sua última interpretação funda-se no mesmo tipo de argumento de que se valeu para sustentar sua posição em relação às vogais nasais: sílaba terminada em vogal assilábica é livre; logo [j] e [w] são variantes de /i/e/u/*.

No que concerne às vogais nasais, sua interpretação dada em *Fonêmica* (16, p. 67-72) permaneceu inalterada até suas últimas obras: sílaba que contém vogal nasal é travada; há, portanto, uma consoante de travamento, que é, fonologicamente, /N/.

Para justificar seu ponto de vista, alinhou vários argumentos**, dos quais o mais sólido, repitamos, é inegavelmente o seguinte: Os fonemas /r̃/ (vibrante múltiplo) e /r/ (vibrante não múltiplo) opõem-se apenas na posição intervocálica: *forro* ~ *foro*, *murro* ~ *muro*; *corro* ~ *coro*; *mirrado* ~ *mirado* etc. Excluída essa posição, que é a de pertinência, neutralizam-se e as realizações do /R/ daí resultante são as seguintes:

- a) em sílaba inicial de palavra só ocorre o vibrante múltiplo, variante dorsal ou apical ou outra: *rato*, *rua*, *rito* etc.
- b) em final de sílaba interna ou de palavra, /r̃/ ou /r/ (com diferen-

tes variantes para cada fonema) dependendo do dialeto ou do registro: *partir*, *cortar* etc.;

- c) entre consoante final de sílaba de sílaba — isto é, depois de sílaba travada por /l/ ou /s/ — e vogal da sílaba seguinte, só ocorre o vibrante múltiplo, numa das suas realizações possíveis: *melro*, *guelra*, *Israel* etc.

Ora, como após vogal nasal também só ocorre o vibrante múltiplo, impõe-se a conclusão de que a sílaba que contém vogal nasal é travada: *genro*, *honra*, *enriquecer* etc. E a consoante de travamento é, pois, /N/.

É irrecusável a solidez dessa argumentação, que, entretanto, nem sempre tem sido bem compreendida.

O objetivo principal deste artigo, porém, é destacar e reforçar um outro argumento igualmente importante apresentado por Mattoso Câmara Jr. Por falta de maior desenvolvimento por parte do linguista brasileiro, esse argumento não tem merecido a atenção que se lhe deve. Escreveu ele desde *Fonêmica*: (. . .) *como já observou Jakobson, o postulado de vogais nasais só se impõem numa língua em que haja contraste distintivo [oposição fonológica] entre vogal nasal e vogal mais consoante nasal. É o que acontece, por exemplo, em francês, onde temos — /bõ/ (masc. bon) - /bon/ (fem. bonne)* (16, p. 69, Cf. também 17, p. 31 e 15, p. 49).

Morais Barbosa também se valeu desse argumento de Mattoso Câmara Jr. (mas omite seu autor), sem, contudo aprofundar a discussão, como o fez em relação aos outros (Cf. 3, p. 97-98). B.F. Head o cita, mas afirma que (. . .) *por si só ele é insuficiente para garantir a postu-*

* Ele procurou, com isso, contestar a interpretação, segundo a qual *je* *w* são fonemas consonânticos. É óbvio que a afirmação de que são variantes de /i/ e /u/ não decorre de um raciocínio tão simplista como se poderia inferir da exposição simplificada neste artigo.

** Entre esses argumentos, citou alguns diacrônicos, por exemplo, a evolução de palavras como *ua* > *uma*; *nio* > *ninho*; ou a aglutinação de *nem* + *um* > *nenhum*. Posteriormente, abandonou-os para ater-se, exclusivamente, à sincronia. Entretanto, para melhor compreensão de seu raciocínio, parece-nos que teria sido conveniente tê-los mantido.

lação de vogais nasais como fonemas distintos ou do fonema de nasalidade (7, p. 69), embora o utilize também, na discussão da variante portuguesa que analisou (Cf. 7, p. 94-95). Aí, ele considera que oposições como *vi - vim - vime*, citada por Lüdtke, em relação a Portugal, estão bem próximas dos fatos observados na língua francesa — *beau-bon-bonne* etc. — o que funcionaria como argumento para postular *status* de fonemas distintos para as vogais nasais do português.

A fim de dar maior nitidez ao argumento de Mattoso Câmara Jr., procuremos examinar mais detidamente como os fatos se apresentam em francês, em vista dos quais cabe a postulação de vogais nasais como fonemas distintos nessa língua.

Comecemos por citar mais exemplos em francês, que ilustram a oposição tripartite — vogal oral - vogal nasal - vogal + consoante nasal:

gars (“rapaz”) /ga/ - *gant* (“luva”) /gã/ - *gamme* (“gama”) /gam/; *paix* (“paz”) /pɛ/ - *pain* (“pão”) /pɛ̃/ - *peine* (“pena, dificuldade”) /pɛn/; *sait* (“sabe”) /sɛ/ - *sain* (adj. “são”) /sɛ̃/ - *saine* ou *Seine* (adj. “sã” ou “Sena”) sen/; *faux* (“falso”) /fo/ - *fond* (subst. “fundo”) /fɔ̃/ - *faune* (“fauno”) /fon/; etc.

O que queremos ressaltar, com esses exemplos, não são apenas essas oposições, mas a sua conseqüência na língua: a oposição vogal nasal - vogal + consoante nasal é que permitiu ao francês o estabelecimento de pares mínimos do tipo *amener* (“trazer, conduzindo”) /amne/ - *emmener* (“levar, conduzindo”) /ãmene/; *anoblir* (“enobrecer, atribuindo um título de nobreza”) /anɔblir/ - *ennoblir* (“enobrecer, no sentido moral”) /ãnɔbliR/ etc.

Em seus últimos trabalhos, Mattoso Câmara Jr. esboçou um desenvolvimento de sua argumentação inicial, ao afirmar que (. . .) *em portu-*

guês, não há vogal nasal em hiato (17, p. 32) ou, mais explicitamente: *assim, não haver vogal “nasal” em hiato, dentro de um vocábulo, equivale a dizer que o arquifonema nasal, se subsiste [ele citara exemplos em que se dá o seu desaparecimento], se comporta como qualquer consoante nasal intervocálica: pertence à sílaba seguinte: um (u-ma e não um-a, como a-sa, a-ço, a-la, a-ra etc.)* (15, p. 49-50).

Acrescentemos o seguinte exemplo: a palavra *mãe*/ma'N/, quando usada como vocativo pelas crianças brasileiras, resulta em *manhê*, numa confirmação da assertiva de Mattoso Câmara Jr.

Vejamos exemplos que esclarecem essa observação. Em francês, ao contrário do português, ocorre, dentro de uma palavra, vogal nasal em hiato: *enhardir* (“tornar ousado, ousar”) /ãardiR/, *enharnacher* (“arrear um animal”) /ãarnaf e/ etc.

Tais fatos comprovam que:

- a) é importante a afirmação de Jakobson a respeito do postulado de vogais nasais utilizada como argumento por Mattoso Câmara Jr. para negar a estas, em português, condição de fonemas distintos;
- b) a língua portuguesa não preenche esse requisito básico; portanto, não possui vogais nasais como fonemas distintos, tal como o francês; nem a variante brasileira nem a portuguesa, onde Head vê estreito paralelismo com as vogais do francês. A semelhança, porém, como deixou claro Lüdtke, é apenas incipiente e fica na dependência de uma possível evolução do sistema português nesse sentido (Cf. 14, p. 212-213);
- c) esse argumento pouco explorado pelo lingüista brasileiro mostra-se como de grande valia para a sustentação de seu ponto de vista.

FONSECA, O. — Vogais nasais do português: presupostos e discussão. *Alfa*, São Paulo, 28:101-111, 1984.

FONSECA, O. — Les voyelles nasales du portugais: pré-supposés et discussion. *Alfa*, São Paulo, 28: 101-111, 1984.

RÉSUMÉ: Dans cet article on cherche à écarter de la discussion concernant les voyelles nasales du portugais des idées et des arguments qui ne l'ont que troublée. Ensuite, on résume les trois interprétations que leur ont données les phonologues, en se détenant sur celle de Mattoso Câmara Jr., à laquelle on ajoute des exemples qui renforcent le point de vue du linguiste brésilien.

UNITERMES: Voyelles nasales; arguments inacceptables; interprétations phonologiques; point de vue de Câmara Jr.; exemples de renforcement.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ARAGÃO, M. do S. S. de — *Análise fonético-fonológica do falar paraibano*. João Pessoa, Universitária — UFPB, 1977.
2. BACK, E. — São fonemas as vogais nasais do português? *Construtura*, 4:297-317, 1973.
3. BARBOSA, J.M. — *Etudes de phonologie portugaise*. Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1965.
4. BARBOSA, J.M. — Les voyelles nasales potugaises: interprétation phonologique. In: INTERNATIONAL CONGRESS OF PHONETICS SCIENCES, 4, Helsinque, 1961. *Proceedings*. Haia, Mouton, 1962. p. 691-709.
5. FONSECA, O. — Vocalizou-se o *l* posvocálico em português? *Revista de Letras*, 19:163-174, 1977.
6. HALL, R.A. — The unit phonemes of brazilian portuguese. *Studies in Linguistics*. 1 (15):1-6, 1943.
7. HEAD, B. F. — *A comparison of the segmental phonology of Lisbon and Rio de Janeiro*. Austin, Univers. do Texas, 1964. (Tese-Doutoramento).
8. HJELMSLEV, L. — *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. São Paulo, Perspectiva, s.d.
9. JAKOBSON, R. — *Fonema e fonologia*. Rio de Janeiro, Acadêmica, 1967.
10. JOOS, M. — Fonologia: fonêmica e fonética acústica. In: HILL, A., org. — *Aspectos da lingüística moderna*. São Paulo, Cultrix, 1972. p. 18-30.
11. MARTINET, A. — *Économie des changements phonétiques*, 3. ed. Berna, Francke, 1970.
12. MARTINET, A. — *Éléments de linguistique générale*. Paris, Colin, 1970.
13. MARTINET, A. — *La linguistique synchronique*. 2. ed. Paris, P.U.F., 1968.
14. MARTINS, M.D. — *Os sistemas vocálicos do português e do espanhol*. São Paulo, USP, 1967. (Tese-Doutoramento).
15. MATTOSO CÂMARA JR., J. — *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis, Vozes, 1970.
16. MATTOSO CÂMARA JR., J. — *Para o estudo da fonêmica portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro, 1977.
17. MATTOSO CÂMARA JR., J. — *Problemas de lingüística descritiva*. Petrópolis, Vozes, 1969.
18. PONTES, E. — *Estrutura do verbo no português coloquial*. Petrópolis, Vozes, 1972.
19. REED, D. & LEITE, Y — The segmental phonemes of brazilian portuguese: standart paulista dialect. In: PIKE, K. — *Phonemics*. 10.ed. Ann Arbor, Michigan University, 1966. p. 194-202.

ÍNDICE DE ASSUNTOS
SUBJECT INDEX
V. 28

- Conjunção construcional, p. 85
Construção associativa e comitativa, p. 85
- Construções estativas
sintaxe-semântica, p. 71
- Discurso
referência
sentido, p. 11
- Epítetos
língua homérica, p. 1
- Estruturas sintático-semânticas
frase equativa
frase atributiva
frase locativa
frase possessiva, p. 71
- Fórmulas
língua homérica, p. 1
- Guimarães Rosa
Sinhá Secada
vocabulário e expressões
códigos lingüísticos, p. 17
- Indeterminação do agente
recursos
análise
abrangência pessoal, p. 63
- Língua Homérica
fórmulas
epítetos
improvisação oral
métrica, p. 1
- Mas*
definição semântica
ocorrências interfrasais, p. 21
- Mattoso Câmara Jr.
vogais nasais
ponto de vista, p. 101
- Mensagem publicitária
metalíngua
empréstimo
estrangeirismo, p. 97
- Partículas pronominais
análise
traços contrastivos, p. 43
- Semântica gramatical
pronomes
significado, p. 43
- Vogais nasais
português
argumentos inaceitáveis, p. 101
- Agent indetermination
devices
analysis
personal embracing, p. 63
- Associative constructions, p. 85
- Comitative constructions, p. 85
- Discourse
reference
sense, p. 11
- Epithets
Homeric language, p. 1
- Formula
Homeric language, p. 1
- Gramatical semantics
pronouns
meaning, p. 43
- Guimarães Rosa
Sinhá Secada
vocabulary and expressions
linguistic codes, p. 17
- Homeric language
formulas
epithets
oral improvisation metric, p. 1
- Mas*
semantic definition
interphrasal occurrences, p. 21
- Mattoso Câmara Jr.
nasal vowels
point of view, p. 101
- Nasal vowels
portuguese
unacceptable arguments, p. 101
- Pronominal particles
analysis
contrastive features, p. 43
- Publicity message
metalanguage
loan translation
foreignism, p. 97
- Sentence conjunction, p. 85
- Stative constructions
syntax-semantics, p. 71
- Syntactic-semantic structures
equative sentence
attributive sentence
locative sentence
possessive sentence, p. 71

ÍNDICE DE AUTORES
AUTHORS INDEX
V.28

ALVES, I.M.	p. 97
ARRAIS, T.C.	p. 71
BORBA, F. da S.	p. 85
CARVALHO, N.F. de	p. 43
FÁVERO, L.L.	p. 11
FONSECA, M.A.N.P.	p. 17
FONSECA, O	p. 101
KOCH, I.G.V.	p. 11
NEVES, M.H. de M.	p. 21
PEREIRA, M.H. da R.	p. 1
TUPINÁ, H.M.	p. 63

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS

ALFA publicação da UNESP tem por finalidade divulgar trabalhos inéditos, comunicações e resenhas sobre lingüística redigidos em português ou em língua estrangeira (espanhol, francês, italiano, inglês ou alemão) elaborados por docentes da Universidade ou por outros especialistas. Só serão resenhados livros que tenham sido publicados nos dois últimos anos, em se tratando de obras nacionais e quatro anos para as publicações estrangeiras, cabendo à Comissão de Redação a seleção dos trabalhos para publicação.

Os trabalhos deverão ser encaminhados diretamente ao Diretor da publicação em três vias, em uma só face, espaço duplo e em folha de papel tamanho ofício, com 25 linhas e 60 espaços, evitando cortar as palavras no final da linha, mesmo que a margem fique irregular. Deverão obedecer a seguinte seqüência: Título, subtítulo (quando necessário); Autor(es) por extenso e apenas o sobrenome em maiúsculo; Filiação científica em nota de rodapé, indicada por asterisco; Texto.

Citação no texto — Os autores referenciados serão indicados pelo número da referência. Acrescenta-se o número da página, em caso de citação textual ou quando o autor julgar necessário. Caso a clareza do texto o exigir, o articulista poderá mencionar, entre parêntesis, também o sobrenome do autor. Ex.: (ANDRADE, 5, p. 8).

Tabelas — Serão numeradas consecutivamente com algarismos arábicos e encabeçadas pelo seu título.

Ilustrações — (fotografias, gráficos, desenhos, mapas, etc.) serão designados no texto como “Figuras” (Fig.) e numerados sequencialmente com algarismos arábicos.

Desenhos e gráficos — Deverão permitir perfeita reprodução em clichês com redução de 6,5cm. Os desenhos serão feitos em papel vegetal e tinta nanquim. Deverá ser indicada no texto a localização das ilustrações. Quando as ilustrações excederem a quatro a Comissão de Redação reserva-se o direito de solicitar a redução de seu número.

Observações, aditamentos e pormenores do texto poderão aparecer em notas de rodapé, indicados por asterisco.

MATERIAL DE REFERÊNCIA

Resumos: Constará do resumo: citação bibliográfica, resumos em português antecedendo o texto e outro em inglês no final do trabalho, antes da referência bibliográfica. Não deverão exceder a 100 palavras. Para o resumo em inglês deverá ser adotada a palavra ABSTRACT.

Unitermos — Palavras ou expressões que identifiquem o conteúdo do artigo. Os três principais unitermos serão escritos em primeiro lugar. Para o termo em inglês deverá ser adotada a palavra KEY-WORDS. Quando o artigo for em língua estrangeira o resumo final do trabalho deverá ser em português.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS — Devem ser pela ordem alfabética do sobrenome do autor, numeradas consecutivamente e apresentadas de acordo com os exemplos abaixo:

Artigos: MÊNARD, N. — Richese lexical e et mots rares. *Les Français moderne*, Paris 46(1):33-43. 1978.

Livros: CARDOSO, E. — *Guia de conversação português-inglês*. 2. ed. Lisboa, Betrand, 1971.

FRANÇOIS, D. — A noção de norma em lingüística. In: MARTINET, J. *et alii* — *Da teoria lingüística ao ensino da língua*. Rio de Janeiro. Ao Livro Técnico, 1979. p. 87-97.

Os dados e conceitos emitidos nos trabalhos bem como a exatidão das referências bibliográficas são de responsabilidade exclusiva dos autores.

SEPARATAS — Serão distribuídas 25 (vinte e cinco) separatas ao primeiro autor do trabalho.

Os trabalhos que não se enquadrarem nessas normas serão devolvidos aos autores para as necessárias adaptações que serão indicadas em carta pessoal.